

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE ARTES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**O DISCURSO SOBRE O GAÚCHO: UMA ANÁLISE ENUNCIATIVA  
DAS MÚSICAS NATIVISTAS**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Nédilã Espindola Chagas**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2011.**

**O DISCURSO SOBRE O GAÚCHO: UMA ANÁLISE ENUNCIATIVA  
DAS MÚSICAS NATIVISTAS**

por

**Nédilã Espindola Chagas**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Letras.**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr. Eliana Rosa Sturza**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2011.**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Artes e Letras  
Programa de Pós-Graduação em Letras**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Dissertação de Mestrado

**O DISCURSO SOBRE O GAÚCHO: UMA ANÁLISE ENUNCIATIVA  
DAS MÚSICAS NATIVISTAS**

elaborada por  
**Nédilã Espindola Chagas**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Estudos Linguístico**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Eliana Rosa Sturza, Dr<sup>a</sup>. (UFSM)**  
(Presidente/Orientadora)

---

**Maria Cleci Venturini, Dr<sup>a</sup>. (UNICENTRO)**

---

**Graziela Lucci de Angelo, Dr<sup>a</sup>. (UFSM)**

Santa Maria, 02 de março de 2011.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por conceder-me a vida e, assim, mais uma oportunidade de melhoramento na minha trajetória evolutiva.

À Profª Drª Eliana, por ter me acolhido de braços abertos, pela compreensão das minhas limitações nos momentos difíceis e pelo constante incentivo e dedicação que me proporcionaram uma oportunidade única de aperfeiçoamento e tornaram-se um exemplo a ser seguido.

Ao meu marido Alberto pelo ombro amigo e pela fé constante na minha capacidade no cumprimento desta tarefa.

Ao meu filho Arthur por ser a minha motivação maior na busca de aperfeiçoamento.

Aos meus pais pelos exemplos e pela educação que me proporcionaram.

À amiga Maria do Carmo pelo incentivo, e pelo constante apoio nos momentos de dificuldade.

À amiga Sara pelo auxílio e carinho inestimáveis na execução deste trabalho.

Às companheiras de jornada Tania e Juciane pela amizade, pelas palavras de carinho e estímulo.

Aos funcionários do PPGL, Jandir e Irene, por não se limitarem ao cumprimento de suas funções, sendo parceiros sempre dispostos a auxiliar.

Aos colegas do Entrelínguas, pelo agradável convívio e pela parceria nas experiências acadêmicas.

A todas as pessoas que de algum modo contribuíram para que a realização deste trabalho fosse possível, os meus sinceros agradecimentos.

“Todo o fronteiro era ao mesmo tempo pastor e soldado, desde o sesmeiro até o peão. Vem daí a nossa vocação de comando e aquele “culto da autoridade”...” (VELLINHO, 1962, p. 58).

“Essa coragem de pelear de adaga  
De ser um gigante pela liberdade  
É o contraponto de ajuntar terneiros  
De acenar aos velhos e ter humildade”  
(Contraponto- Cristiano Quevedo)

## **RESUMO**

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Letras  
Universidade Federal de Santa Maria

### **O DISCURSO SOBRE O GAÚCHO: UMA ANÁLISE ENUNCIATIVA DAS MÚSICAS NATIVISTAS**

AUTORA: NÉDILÃ ESPINDOLA CHAGAS

ORIENTADORA: ELIANA ROSA STURZA

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 02 de março de 2011.

Este trabalho, desenvolvido dentro da Linha de Pesquisa “Língua, Sujeito e História”, propõe, a partir dos estudos enunciativos, uma análise do discurso sobre o gaúcho. Considera-se que esse discurso constitui-se como fonte de referência ao que veio se configurar como um movimento cultural chamado Nativismo. Para o desenvolvimento desta análise, é abordado o conceito de Enunciação, postulado por Benveniste e os conceitos de Enunciação, Acontecimento, Temporalidade, Espaço de Enunciação e Interdiscurso propostos por Eduardo Guimarães. Além disso, são mobilizadas, também, noções advindas da Análise do Discurso, tais como: Memória, Interdiscurso, Esquecimento e Rememoração. Ao considerar que a constituição de um discurso Nativista se produz por meio de uma rememoração da historiografia rio-grandense, primeiramente, retomamos os discursos dos viajantes e dos ensaístas, com vistas a evidenciar que estes constituem um conjunto de idéias que se reformulam e se redizem na produção do Discurso Nativista. O discurso Nativista surge com o Movimento Nativista que, por sua vez, faz parte do Movimento Tradicionalista, sendo que esses movimentos pretendem a manutenção de uma cultura gauchesca e são abordados nesta pesquisa, bem como o evento considerado fundador do Movimento Nativista, a Califórnia da Canção Nativa. Por tratar-se de um discurso que se evidencia, tanto na materialidade lingüística como se significa no plano da enunciação, tomamos como corpus da pesquisa, três composições vencedoras da Califórnia da Canção Nativa. Através da análise desse corpus, procuramos interpretar os sentidos que emergem desses enunciados pela rememoração de outros discursos, produzindo um cruzamento de discursos no acontecimento enunciativo das músicas nativistas. Nas composições nativistas, são retomados discursos que ajudaram a constituir o gaúcho como um tipo social. Contudo, nestas composições, os sentidos são outros, são novos, pois, se dão em outro tempo espaço. O gaúcho autóctone é ressemantizado pela temporalização do acontecimento enunciativo. Assim, o funcionamento do interdiscurso reafirma atributos, que anteriormente significaram o gaúcho como distinto dos demais brasileiros, para significá-lo como símbolo de uma identidade regional, a qual o autoriza a estar inserido numa cultura nacional.

Palavras-chave: Enunciação, memória, interdiscurso, discurso nativista, música nativista.

ABSTRACT  
Master Thesis  
Post-Graduation Program in Languages  
Federal University of Santa Maria

**THE DISCOURSE ABOUT GAUCHO: AN ENUNCIATIVE ANALYSIS  
OF NATIVISTIC MUSICS**

AUTHOR: NÉDILÃ ESPINDOLA CHAGAS  
ADVISOR: ELIANA ROSA STURZA  
Date and Place: Santa Maria, March 2, 2011.

This work is part of the research line "Language, Subject and History" and proposes, from studies of enunciation, a discourse analysis about gaucho. This discourse is constituted as a reference source to a cultural movement called Nativism. In order to develop this analysis, we used the concept of Enunciation, postulated by Benveniste, and the concepts of Enunciation, Event, Temporality, Place of Enunciation and Interdiscourse, proposed by Guimarães. Moreover, we also used notions derived from Discourse Analysis, such as: Memory, Interdiscourse, Forgetting and Rememory. When considering that the establishment of a nativist discourse is produced through a rememory of Rio Grande do Sul historiography, we firstly reviewed the speeches of travelers and essayists in order to demonstrate that they constitute a set of ideas that reshape and resay in nativist discourse production. The nativist discourse comes with the Nativist Movement which, in turn, is part of the Traditionalist Movement, and these movements aim to maintain the gaucho culture and are used in this research as well as the founder event of Nativist Movement, Califórnia da Canção Nativa. As it is a discourse that is evident in both linguistic materiality and creation of meaning in terms of enunciation, the corpus of research is composed by three winning compositions in Califórnia da Canção Nativa. By analyzing this corpus, we tried to interpret the meanings that emerge from these statements by the rememory of other speeches, producing a crossover of speeches in the enunciative event of nativistic musics. In the nativistic compositions, speeches that helped form the gaucho as social type are retaken. However, in these compositions, the senses are different, are new, because, it happens in another time and space. The native gaucho is resignify for the timing of the event enunciation. Thus, the operation of the discourse reaffirms attributes, which previously meant the gaucho as distinct from the other Brazilians, to signify it as a symbol of regional identity, which authorizes it to be inserted into a national culture.

**Keywords:** Enunciation, memory, interdiscourse, nativistic discourse, nativistic music.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>CAPÍTULO I: VIAJANTES E ENSAISTAS: O DISCURSO SOBRE AS TERRAS AO SUL DO BRASIL</b> .....	14
1.1 O discurso dos viajantes – Um olhar estrangeiro sobre as terras ao Sul do Brasil.....	15
1.2 O discurso dos ensaístas - Um novo dizer sobre o rio-grandense.....	23
1.3 A historiografia rio-grandense e a constituição de um imaginário sobre o gaúcho .....	30
1.3.1 Gaúcho: Um forte, aguerrido e bravo.....	32
1.3.2 Gaúcho: O centauro dos pampas.....	35
1.3.3 Gaúcho: Um homem livre.....	37
<b>CAPÍTULO II: TRADICIONALISMO E NATIVISMO NA CULTURA RIO-GRANDENSE</b> .....	40
2.1 O Movimento Tradicionalista no Rio Grande do Sul- A invenção de um novo gaúcho.....	40
2.2 As razões do nativismo- Um repúdio ao gauchismo.....	50
2.3 A Califórnia da Canção Nativa e A era de ouro dos festivais- Uma volta às origens.....	53
<b>CAPÍTULO III: ENUNCIÇÃO, MEMÓRIA E INTERDISCURSO</b> .....	60
3.1 Enunciação e o discurso sobre o gaúcho.....	60
3.2 Memória e Interdiscurso na música nativista.....	69
<b>CAPÍTULO IV: 4. DISCURSO NATIVISTA: UM DIÁLOGO COM OUTROS DISCURSOS</b> .....	74
4.1 O cruzamento de discursos no acontecimento enunciativo das músicas nativistas.....	74
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	85
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	88
<b>ANEXOS</b> .....	92

## INTRODUÇÃO

Há várias formas de pensarmos um estudo sobre língua, pois língua e linguagem são próprias do homem e, portanto, compartilham da diversidade que constitui os seres humanos. Quando Benveniste nos disse que “antes da enunciação, a língua é senão possibilidade de língua” e postulou sua subjetividade, percebemos que o homem está na língua e isto implica dizer que a língua abrange dele todas as suas propriedades. Estamos falando de vivências, crenças, ideologias, de história, de cultura, tudo na língua e pela língua. Reportando-nos para nosso contexto geográfico, o Brasil, vemos que neste temos a presença de várias línguas e culturas distintas. Na região Sul do país, o Rio Grande do Sul destaca-se por ser limitrofe com países do Prata, Argentina e Uruguai, oportunizando o contato entre língua espanhola e língua portuguesa. Assim, a localização geográfica deste estado o fez cenário de um processo de delimitação de fronteiras, que resultaram em uma configuração socio-histórica única e distinta das outras regiões do país.

Ao revisitarmos a história, portanto, observamos que, devido a fatores sociais, políticos e econômicos, a disputa entre as coroas ibéricas de Espanha e Portugal ocasionou no decorrer do processo de colonização não apenas o litígio entre os povos destas regiões circunvizinhas, mas também a aproximação cultural e linguística das mesmas. Desta forma, o entrecruzamento da língua espanhola e da língua portuguesa não se restringiram aos limites das fronteiras, mas foram além das comunidades fronteiriças, difundido-se por todo o estado do Rio Grande do Sul. Esta aproximação deveu-se, nos primeiros tempos da colonização, às vezes, ao avanço espanhol na colônia portuguesa, às vezes, às investidas portuguesas sobre as terras colonizadas pela Espanha.

Após as definições dos limites territoriais, o convívio das comunidades fronteiriças seguiu através de novas formas e não serviu apenas para apartar, mas também para aproximar as comunidades. Tal situação deve-se em muito pela falta de obstáculos naturais entre elas, pois alguns trechos das fronteiras, estas são apenas definidos por linhas imaginárias e marcos que não cumprem a função de delimitar, mas pelo contrário oportunizam uma condição de permanente interação. Assim, as regiões ao sul das Américas, antes de terem definidas as coroas ibéricas das quais faziam parte, puderam compartilhar língua e cultura, que adentram tanto os territórios do Brasil quanto da Argentina e Uruguai. Na condição de habitante

desta região e, portanto, permeado pela indiossincrasia que suas características exerceram sobre os sujeitos que habitam, encontramos as motivações iniciais para a realização desta pesquisa.

De tal forma, as questões relativas à interação entre falantes de língua portuguesa e língua espanhola fazem alusão a memórias que trazem à tona questões sobre a relação entre as línguas e as culturas que se encontram no Rio Grande do Sul e que fizeram parte de nossa constituição como sujeito. Além disso, um grande apreço pela cultura deste estado e principalmente pela história do mesmo, que se destaca na formação das fronteiras da colônia portuguesa, futuramente nação brasileira, e que permeia o imaginário dos rio-grandenses, colaborou para a motivação que inicialmente resultou num projeto intitulado “O contato entre língua portuguesa e língua espanhola e seu funcionamento enunciativo nas letras de músicas nativistas”. Os dois anos dedicados à constituição deste trabalho resultaram num conhecimento maior das teorias que embasam a proposta e, portanto, num amadurecimento de nossa proposta de pesquisa. De tal modo, novas alterações e adaptações tornaram-se necessárias, sendo estas expressas através de um novo título, “Nativismo e as relações entre-línguas, uma análise do discurso nativista.” À medida que nos aprofundamos na história e nas relações dos sujeitos com as línguas, o discurso nativista passou a interessar-nos sob uma outra perspectiva. Embasados pelos estudos enunciativos de Guimarães (2005) compreendemos o discurso como um acontecimento enunciativo que mantém relações com outros discursos e centramos o foco de nosso trabalho na busca de relações no discurso nativista.

Assim, neste trabalho, nos propomos a abranger mais que a materialidade lingüística, ir além da palavra e buscar nesta as relações humanas manifestadas que ajudam a constituir o sujeito que habita o Rio Grande do Sul e que atualmente se apresenta re-significado no gaúcho como tipo social. Partindo destas considerações iniciais, nosso trabalho dará enfoque inicialmente aos discursos que tratam das origens do povo rio-grandense, a fim de melhor compreender como estes são retomados no discurso nativista através das suas composições.

Começaremos por conhecer os primeiros discursos sobre a região sul do Brasil através dos textos de viajantes que registraram, através de seus relatos, a formação sócio-histórica do Rio Grande do Sul. A fim de propor uma complementação de nossos estudos sobre a formação do Rio Grande do Sul,

adentraremos também pelos textos de ensaístas, que, tendo por fonte os primeiros relatos, nos dão uma outra perspectiva da formação da sociedade rio-grandense.

Além de noções sobre a historiografia rio-grandense, ao tratarmos de um conjunto de enunciados que se propõem nativistas, é preciso que se faça também o entendimento do que representa para a cultura rio-grandense o Movimento Nativista, no qual se inserem tais composições. Assim, nossa pesquisa buscará esclarecimentos primeiramente sobre o Movimento Tradicionalista, por ser este precursor do Movimento Nativista, bem como seus personagens e propostas, trabalhando com conceitos de tradição e cultura. Além disso, dentro deste contexto averiguaremos a formação dos festivais culturais nativistas, como forma de divulgação e ratificação do Movimento Nativista, voltando nosso olhar para o festival fundador do Nativismo como movimento cultural, a Califórnia da Canção Nativa do Rio Grande do Sul.

O advento da música nativista trouxe para o cenário rio-grandense, a partir dos anos 70, uma inovação à medida que se apresentou como um contraponto ao cerceamento das manifestações artísticas ocasionado pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho que já estava em expansão no estado do Rio Grande do Sul. De tal forma, compor música nativista passou a ser antes de tudo um ato de protesto e contestação. Porém, apesar de sua proposta aparentemente divergir da proposta tradicionalista, os dois movimentos se pautam pela mesma valorização do regional, da cultura gaúcha e da tradição. Estamos tratando, portanto, de um discurso que visa à manutenção de uma cultura através da rememoração do passado.

De tal modo, nosso trabalho, no Capítulo I, será voltado para o discurso dos viajantes, através dos pesquisadores Saint-Hilaire (2002) e Nicolau Dreys (1990), que relatam as impressões de suas passagens pela região Sul do Brasil, considerando que estas são retomadas para a afirmação de uma identidade gaúcha. Neste mesmo capítulo, ainda, trataremos do discurso dos ensaístas por entendermos que estes buscam organizar a historiografia rio-grandense tomando por base o discurso dos viajantes e que tais discursos constituem um imaginário sobre o gaúcho. Desta forma, abordaremos, para averiguar as primeiras informações registradas sobre a região Sul do Brasil, o discurso da historiografia do Rio Grande do Sul e os efeitos de sentido que estes discursos produziram, contribuindo para compor uma imagem de sujeito representativo do povo rio-grandense.

Em um segundo momento, reportamo-nos para a história do Movimento Tradicionalista no Rio Grande do Sul que tem por finalidade a conservação de hábitos e costumes de origem gauchesca. Assim sendo, o MTG<sup>1</sup> apropriou-se de uma tradição já existente para reinventá-la, promovendo uma interdição da tradição pela regra e pela norma. Com este movimento, temos a re-significação do gaúcho, numa constante valorização deste tipo social e de seus atributos e tomando o tipo social gaúcho como representante do povo rio-grandense. Além disso, abordaremos também o Movimento Nativista que surgiu em meados da década de 70, momento histórico de repressão na sociedade brasileira, devido ao sistema ditatorial do governo na época. O Movimento Nativista traz para o MTG, enquanto movimento cultural, uma nova perspectiva, pois além da rememoração das origens do tipo social gaúcho e da exaltação deste, voltou-se, também, para uma proposta de engajamento social e político. Assim, o nativismo configurou-se essencialmente como um movimento cultural de cunho predominantemente musical e teve como evento fundador a Califórnia da Canção Nativa do Rio Grande do Sul, de forma que abordar a história deste festival também se fez necessário para nossa pesquisa. Além disso, é a partir desse festival que propomos nosso corpus de trabalho, as composições nativistas.

No Capítulo III, nos deteremos nas noções teóricas que nortearão a pesquisa, tomando para a análise a abordagem da análise da Semântica do Acontecimento desenvolvida por Eduardo Guimarães, para o qual a enunciação é um acontecimento dado pela relação da língua com o sujeito, sendo, segundo o autor, por essa relação se constituem sentidos. Ao mesmo tempo, conforme propôs este autor, mantemos um diálogo com a Análise do Discurso de filiação pècheutiana, mais especificamente através dos estudos de Eni Orlandi, mobilizamos, assim, noções como memória e interdiscurso, pois na enunciação é definida por Guimarães (2002) como:

...um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso. É, portanto, quando o indivíduo se encontra interpelado como sujeito e se vê como identidade que a língua se põe em funcionamento. (Ibid, 2002, p.70)

---

<sup>1</sup> MTG: Movimento tradicionalista Gaúcho.

O corpus de nosso trabalho será dado a partir de um recorte das composições que participaram da Califórnia da Canção Nativa do RS, concentrando-se em três composições vencedoras da Califórnia da Canção Nativa do Rio Grande do Sul, entre as décadas de 70 e 80, tendo sido cada uma delas vencedora em uma das linhas propostas pelo festival.

Tomaremos tais composições para análise por ordem cronológica, de forma que a primeira composição analisada será “Leão do Caverá”, uma composição de Gilberto Carvalho e Raul (Talo) Pereira, interpretada por Leopoldo Rassier e Os Tropeiros de Ibirapuitã, vencedora da linha de manifestação rio-grandense, em 1976. A segunda composição analisada é a vencedora da linha de projeção folclórica em 1980, intitulada Semeadura. Esta é uma composição de Vitor Ramil e José Fogaça, tendo sido interpretada por Vitor Ramil e Grupo Tribo. Por fim, tomaremos para análise a composição Grito dos Livres, vencedora da linha de manifestação rio-grandense no ano de 1984. A mesma é uma composição de José Fernando Gonzales, interpretada por Dante Ramon Ledesma e destaca-se por ter sido marco de alterações no regulamento da Califórnia. Cabe-nos ainda ressaltar que destas composições nativistas traremos para este trabalho o recorte de algumas sequências enunciativas (SEs), obedecendo a uma numeração (SE 1, SE 2, etc.) de acordo com a sequência destas nos textos das composições. No recorte destas sequências consideraremos a presença de elementos que retomem discursos anteriores, mais especificamente o discurso dos ensaístas e viajantes, como já propusemos anteriormente.

Assim, buscamos apresentar nossa contribuição para os estudos enunciativos, abordando as composições nativistas como um discurso sobre o gaúcho, a partir das lembranças que estas apresentam sobre o tipo social gaúcho, constituindo-se como um conjunto de ideias que configuram o gaúcho como representante identitário do povo rio-grandense.

## CAPÍTULO I

### 1 VIAJANTES E ENSAÍSTAS: O DISCURSO SOBRE AS TERRAS AO SUL DO BRASIL

Há na historiografia sul-rio-grandense um conjunto de ensaios e textos que constituem um discurso sobre a formação histórica, social e étnica do Rio Grande do Sul durante o período colonial que forjou um imaginário sobre o sujeito gaúcho e suas tradições. De um modo geral, esses textos sustentam suas informações e seus argumentos nos registros feitos principalmente por viajantes estrangeiros que percorreram as terras ao sul do Brasil durante os primeiros tempos da ocupação colonização da Província de São Pedro, nome que recebia o Rio Grande do Sul na época. O objetivo desses viajantes era, em princípio, coletar material para suas pesquisas científicas sobre este território que ainda permanecia desconhecido para o europeu, após mais de dois séculos de sua descoberta. O novo mundo se apresentava misterioso e inexplorado para eles, despertando o interesse por pesquisas para melhor conhecer sua geografia, botânica, zoologia entre outras áreas do conhecimento, a fim de formar, inclusive, um conjunto de dados úteis ao império Português.

Segundo Cesar (1980), tal desconhecimento se deveu, em muito, pela geografia que dificultou a ocupação do Rio Grande do Sul, pois seu extenso litoral teria retardado a penetração dos exploradores. Além disso, desde a conquista da América até meados do século XVII, as nações ibéricas ainda não haviam definido bem o traçado dos seus limites territoriais nas suas possessões no Novo Mundo. Nesta época, apenas o Tratado de Tordesilhas representava os limites sempre controversos entre Portugal e Espanha.

As riquezas naturais representavam um grande atrativo para os estrangeiros, por isso muitas das informações propõem-se a auxiliar no aproveitamento destas. Em geral, a região sul do Brasil, bem como as demais, foi descrita por viajantes que traziam consigo os padrões e costumes da civilização européia, os quais serviriam de parâmetro para muitas descrições feitas a partir de uma visão comparativa com a Europa. É, portanto, através destes relatos que conhecemos mais sobre as terras gaúchas quanto de seus habitantes no período colonial.

Temos, então, um discurso sobre a formação da sociedade sul-rio-grandense que está formulado em textos que consideramos pelo seu conjunto como sendo constitutivos de um discurso sobre o Rio Grande do Sul e seus habitantes no período colonial. Assim, considerando esses relatos, pretende-se trazer à reflexão que produziram ao longo do tempo discursos sobre o gaúcho e suas tradições, incluindo-se aí o tradicionalismo e o nativismo, como correntes de caráter cultural que tomam o gaúcho enquanto um símbolo identitário.

### **1.1 O Discurso dos viajantes: Um olhar estrangeiro sobre as terras ao Sul do Brasil**

A história do Rio Grande do Sul parte, levando em conta os textos baseados viajantes, de um olhar estrangeiro, ou seja, o olhar do outro. Este outro traz consigo o ponto de vista do colonizador, que ele apresenta como o do civilizado e que, aos poucos, revela uma sociedade distante do ideal civilizatório dos europeus. Propomos, desse modo, revisitar alguns comentários destes viajantes, que figuram como observadores das terras brasileiras no período do Brasil colonial.

Dentre os nomes que podemos citar como estrangeiros, que escreveram sobre o Brasil, estão Auguste de Saint-Hilaire, Nicolau Dreys, Arsène Isabelle e Robert Avé-Lallemant. Contudo, para o objetivo do nosso trabalho, escolhemos em específico o botânico Auguste de Saint-Hilaire e do naturalista Nicolau Dreys. Por meio destes relatos buscaremos considerar que as questões mobilizadas nos mesmos estão ligadas à formação sócio-histórica do sul do Brasil.

A constituição, tanto da população, quanto de seus hábitos e costumes, toma importância em nosso trabalho à medida que é evocada e, por vezes, ovacionada em discursos que se propõem a retomar as origens do habitante do Rio Grande do Sul. Veremos, futuramente, que esta retomada dar-se-á de diferentes maneiras por dois movimentos que se propõem à manutenção da cultura do Rio Grande do Sul e que constituirão discursos sobre o rio-grandense.

Entre os anos 1820 e 1821, o botânico e naturalista francês August de Saint-Hilaire (1779-1859) reuniu suas impressões sobre o Rio Grande do Sul na obra “Viagem ao Rio Grande do Sul”, publicado em 1887, após sua morte. Destes relatos para dar a conhecer ao europeu o “novo mundo” temos hoje um conjunto de informações que serve de apoio até mesmo para os historiadores.

Nicolau Dreys era naturalista de Nancy, França, e, por motivos políticos, deixou sua pátria para aportar no Brasil em 1817, quando fez sua primeira viagem à província do Rio Grande de São Pedro do Sul. Dreys fez estudos sobre topografia e zoologia, além de outras informações sobre as terras e os habitantes dessa região. Destas interessa-nos aquelas nas quais trata da população rio-grandense e para qual dedicou o terceiro capítulo de seu livro intitulado “Da população”.

César (1980) afirma que os pesquisadores europeus vinham ao Brasil com o propósito, a princípio, de coletar informações sobre aspectos da botânica e da zoologia rio-grandense, mas não deixavam de registrar também aspectos sociais e étnicos da região. As observações sobre a geografia rio-grandense são abundantes, visto ser essa a motivação principal dos viajantes. Em geral tais anotações são feitas comparando as características geográficas do Estado do Rio Grande do Sul com as da França, tendo sido este tipo de observação bastante rica em detalhes. “Aqui, o terreno é mais uniforme, o quanto possível, do que as nossas planícies de Beauce...” (SAINT-HILARIE, 2002, p.20)

Partindo de um olhar minucioso de pesquisador, o viajante vai além de seu propósito inicial de conhecer flora e fauna, produzindo um discurso sobre o país e seu povo. As informações sobre os habitantes da região, assim como as características geográficas do estado, já mencionadas por nós, são feitas em comparação com os europeus.

Os relatos dos viajantes, que se apresentam no texto dos diários são fontes para os ensaístas. Neste sentido, interessa-nos interpretar como essas fontes foram significadas para sustentar e subsidiar os argumentos e os pontos de vista dos ensaístas no modo como eles apresentam, então, o Rio Grande do Sul no período colonial, na produção de um discurso historiográfico. Essa apresentação ao tomar essas fontes re-significa o homem da região, seu território e seus costumes.

O discurso sobre o habitante do sul do Brasil parte, muitas vezes, do ponto de vista de quem está de passagem, sem intenção de estabelecer vínculos, apenas com o propósito de, externamente aos fatos, relatar suas observações. Apesar dos efeitos de sentido que esta perspectiva européia possa produzir, reiteramos que a mesma nos interessa por suas referências às características da população, seus hábitos e costumes na intenção de que estas possam ajudar-nos a perceber como se deu a constituição dos habitantes da região sul do Brasil. E, assim, estabelecer um paralelo entre rio-grandense e gaúcho, visto que este último não era considerado

pelos observadores estrangeiros, aqui mencionados, como representante do povo rio-grandense, mas sim como um tipo díspare que figurava no pampa em decorrência de inúmeros fatores sociais, econômicos e até mesmo geográficos.

Começamos observando a obra de Saint-Hilaire (2002) que nos revela atribuições semelhantes às características atualmente atribuídas ao sul-rio-grandense e que serviram para compor uma imagem distintiva deste em relação ao restante do país. Referimo-nos aqui ao conhecido caráter bélico do gaúcho, por muitos ovacionados, ainda nos dias de hoje, e resultante de um passado de conflitos sucessivos com os espanhóis pela demarcação das fronteiras, bem como após a demarcação destas, por dez anos de disputa com o Império na Revolução Farroupilha (1835-1845).

Para introduzir, com mais facilidade, o mesmo espírito militar nas diversas províncias do Brasil, poder-se-ia, creio eu, devolver, cada ano, uma parte dos velhos soldados das outras capitanias a seus lares e substituí-los por novos recrutas. Esta capitania, de qualquer modo, seria uma espécie de escola para as outras, dotada, então, de atividade, espírito militar e deste sentimento nacional que a guerra faz sempre nascer. (SAINT-HILAIRE, 2002, p.88)

A descrição dos habitantes da região é também, como a da botânica e a da zoologia, feita por meio de comparações com a Europa. “Apesar da indigência que revela essa triste morada, a dona da casa se veste muito melhor que nossas camponesas francesas.” (SAINT-HILAIRE, 2002, p.14). Ao retratar o habitante do estado do Rio Grande do Sul, o viajante o faz observando o meio em que este está inserido, registrando hábitos e costumes destes, bem como sua condição socio-econômica e atividades laborais. As observações apresentam um quadro das condições sociais dos sujeitos, seus comportamentos e hábitos que estão, em geral, relacionados a sua função ou ocupação na sociedade.

As descrições, neste caso, consideram os aspectos culturais, físicos e sociais, relacionando todos os diferentes tipos étnicos que vai conhecer no decorrer de sua viagem. Negros, índios, mestiços e brancos são mencionados sob sua ótica européia, dando-nos a conhecer os mais variados aspectos da sociedade rio-grandense da época.

Assim, por estas descrições, podemos observar os diferentes tipos humanos que habitavam a região sul do Brasil no período colonial e que contribuíram de alguma forma na constituição dos costumes rio-grandenses. Dentre as várias etnias descritas por Saint-Hilaire, encontramos, por exemplo, a indígena, que segundo

César (1980) nos deixou inúmeras contribuições nos usos e costumes da região. Podemos citar como exemplo o uso das boleadeiras, com as quais dominava as reses no campo, dentre tantos outros que estão relacionados às características da sociedade rio-grandense. Comenta Dreys, também, que as boleadeiras ou “as bolas”, juntamente com o laço, é uma das armas peculiares ao rio-grandense, agregando-se à clavina, à espada e à faca de prata, usadas pelos militares.

De acordo com Cesar (1980), os aborígenes<sup>2</sup> encontrados no sul do Brasil pertenciam, em sua grande maioria, a família Tupi-Guarani, muito embora, as muitas migrações os colocassem em contato com outros povos ameríndios, ocasionado uma mescla cultural e ampliando a gama de grupos indígenas que ocuparam esta região nos primórdios da colonização. O autor destaca ainda, que as contribuições do índio nas atividades da pecuária e da agricultura. Do ponto de vista das contribuições lingüísticas, menciona como os efeitos dos contatos culturais a que se trasladaram à fala do gaúcho, tendo esse, herdado vocábulos de origem túpica e quíchua.

É interessante perceber como, aos olhos do europeu, a condição social do sujeito reflete-se em sua aparência física. Além disso, atribui à saída dos jesuítas do estado, a degradação moral promovida nos índios. “Os guaranis são mais feios e mostram na fisionomia uma expressão de baixeza, devido talvez, unicamente ao sentimento de sua inferioridade, à dependência em que vivem atualmente.” (SAINT-HILAIRE, 2002, p.30). A recuperação dos relatos sobre o indígena se faz pertinente, pois se apresentará, mais tarde, no discurso nativista como símbolo de heroísmo e resistência no episódio da expulsão dos jesuítas das missões que resultou na Guerra Guaranítica. Uma canção emblemática dessa retomada é a composição Grito dos Livres.<sup>3</sup>

Além do indígena, também o negro passou a constituir parte da população do Rio Grande do Sul, muito embora em menor número em relação às demais províncias, pois nos primeiros tempos, o escravo não foi essencial ao desenvolvimento das estâncias. Segundo Cesar (1980), os povoadores açorianos não trouxeram escravos consigo, visto que, cuidavam da lavoura e do gado sozinhos, além de terem poucos recursos para adquiri-los.

---

<sup>2</sup> Termo utilizado pelo autor.

<sup>3</sup> A composição Grito dos Livres (Compositor: José Fernando Gonzales; Intérprete: Dante Ramon Ledesma) venceu a 14ª CCNRS em 1984.

Para Dreys (1990), os escravos da província estão numa posição privilegiada, pois recebem mantimentos em abundância e estão sempre bem agasalhados por ocorrência do inverno. O autor, porém, pondera que apesar da aparente resignação dos escravos, estes não são isentos do movimento insurrecional, que move a potência de repressão da população branca. A condição escrava do negro futuramente, segundo Golin (1983), o destituirá de tomar parte na composição da imagem representativa do habitante do Rio Grande do Sul, “o gaúcho” promovido pelo Movimento Tradicionalista.

À medida que encontramos alusões aos escravos, dessas podemos também colher informações sobre outros habitantes do Rio Grande do Sul, pertencentes a classes sociais privilegiadas como os estancieiros e os charqueadores. Em boa parte da trajetória dos viajantes são estes que os recebem e os obsequiam em suas paradas para descanso.

Saint-Hilaire observa e descreve-os também a partir de um juízo de valor, pois mesmo detentores de uma condição financeira e uma posição social de destaque na sociedade rio-grandense, são vistos, mais uma vez, sob o olhar europeu, sempre mais civilizado em relação àquele que apesar de ter uma origem também européia constitui parte da população do novo mundo. Além disso, em relação ao colonizador português, Saint-Hilaire os julga como sendo pessoas pouco capacitadas para povoar o Brasil. “Como já disse em minha viagem a Minas, os portugueses que se estabeleceram no Brasil, quase todos ignorantes e sem educação, retardam muito a civilização deste país em vez de fazê-la progredir” (SAINT-HILAIRE, 2002, p.88)

Encontramos, ainda, nesses relatos, caracterizações que o autor faz e que são extensivas a todos os habitantes do estado, generalizando algumas de suas habilidades. A relação entre homem e o animal aparece de forma emblemática para o rio-grandense, dando-nos o princípio da constituição de mitos<sup>4</sup> hoje cultuados, como o do homem-cavalo, ou “centauro dos pampas”<sup>5</sup> e retomados na literatura por autores como Ciro Martins e Moacyr Scliar. Podemos observar um pouco desta perspectiva de homem habilidoso com o cavalo, nos comentários que o autor faz

---

<sup>4</sup> Mito vivo, segundo Eliade (2006), é aquele que segue no imaginário social produzindo efeitos de sentido e mantendo sua essência, não sendo apagado apesar das transformações que possa sofrer no decorrer dos tempos e servindo de modelo de conduta para o grupo social no qual se apresenta.

<sup>5</sup> De acordo com Petri (2004), em algumas regiões, o centauro é evocado para representar o conquistador espanhol e em outras aparece representado pelo gaúcho (habitante do pampa da Argentina, do Brasil e do Uruguai), um herói nativo do pampa sul-americano que fez corpo com seu cavalo.

sobre o Conde de Figueira em comparação com seus “jurisdicionados”. “Aos olhos de seus jurisdicionados, ele possui outro mérito extraordinário, por saber atirar o laço, montar a cavalo tão bem quanto eles, transportando-se com rapidez de um relâmpago de um ponto ao outro da Capitania.” (SAINT-HILAIRE, 2002, p.29).

A destreza com o cavalo coloca o Conde Figueira em posição de destaque, o povo passa a respeitá-lo mais por suas habilidades de montaria, que em geral, segundo o autor são típicas de posições sociais menos favorecidas, de menor destaque econômico, ou seja, daqueles que se encarregam dos afazeres servis, das lidas campeiras. Podemos perceber em vários comentários de Saint-Hilarie, a importância que se dá às capacidades de manejo com este animal e de como a sua utilização é hábito difundido na província. “Ao ficarmos sozinhos, apressou-se em demonstrar sua admiração por ver-me a pé, pois nesta região, toda gente, mesmo pobre, inclusive os escravos, não dão um passo sem ser a cavalo.” (SAINT-HILAIRE, 2002, p.52)

Não apenas Saint-Hilarie, mas também outros autores referem-se a essa relação como essencial para a sobrevivência do rio-grandense, pois com ele o homem do campo trabalha primeiramente na apreensão do gado chimarrão<sup>6</sup> e depois na criação deste.

É também sobre o lombo do cavalo que o sulino defende as fronteiras brasileiras e torna-se um soldado exemplar, modelo para toda a colônia. À medida que, o rio-grandense, em sua grande maioria, vivia da pecuária ou mesmo nas localidades mais urbanizadas dependia dela, conseguimos compreender com maior clareza a dimensão da utilidade que este animal tinha para o Rio Grande do Sul. A indispensabilidade do cavalo por uma atividade essencialmente de pecuária e pelas grandes distâncias a serem percorridas nos campos, dá início a uma relação intrínseca, que principia o apreço que mais tarde, pode-se dizer, se tornaria um culto.

Para corroborar com as explicações de Saint-Hilaire sobre a relação do homem rio-grandense com o cavalo, temos o relato de Dreys (1990) no qual encontramos referência a relação homem-cavalo no Rio Grande do Sul.

---

<sup>6</sup> Chimarrão: gado bovino que foge ao custeio e passa a viver em estado selvagem. NUNES, Zeno Cardoso (1997, p.107). Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul / 8. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro.

Uma coisa notavelmente diferencia o rio-grandense dos outros ramos do tronco a que pertence, e vem a ser a espécie de aliança que tem contraída com o cavalo... A predileção que manifesta o rio-grandense por seu cavalo não se limita a admiti-lo como companheiro inseparável; ele se ocupa também em adorná-lo...; muitas vezes a posição social do habitante do campo do Rio Grande não se revela senão pelo luxo do cavalo... (DREYS, 1990, p.110)

Constam ainda nos relatos de Dreys e Saint-Hilaire observações específicas sobre uma parte da população rio-grandense a qual nos interessa em especial para as discussões deste trabalho. Ambos os autores referem-se a um tipo particular denominado gaúcho e sobre ele tecem seus comentários. Atualmente, a palavra gaúcho é extremamente conhecida, tanto no atual estado do Rio Grande do Sul como no restante do Brasil, sendo inclusive utilizada como sinônimo de rio-grandense, podendo também referir-se aos habitantes da Argentina e do Uruguai. Em Nunes (1997) encontramos diversas acepções para o termo gaúcho<sup>7</sup>, dentre elas a que se referiram os autores mencionados neste trabalho.

O gaúcho é relatado por Dreys (1990) como parte de uma população livre de, acordo com a sua divisão para os que são rio-grandenses, separando-os em população livre e população escrava. O gaúcho se destaca, segundo o autor, como anomalia e, muito embora o autor se proponha a não atribuir juízo de valor ao gaúcho, ao expor sua condição de homem livre, ressalta a improbidade do mesmo em ajustar-se às leis, portanto, já o fazendo.

... a província do Rio Grande oferece ainda a esse respeito uma anomalia bem digna de se notar: é a existência de uma nação mista, intercalada entre as populações originárias e que pertence à raça livre, menos ainda por sua extração, do que pela possessão imemorial de uma liberdade indefinida que as leis das sociedades vizinhas podem dificilmente refrear; dizemos nação, por ter essa associação excepcional, moral, costumes, e gostos sui-generis; entendemos falar dos gaúchos: expressão local a que não pretendemos acepção nenhuma desfavorável;... ( DREYS, 1990, p.109)

Ao deter-se em uma descrição mais precisa do gaúcho, Dreys (1990) explicita que este provém do homem da natureza, e que esta transição dar-se-ia de maneira fácil, pois o selvagem seria o homem livre por excelência, sendo em geral

---

<sup>7</sup> GAÚCHO, s. e adj. //Primitivamente: Changador, gaudério, ladrão, contrabandista, vagabundo, coureador, desregrado, andejo. Índio ou mestiço, maltrapilho, sem domicílio certo, que andava de estância em estância, trabalhando em serviços que fossem executados a cavalo. Remanescentes de tribus guerreiras que habitavam a Argentina, o Uruguai e o Rio Grande do Sul, às vezes amestiçados com portugueses e espanhóis... NUNES, Zeno Cardoso (1997, p.107). Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul / 8. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro.

proveniente do contato da raça branca com os indígenas e acalentam o gosto pela vida fácil e de perfeita liberdade.

Sem chefes, sem leis, sem polícia, os gaúchos não têm, da moral social, senão as idéias vulgares, e sobre tudo uma sorte de probidade condicional que os leva a respeitar a propriedade de quem lhes faz benefício ou de quem os emprega, ou neles deposita confiança... (DREYS, 1990, p.122)

Saint-Hilaire (2002), do mesmo modo, expõe a liberdade como uma característica do rio-grandense ao comparar o habitante desta Capitania ao padrão que possuía para os habitantes do interior.

O que me chamou a atenção, depois que cheguei a esta Capitania, é o ar de liberdade de todos com que me deparo e o desembaraço de seus gestos; não possuem a apatia que caracteriza os habitantes do interior; ao contrário, seus movimentos são mais enérgicos, há menos delicadeza em seus gestos. Numa só palavra: são mais homens. (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 25/26)

As características mencionadas no discurso sobre o gaúcho dos relatos dos viajantes nos são relevantes por, na atualidade, aparecerem retomadas no discurso nativista e servirem de apoio para muitas das características evocadas pelo tradicionalismo na formulação de uma imagem que se preste à representação da população rio-grandense. A descrição que os autores consultados fazem do tipo humano gaúcho vão ao encontro de muitos temas de composições tanto tradicionalista como nativistas, bem compreensíveis de serem retomados por seus autores, visto que destacam habilidades bélicas, destreza com o trato do cavalo e reiteram o não assujeitamento a qualquer tipo de normas.

Apesar de na atualidade o termo gaúcho ser usado indistintamente para todo o nascido no Rio Grande do Sul, convém mencionar que o termo surgiu com uma acepção pejorativa, ainda que a ele se atribuíssem várias habilidades já mencionadas e designava o homem changador, ladrão, contrabandista, índio ou mestiço sem domicílio certo<sup>8</sup>. Como já dissemos muitas das características mencionadas por Saint-Hilaire são eventualmente acompanhadas de uma avaliação de caráter. Assim, ao referir-se ao gaúcho este é descrito de forma pejorativa por seu caráter que ocasiona um comportamento contrário aos padrões sociais, ressaltando ainda que tal comportamento lhe é típico.

---

<sup>8</sup> NUNES, Zeno Cardoso (1997, p.211). Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul / 8. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro.

Segundo o caráter bem conhecido dos gaúchos, é lícito crer que, logo proclamada a independência, aproveitaram eles os primeiros momentos de desordem a fim de pilhar o gado nas estâncias dos portugueses e que estes, por sua vez, também o roubavam das estâncias espanholas. (SAINT-HILAIRE, 2002, p.72)

As primeiras impressões sobre os habitantes do sul das Américas deixaram um registro da figura do gaúcho dada pelos relatos dos estrangeiros que cruzaram a região Sul no século XIX. Nestes relatos, percebemos descrições dos diferentes tipos humanos que habitavam a então província do Rio Grande de São Pedro do Sul com menção às distinções de comportamento, hábitos e costumes em geral e suas diferentes condições sociais. Os valores mítico-heróicos atribuídos ao rio-grandense e cultuados pelos futuros movimentos culturais, como tradicionalista e nativista, não são ainda identificados nestes primeiros relatos, muito embora neles haja a descrição de hábitos que recuperados ajudam a sustentar tais valores. Como exemplo, podemos citar a utilização do cavalo nas tarefas do campo e a relação do homem com o mesmo que lhe conferia, segundo as palavras dos viajantes, uma característica de liberdade.

Após estas primeiras observações sobre o habitante do Rio Grande do Sul, através dos relatos dos viajantes, a fim de mobilizarmos as noções de memória e rememoração, partimos, então, para uma relação destas fontes com a perspectiva histórica dos ensaístas, reforçando a origem do homem gaúcho. Estes discursos servirão de complemento à primeira parte deste capítulo na observação da constituição sócio-histórica do gaúcho, sendo conveniente lembrar que muitos deles se embasam no discurso dos viajantes para sua composição. Assim, através desses dois discursos, julgamos possível dar embasamento a nossas futuras considerações nas seqüências enunciativas de composições nativistas que serão tomadas para análise.

## **1.2 O discurso dos ensaístas - Um novo dizer sobre o rio-grandense.**

Retomamos, então, que para tratarmos a questão dos discursos produzidos nas composições nativistas, necessitamos, primeiramente, revisitar as origens sócio-históricas do Rio Grande do Sul. Para tanto, a fim de dar sustentação ao nosso trabalho, tomamos como fonte de pesquisa, por primeiro, o discurso dos viajantes, e agora nos voltamos para o discurso dos ensaístas que tratam da formação do

estado. Esta parte de nosso estudo baseia-se fundamentalmente em textos de Guilhermino Cesar, Manoelito de Ornellas e Moysés Vellinho, aos quais buscaremos acrescentar comentários de outros estudiosos.

Neste momento de nosso trabalho, dada as características dos textos pesquisados, direcionaremos os comentários de forma distinta ao que se deu na primeira parte deste capítulo. Por meio do discurso dos viajantes foi possível verificar as descrições dos mesmos sobre os habitantes da então Província do Rio Grande de São Pedro do Sul. O discurso analisado agora, não são relatos de observações, embora busquem neles suas fontes. Trata-se de dizeres embasados em outros dizeres, que visam organizar a história do Rio Grande do Sul.

Desta forma, cabe-nos, por primeiro, alguns esclarecimentos com respeito ao traçado das fronteiras brasileiras que se deu através de várias negociações entre os impérios Português e Espanhol, e que até as demarcações definitivas gerou condições para que ambos habitassem o sul do atual território brasileiro. Em Kühn (2004) averiguamos que em 1494, das negociações entre Espanha e Portugal, resultou o Tratado de Tordesilhas, garantindo a Portugal a posse da faixa oriental. Posteriormente, o Tratado de Madri em 1750, foi a primeira tentativa de delimitação entre os territórios portugueses e espanhóis no Novo Mundo. Este consistia na permuta entre a Colônia do Sacramento e os Sete povos das Missões. Dos conflitos desse período resultaram as Guerras Guaraníticas, entre 1754 e 1756. Apenas em 1777, os portugueses devolveram a região dos Sete Povos à Espanha através do tratado de Santo Ildefonso, que se manteve até 1801, quando, pelo Tratado de Badajós, as coroas ibéricas concordaram em retomar a divisória negociada em 1750. Ainda assim, segundo informações complementares dos autores, a fronteira continuava sendo motivo de litígios, por conta das guerras de independência das colônias espanholas. A fronteira, contudo, ainda não estava totalmente definida, ficando este problema em suspenso por mais alguns anos.

Estes primeiros esclarecimentos fazem-se necessários, pois estamos agora diante de discursos diferenciados dos anteriores. Trabalharemos, neste momento, com um discurso, por vezes conduzido por datas e fatos históricos, e que tende a se posicionar perante as diferentes possibilidades das origens étnicas dos rio-grandenses. Continuamos com a disposição, entretanto, de investigar estas possibilidades, enfatizando mais uma vez os costumes e hábitos dos habitantes da região sul do Brasil, comentados nos textos.

Conforme os dados e datas mencionados anteriormente, com base em Kühn (2004), o Rio Grande do Sul formou sua feição territorial definitiva num período de quase dois séculos de incorporação das Missões Orientais do Uruguai ao território brasileiro. Este período foi crucial para a definição das características da população rio-grandense. A supremacia luso-brasileira foi mantida, mas teve um alto custo para o rio-grandense, deixando-o em permanente estado de alerta para possíveis enfrentamentos com os espanhóis, que resultou em oposição e num endurecimento das relações sociais entre o Rio Grande do Sul e seus vizinhos fronteiriços.

Os diferentes autores que abordaram a historiografia do Rio Grande do Sul deram origem a vertentes de pensamento distintas, que buscam configurá-lo através de uma matriz lusa ou platina. A história política cercada de conflitos armados entre Portugal e Espanha que proporcionou relações sociais entre os habitantes da pampa, portugueses e espanhóis, antes da assimilação deste território por Portugal, e mesmo depois já que muitos espanhóis por aqui seguiram vivendo ou passando, resultaram, segundo Neumann (2004), num discurso que busca uma condição de pertencimento para o rio-grandense. Sturza (2010) ao falar do discurso fundador do estado, diz que este foi balizado por um antagonismo de ideias, de forma que nos significamos por um lugar de estar, que é o de “estar em oposição”, devido à história que nos atravessou.

A historiografia do Rio Grande do Sul, segundo Cesar (1981), foi registrada por “homens de paz e homens de guerra”<sup>9</sup> que ajudam a documentar o dinamismo inerente à cultura que, ao definir uma feição territorial para o Brasil, definiu também as características regionais da população sulina. Por volta de 1535, segundo Ornellas (1999), chegaram ao Prata cerca de dois mil e quinhentos espanhóis e cento e cinqüenta alemães saxões e flamengos. Com esses pioneiros chegaram junto com os cavalos e neles, que se vestiam à maneira típica de seu povo, o autor percebe similaridades com o que hoje reconhecemos como sendo parte da indumentária característica do Rio Grande do Sul. Calções amplos como o xiripá, botas de meio pé, coletes como os chalecos do pampa, cinturões bordado à moda das guaiacas, chapéus de amplas abas, além de lenços coloridos no pescoço. Segundo o autor, a herança étnica do gaúcho pode ser vista como influência da

---

<sup>9</sup> Grifo nosso.

figura do pioneiro peninsular, um mestiço de português e espanhol agregados ao habitante indígena milenar.

Em Ornellas (1999) encontramos que já na metade do século XVII surgiram os mestiços de espanhóis e índias e, que, segundo suas palavras, juntou a ousadia do conquistador com a perspicácia do aborígene. Desta mescla, nos diz o autor, surgiu uma figura lendária, os primeiros desgarradores, changadores, rastreadores, enfim, o gaúcho primitivo<sup>10</sup>. O autor considera que os gaúchos herdaram reminiscências e semelhanças dos campesinos espanhóis, na forma como selam seus cavalos, como montam e como se vestem.

Vellino (1962) comenta também sobre as diferentes etnias unidas pelo constante atrito entre Portugal e Espanha. Segundo ele, por ocasião dos conflitos deu-se a incorporação de novos componentes étnicos como os índios e negros que, aos poucos, se juntaram à raça dos conquistadores e colonizadores brancos. Entretanto, acrescenta a esta informação, que portugueses e luso-brasileiros, impelidos por uma vocação nacional, foram os formadores do homem típico da parte sul do Brasil; e declara: “A formação do Rio Grande desconhecia inteiramente, (...) as condições de indisciplina social e moral que foram o caldo do caudilho platino.” (VELLINHO, 1962, p.82)

Cabe-nos ressaltar, que esta inclusão e exclusão, ao tratar da formação étnica do rio-grandense, vai ao encontro das proposições de Barth (1998), o qual nos diz que as identidades são construídas e transformadas na interação de grupos sociais por meio de processos de exclusão e inclusão e que tais processos estabelecem limites para estes grupos, definindo quem os integra. Percebemos esta relação de exclusão e inclusão, mencionada por Barth (1998), em Vellino (1962 e 1975) quando o autor trata da constituição de uma identidade com base na composição étnica do rio-grandense, que está calcada na inclusão do sujeito colonizador Português e excluindo o “inimigo”<sup>11</sup>, definido por ele como os castelhanos, representado então pelos espanhóis. “A instável raia divisória do Rio Grande, sempre sob ameaça, e mais uma vez quebrada pelas investidas castelhanas, era uma fronteira política, disputada militarmente por um inimigo tradicional.” (VELLINHO, 1962, p, 40). “Porque contra a mesma área, e igualmente

---

<sup>10</sup> Expressão utilizada pelo autor.

<sup>11</sup> Grifo nosso.

em busca de mais espaço, crescia, vindo do sul e oeste, o inimigo de sempre: - os castelhanos.” (Ibid, p.202).

Cesar (1981), comenta sobre a implementação de um estilo de vida luso-brasileiro exigiu esforço e sangrentos conflitos com os descendentes do Prata , que envolveu desde o campeador ao miliciano de fronteira. O autor enfatiza que nos dias de hoje, tais conflitos resultaram numa fronteira fortemente guarnecida, não mais pelas armas, mas por sentimentos patrióticos, visto por muitos como próprios do rio-grandense e mencionado já nos relatos dos viajantes que cruzaram o estado no início da sua formação.

Ornellas (1999) esclarece que são encontradas marcas lusitanas nos hábitos, costumes, linguajar e no próprio folclore musical rio-grandense, sendo estas inapagáveis, resistindo já na vigência do século XIX. Considera, contudo, que também o português imigrante, que aqui se aquerenciou, adaptou-se ao clima e ao novo modo de vida, se re-significando como um tipo novo e original. Em pouco tempo não era mais reconhecido por sua origem ibérica e podia ser visto aventureiro, dominando o cavalo, e um entusiasmado guerreiro, contrariamente aos hábitos sedentários originais, convertendo-se num homem novo em bem pouco tempo. “...o pesado minhoto e o tosco açoriano se fizeram irreconhecíveis em poucos anos, no belo centauro das fronteiras americanas.” (ORNELLAS, 1999, p.8). O autor comenta ainda que as tradições trazidas dos Açores, oriundas da pequena propriedade agrícola, dissolveram-se totalmente, e que o português imigrante modelou-se no gaúcho-mestiço de índios guaranis, no tipo cortador, changador e no gaudério. Afirma também, que o português não trouxe suas peculiaridades para a nova terra, tanto indumentária quanto utensílio, recebeu-os do gaúcho que já habitava a pampa Americana.

Cesar (1980) explica que, na região das missões, mamelucos como Manuel dos Santos Pedroso, praticantes do contrabando de gado, criaram condições econômicas para a penetração da cultura portuguesa. Desta forma, a miscigenação ajudou na posse de uma região. O autor ressalta que, apesar das diversas étnicas encontradas nas missões, que a feição portuguesa prevaleceu e que o tipo resultante acabou por perder em muito as características indiáticas. Ao mencionar o índio como parte constituinte da formação do gaúcho, Cesar (1980), afirma que esta ocorreu no período colonial e tornou-se menos perceptível com o decorrer dos anos,

mas que a mesma deve ser considerada relevante na definição de características marcantes para o gaúcho e, portanto, para o rio-grandense.

Além dos povos que deram origem ao tipo gentílico-gaúcho, outros povos são também mencionados pelo autor, no entanto sem maiores descrições e com pouquíssimas referências sobre suas colaborações na formação do rio-grandense. Cesar (1980) menciona a chegada primeiramente dos açorianos, seguidos dos alemães, que, segundo ele, deixaram apenas alguns traços por sua presença na índole poupada e previdente, e à alegria no trabalho e nas reuniões comunais. O autor ressalta que no espaço que hoje diz respeito ao Rio Grande do Sul se fundiram vários grupos desencadeando uma miscigenação, mas que o luso-brasileiro tem transmitido aos outros grupos, de maneira estável, as marcas da cultura padrão do país.

Com referência ao período colonial, diz ainda, que a cultura açoriana vai logo sobrepujar a das tribos e a dos gaúchos andarengos, lançar raízes no pampa e dar um poder ofensivo à Língua Portuguesa, fazendo o Rio Grande integrar-se definitivamente na matriz lusa. Mesmo sendo os povos de imigração como italianos e alemães citados pelos ensaístas, estes não ocupam um espaço na formação étnica do rio-grandense, pois incorporaram os hábitos e costumes do gaúcho. Esse processo exemplifica o que Francis (apud Poutignat, Streiff-Fenart, 1998, p.66) define como a dissolução dos grupos étnicos e sua absorção na sociedade de acolhimento, de forma que os imigrantes interiorizam novos valores e atitudes, num processo de uniformização cultural.

Os autores mencionados, independentemente de defenderem uma matriz luso ou platina, admitem o gaúcho como um marco identitário para todos os rio-grandenses, e muito da sua constituição é esclarecida sempre a partir deste tipo gentílico que futuramente terá suas características e costumes escolhidos e retomados para a instauração de tradições históricas. Ornellas (1999) ressalta que o gaúcho apareceu em condições sociais determinadas pela ausência de um conceito inerente a vida civil, o de propriedade. Criado na liberdade absoluta da natureza; não concebia ele a propriedade de outra forma senão como um atentado a seu domínio e direito. “Para ele a terra era de todos como o ar e como a luz.” (ORNELLAS, 1999, p.88). Este que se formou, de acordo com os textos consultados, tanto por influência espanhola, quanto portuguesa junto aos povos indígenas, ocasionando uma

miscigenação, resultou em um tipo de formação recente do ponto de vista antropológico.

Segundo Cesar (1980), a formação do gaúcho se deu em campo aberto, durante a luta com espanhóis e daí provém os usos e costumes verdadeiramente tradicionais, ou seja, próprios deste período, e atualmente reduzidos a peças de museu. Este modelo gentílico na visão do autor está sendo ameaçado pelo progresso que deixa o campo sem o gaúcho, órfão de quem definiu o Rio Grande do Sul perante a “História.”

Por Ornellas (1999), o gaúcho é dito um filho da terra, filho do campo, que foi defrontado pelo conquistador. O autor considera que o gaúcho foi menosprezado por sua origem, explorado em sua bravura e idealismo, tendo sido uma vítima da história e como todos os gaúchos sul-americanos, destinado a extinção. Defende ainda que enriqueceram o patrão, estancieiro, depois o colono, mas empobreceram o gaúcho. “Os filhos da pampa tiveram o tremendo destino da bastardia social e política.” (ORNELLAS, 199, p.93).

Após estas considerações sobre o discurso de alguns viajantes e ensaístas, finalizamos com o entendimento de que esses tomam por origem étnica do rio-grandense a mescla de espanhol, português e indígena. As demais etnias vindas para o Rio Grande do Sul após as remotas incursões, no século XVI, em geral, são apagadas pelos autores consultados, demonstrando que as fronteiras étnicas, conforme afirma Barth (apud Poutignat, Streiff-Fenart, 1998), persistem a pesar do fluxo das condições sócio-histórica se econômicas que possam atravessá-las.

Foi-nos possível averiguar que o tipo gentílico “gaúcho” aparece com maior evidência no discurso dos ensaístas, sendo que alguns o definem, em um primeiro momento, como gaúcho primitivo. Com isso, a partir destes autores, temos o gaúcho como representante dos primeiros habitantes do Rio Grande do Sul. Além disso, podemos acrescentar que para os ensaístas mencionados neste trabalho, há na constituição étnica do rio-grandense uma considerável contribuição platina, enquanto para outros esta é inexistente ou insignificante, tendo a formação do povo rio-grandense uma influência predominantemente lusa. Essa representação produz um simbolismo, um mito, que segundo Smith (apud Poutignat; Streiff-Fenart, 1998, p.52,53) funciona como uma ferramenta de recuperação de mitos pré-nacionais, eleitos pelo povo, utilizados para garantir o senso de sua própria continuidade. Nesse caso, no entanto, trata-se da manutenção de um sentimento de nacionalismo,

dentro de uma nação, Brasil, e ao mesmo tempo, a parte dela, já que o funcionamento de sua representação, através do gaúcho, não significa em todo o território nacional, ao contrário resguarda um sentimento de distinção do restante do país. Temos, então, a perspectiva de que o gaúcho se configuraria como um grupo étnico, que conforme Barth (apud Poutignat, Streiff-Fenart, 1998, p.187) caracterizaria um grupo humano, uma unidade étnica que corresponde a uma cultura.

### **1.3. A historiografia rio-grandense e a constituição de um imaginário sobre o gaúcho**

Inicialmente, retomarmos a historiografia sul-rio-grandense, considerando o discurso dos viajantes e ensaístas, com o objetivo de contextualizar nosso objeto de análise, as músicas nativistas, assim como apontar elementos constitutivos de uma discursividade que aborda a origem do rio-grandense em suas composições. Sobre esse foi possível apreender, no que diz respeito ao dos viajantes, que o mesmo se dá a partir de um olhar estrangeiro sobre o Brasil, o que significa dizer que seus relatos e comentários trazem em si a perspectiva do europeu e, portanto, do colonizador. Já o discurso dos ensaístas, toma como fonte as descrições interpretações, enfim, registros do discurso dos viajantes e, dependendo do autor e da obra, adota posições distintas sobre a formação étnica do rio-grandense, defendida, por alguns, como platina e por outros como lusitana.

Constatamos ainda, que o discurso dos ensaístas já menciona o gaúcho, um tipo gentílico característico do período colonial e descrito pelos viajantes em seus relatos, como tipo social que representa toda a população do Rio Grande do Sul. Ao se considerar o gaúcho como ponto de origem do povo rio-grandense e, portanto, representante do mesmo, é que se constituem as divergências sobre a matriz lusa ou platina na formação da sociedade rio-grandense, logo do tipo social “gaúcho”<sup>12</sup>.

Abordaremos, agora, tais discursos de forma a averiguar os efeitos de sentido que eles produzem e que ajudaram a compor uma imagem de sujeito representativo do povo rio-grandense. Buscamos, através desta nova perspectiva, refletir sobre como tais discursos contribuíram para a constituição de um imaginário do gaúcho,

---

<sup>12</sup> Grifo nosso.

muito rememorado e valorizado nas músicas nativistas. Para tanto, estaremos, neste momento, mobilizando algumas noções que advêm da Análise do Discurso.

Assim, temos que para Orlandi (2007, p.30), o discurso é efeito de sentido entre locutores, já que as relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos. De tal forma o funcionamento da linguagem estabelece um processo de constituição de sujeitos e de produção de sentidos. Sentidos estes que serão o foco de nossos estudos neste capítulo, ao considerarmos o discurso historiográfico sobre o Sul do Brasil.

Ao tratarmos de efeitos de sentido que emergem do discurso dos viajantes e dos ensaístas, buscamos embasamento na AD, através dos estudos de Orlandi (2007). A autora ressalta que para a AD o que importa é destacar o modo de funcionamento da linguagem, das unidades e categorias no discurso. Segundo Orlandi (2007), a AD trabalha a relação língua-discurso-ideologia, embasada em Pêcheux (1975), o qual considera que não há discurso sem sujeito e que não há sujeito sem ideologia. De acordo com Orlandi (1994), a ideologia é interpretação de sentidos em certa direção, determinada pela relação da linguagem com a história, em seus mecanismos imaginários.

Ao tomarmos os discursos produzidos durante o período colonial sobre os habitantes da antiga província de São Pedro como forma de contextualizar nossa análise, consideramos que estes, bem como os discursos dos ensaístas, forneceram subsídios para a construção de um imaginário de gaúcho difundido na atualidade. Esta representação foi constituída pela re-significação dos sentidos atribuídos por esses discursos à figura do gaúcho, sobretudo para forjar uma identidade regional.

A partir da retomada dos discursos constituídos por relatos dos diários dos viajantes já citados no primeiro capítulo, Saint-Hilaire e Nicolau Dreys, podemos perceber a relação entre estes e a imagem de gaúcho que hoje conhecemos. Os discursos dos viajantes e dos ensaístas trazem sentidos para a construção de um imaginário que se projeta desde esses discursos e que são continuamente revividos por textualidades outras. Tais textualidades tratam a cultura rio-grandense a partir de como esta se formou, enaltecendo suas origens, sua relação com o território, sua vinculação com a cultura.

Dentre as características atribuídas ao gaúcho por meio da rememoração de sentidos encontrados no discurso da historiografia rio-grandense, abordaremos três que se destacam tanto no discurso dos viajantes quanto dos ensaístas. As mesmas

se apresentam na atualidade como fundamentais para a formação identitária do gaúcho, difundida pelo movimento tradicionalista e, a partir deste, também pelo movimento nativista.

A belicosidade, a relação com o cavalo e a liberdade são atributos definidos e significados pelo discurso histórico que ajudam a dar sustentação a um outro discurso mais atual. Estes três atributos descritos pelos viajantes e retomados pelos ensaístas, tornaram-se elementos de extrema importância na caracterização do gaúcho e fator distintivo deste perante o restante do Brasil. Os atributos constituem-se, nestes discursos, como elementos de afirmação de uma identidade que se instaura pelos efeitos de sentidos

### **1.3.1 Gaúcho: um forte, aguerrido e bravo**

O rio-grandense é, aos olhos dos estrangeiros, distinto dos demais habitantes da colônia portuguesa por seu espírito bélico. A belicosidade é vista como própria do homem sulino, já que é nesta região que se deflagram as disputas entre as coroas ibéricas. Auguste de Saint-Hilaire, por exemplo, relata como no Brasil, o contingente que se mobiliza para a guerra se forma de maneira distinta à da Europa. “Quando um dos Estados europeus está em guerra, todas as províncias fornecem soldados...”. (SAINT-HILAIRE, 2002, p.88).

Entre as impressões relatadas pelos viajantes destaca-se o homem ativo, em contrapartida à apatia dos outros habitantes da colônia. O autor segue afirmando a necessidade de inculcar o mesmo espírito bélico no restante do Brasil, sugerindo que esta Capitania sirva de escola para toda a colônia. “Esta Capitania, de qualquer modo, seria uma espécie de escola para as outras, dotada, então, de atividade, espírito militar e deste sentimento nacional que a guerra faz sempre nascer.” (SAINT-HILAIRE, 2002, p.88). Esse discurso configura-se no enaltecimento das habilidades desse sujeito social, dando-lhe uma condição de distinção, de superioridade em relação aos demais, já que este seria capaz de ensinar-lhes habilidades necessárias à coroa portuguesa. O discurso do viajante produz efeitos de sentidos que valorizam a belicosidade do gaúcho, a ponto de desejar expandi-la por toda a colônia, como fator a ser expandido pela Coroa Portuguesa por todo o

território, e revelam, assim, uma ideologia de dominação, funcionando pelo poder e pela posse.

Corroborando com estas considerações, temos Cesar (1980), o qual destaca que a formação do gaúcho se deu em campo aberto durante a luta com os espanhóis. Mais uma vez, temos o caráter belicoso, guerreiro do habitante nativo da região, mencionado como elemento formador deste povo, referindo-se à belicosidade como um fator inerente caráter do gaúcho. E em Vellino (1962) também encontramos a mesma condição de belicosidade dos habitantes desta região da colônia enfatizada e atribuída à insistência dos espanhóis em adentrar as terras portuguesas. “Tanto vale dizer que dos velhos embates com os castelhanos e dos rijos trabalhos de campeiragem é que emergia o homem representativo desta parte do Brasil.” (VELLINHO, 1962, p.118).

Os efeitos de sentidos que emergem dos discursos dos ensaístas e viajantes revelam uma imagem ativa e bélica para o habitante do sul do Brasil. A belicosidade é tomada como parte constitutiva do rio-grandense, pela condição intrínseca de defensor das fronteiras, sendo, portanto, condição de identificação do mesmo. Segundo Neumann (2004), a formação histórica do atual Estado do Rio Grande do Sul está intrinsecamente ligada à questão fronteiriça, pois a região Sul do Brasil foi cenário de constantes disputas territoriais entre diferentes agentes sociais.

Assim, a belicosidade, como atributo do rio-grandense/gaúcho, é, constantemente associada à defesa do território brasileiro, em vários momentos da historiografia rio-grandense.

De espada em punho incorporou ao patrimônio territorial do Brasil as vastas regiões missioneiras...; Participou de todos os exércitos, de todas as expedições militares, disposto sempre ao sacrifício da vida, onde quer que o Brasil fosse atingido na sua honra, na sua paz e na sua soberania. (ORNELLAS, 1999, p.91)

Ao deslocar-se temporalmente pela história, o autor refere-se ao gaúcho, ora como um tipo social específico, o qual defendeu as fronteiras da colônia, ora como o representante do homem que vivia no campo. Em ambas as caracterizações que emergem destes textos, temos efeitos de sentido que atribuem ao gaúcho/rio-grandense um lugar de sujeito discriminado e esquecido pelo Império e pela República, a pesar da importância que seu espírito bélico e combativo representou para o Brasil, tal como já mencionamos.

Com a República, ainda fomos o campo das novas experiências democráticas, numa revolução que, por quase quatro anos cobriu de sangue nossas coxilhas. (...) O gaúcho deve ser um cidadão e não um pária. Tem deveres a cumprir, mas tem direitos a reivindicar. (ORNELLAS, 1999, p.92)

Mas a civilização foi cruel com o gaúcho; com o filho da terra, nunca lhe reconheceram os direitos, apesar da máscara das leis democráticas. Sua liberdade, sempre que ele a reivindicou, consistiu na força e resistência de seu cavalo e na eficácia de seu facão. (Ibid, p. 92)

Segundo Ornellas (1999), o gaúcho não teve o reconhecimento devido por sua contribuição no decorrer da história, apesar de ter contribuído com sua força, bravura e coragem, através de seu caráter guerreiro, extremamente importante para o Brasil.

Neste momento, para uma melhor apreciação deste discurso tomamos os estudos enunciativos de Guimarães (2005), o qual nos traz os conceitos de cena enunciativa e locutor. Segundo o autor, a cena enunciativa se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra, sendo um espaço no qual se dá a distribuição de lugares de enunciação no acontecimento. Podemos, ainda, acrescentar que para o mesmo, na cena enunciativa temos um locutor que está afetado por lugares sociais, sendo aquele que fala ou aquele para quem se fala configurações do agenciamento enunciativo.

Ao considerarmos o discurso deste ensaísta, sob a perspectiva dos estudos enunciativos, encontramos um locutor que está inserido num lugar social, o lugar do gaúcho e, portanto, um enunciador que enuncia a partir do ponto de vista do gaúcho.

O ensaísta enquanto locutor nos dá um retrato da situação social do gaúcho perante a história, mas enquanto enunciador compartilha do ponto de vista que apresenta e se significa como tal, ou seja, como o sujeito social gaúcho. Ao olhar para a situação do gaúcho perante a história, o ensaísta olha para si mesmo. Trata-se de uma enunciação que significa a entrada num imaginário social que compartilha da identidade do gaúcho, apresentando-se como parte deste grupo social. Ao tratarmos de imaginário social, o fazemos por meio deste tal como foi proposto por Petri (2004), a partir de suas considerações sobre imaginário na perspectiva psicanalítica de Freud e Lacan e filosófica de Castoriadis. Segundo Petri (2004), o imaginário funciona na re-significação do que é nomeado como real. De tal modo o imaginário cria e institui a sociedade por meio de significações pré-existentes. O

imaginário cria o novo, tendo por ponto de partida o velho, garantido, assim, a sua existência.

### **1.3.2 Gaúcho: O centauro dos pampas**

Se a associação do gaúcho à atitude guerreira é significada no discurso histórico, que é constitutivo de um imaginário social, o qual será retomado pelas músicas nativistas; também o apego e a habilidade com o cavalo incorporam-se à imagem desta figura histórica que se perpetua através dos tempos. A relação do gaúcho com o cavalo é essencial para que o mesmo possa realizar seus feitos de guerra e efetivar sua liberdade. A mobilidade que o homem do pampa ganha com o cavalo faz com que ele se destaque como soldado e lhe possibilita cruzar longas distâncias mais rapidamente, configurando o gaúcho como o homem que é capaz de estar em vários lugares, mas não se fixa em nenhum. De tal modo, o cavalo como parte constitutiva do gaúcho também lhe atribui características que reforçam a sua essência de homem livre.

Em Dreys (1990), assim como em Saint-Hilaire (2002), a destreza do rio-grandense em manejar o cavalo é ressaltada pela estranheza que causa em ambos os estrangeiros. No enunciado em que o viajante refere-se ao Conde de Figueira, fica claro que a habilidade com o manejo do cavalo é um atributo admirado pelos habitantes da província. “Aos olhos de seus jurisdicionados, ele possui outro mérito extraordinário, por saber atirar o laço, montar a cavalo tão bem quanto eles, transportando-se com rapidez de um relâmpago de um ponto ao outro da Capitania.” (SAINT-HILAIRE, 2002, p.29)<sup>13</sup>. Para ser respeitado por seus jurisdicionados, o Conde de Figueira precisa se igualar a eles em habilidade com o cavalo. É preciso ter a mesma destreza com cavalo para tornar-se parte integrante da província, ou seja, um gaúcho.

Dadas as características do período histórico e da geografia da região, o gaúcho a cavalo é a representação do lugar do soldado, do defensor das fronteiras, do homem que serve à Pátria. A admiração do viajante pela capacidade de cavalgar aponta para a destreza, para a habilidade do gaúcho a cavalo, que o identifica como

---

<sup>13</sup>SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Rio Grande do Sul. Trad. Adroal da costa, Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002.

homem deste território, forjado na guerra e que fará a imagem de centauro dos pampas ser atribuída a todos os rio-grandenses, mesmo os não nascidos no pampa e, portanto, não detentores desta característica. A relação do rio-grandense com o cavalo também é descrita como diferencial na caracterização dos habitantes da colônia. “Uma coisa notavelmente diferencia o rio-grandense dos outros ramos do tronco a que pertence, e vem a ser a espécie de aliança que tem contraída com o cavalo...” (DREYS, 1990, p.110).

Assim, no decorrer do discurso dos viajantes vão sendo propostas feições ao rio-grandense que o reafirmam como sujeito diferenciado de seus pares brasileiros. Esta proposição será futuramente recuperada para a constituição de uma identidade gaúcha, que conforme Oliven (2006) pode ser vista como uma reação à homogeneização cultural e parte de um sentimento de nacionalismo, pois, segundo ele, é preciso ser primeiramente regional para se incluir no nacional.

Em Ornellas (1999), tal relação do gaúcho com o cavalo é assim descrita como parte constitutiva de seu caráter. O apego a este animal é tão grande que o autor sugere ser este um fenômeno psicológico, um caso de transposição. “O gaúcho transpõe para o cavalo todos os cuidados pessoais que a si próprio se dispensa. E é uma injúria pessoal a injúria lançada a seu cavalo. (...) Daí o nome que lhe cabe bem -o centauro-, pois, de fato, ele reparte sua vida com a vida do cavalo...” (ORNELLAS, 1999, p.236).

Em Vellino (1975), a relação com o cavalo está associada à constituição do gaúcho no mesmo plano que as etnias que o teriam formado. “Do cruzamento do europeu com o índio resultou a matéria-prima de que sairia o gaúcho. Mas o novo tipo social só alcançaria sua configuração peculiar, aquela com que se projetou na história e na literatura, quando se fundiu como o cavalo...” (VELLINHO, 1999, p.14-15).

Assim, partir de uma representação do gaúcho como um ser formado pela fusão do homem e do cavalo, o discurso histórico faz emergir sentidos que afastam o gaúcho da civilidade européia, ao mesmo tempo, que o aproxima da natureza e da terra que defende, atribuindo-lhe a rudeza e a agilidade necessárias para viver no pampa. A rememoração do mito do centauro na figura do gaúcho que passa a ser o centauro dos pampas é explicitada em Petri (2004), ao mencionar que a imagem do centauro do pampa que se institui conserva algumas características do ser mitológico, como por exemplo, de ser lutador, utilizando instrumentos rudimentares.

A autora expõe, ainda, que uma das imagens do centauro dos pampas, revela o herói guerreiro e revolucionário, tratando-se esta de “uma imagem produzida pelo trabalho do imaginário social, que faz emergir pela história e pela ficção, imagens de gaúchos que lutam por diferentes ideais e, ainda assim, representam o centauro.” (VERLI, 2004, p.101).

O mito do centauro americano, segundo Petri (2004), diferencia-se do mito do centauro grego por tratar-se de dois seres, homem e cavalo, que unidos constituem um centauro na sua forma simbólica e não fisiológica. De tal modo, de acordo com a autora, temos a figura do cavaleiro que se institui no imaginário coletivo e passa a representar um centauro próprio da América Latina e em particular do Pampa.

Segundo Oliven (2006), entender o funcionamento do mito é entender como operam as construções sociais que denominamos de representações, memória, identidade e imaginário. Assim sendo, o mito se apresenta através de processos de atribuição de significados às ações humanas, de re-semantização. Para o autor, as peculiaridades do Rio Grande do Sul contribuem para uma série de representações em torno dele que acabam adquirindo uma força quase mítica, que se projeta até nossos dias e faz informar a ação e criar práticas no presente. (OLIVEN, 2002, p.166).

### **1.3.3 Gaúcho: um homem livre**

No discurso dos viajantes e dos ensaístas encontramos, também, referências à liberdade como sendo parte constitutiva do caráter do gaúcho. Em ambos os discursos encontramos a liberdade associada à falta de adaptação às leis trazidas para as terras do sul do Brasil pelo colonizador. Nos relatos de Dreys (1990), por exemplo, temos relatada a inadaptabilidade do gaúcho em se adaptar às leis e normas do Império, enquanto no discurso dos ensaístas temos a liberdade como mais um atributo que ajuda a valorizar a figura do gaúcho.

A menção do nativo ameríndio como uma das etnias que compõem a formação étnica do gaúcho, serve de fundamentação para o caráter de liberdade conferido à figura do gaúcho, pois o índio aparece na história como um povo que não se deixou escravizar. “O gaúcho apareceu em condições sociais que nele determinaram a ausência de um conceito inerente à vida civil: o conceito da propriedade.” (...) “Criado na liberdade absoluta da natureza, não concebia a

propriedade senão como um atentado a seus foros e direitos. Mesmo porque a terra e os gados nunca forma ajuizados aos homens nativos...” (ORNELLAS, 1999, p.88)

Assim, ao incluir a etnia indígena como parte constitutiva do tipo social que vai ser o gaúcho, o discurso dos ensaístas produz sentidos que valorizam o gaúcho por meio da valorização do homem livre, que conserva a vida em campo aberto, de acordo com os hábitos dos nativos da região, antes da invasão portuguesa.

Reiteradamente, a liberdade é significada como atributo desse gaúcho enquanto tipo social, em ambos os discursos. Ainda que sob perspectivas diferenciadas, eles mencionam a liberdade sempre como uma característica que se contrapõe a disciplinarização do império. “Sem chefes, sem leis, sem polícia, os gaúchos não têm, da moral social, senão as idéias vulgares,...” (DREYS, 1990, p.122)

Os relatos dos viajantes, nesse aspecto, se distinguem do discurso dos ensaístas, por estarem esses, como estrangeiros, inseridos no discurso dos colonizadores. Seus relatos produzem sentidos que revelam o gaúcho como um tipo diferenciado de seus padrões “... dizemos nação, por ter essa associação excepcional, moral, costumes, e gostos *sui-generis*; entendemos falar dos *gaúchos*: expressão local a que não pretendemos acepção nenhuma desfavorável;...” (DREYS, 1990, p.109).

O discurso dos ensaístas, embora reafirme a falta de adaptabilidade do gaúcho às imposições do novo sistema de vida trazido pelo colonizador, não o faz sob um aspecto negativo. Nesses discursos os sentidos que se apresentam são outros. Os ensaístas, ao contrário dos viajantes, compartilham dos anseios de liberdade do gaúcho, à medida que se inscrevem na história como parte do povo rio-grandense, que tem sua formação originária deste tipo social.

A partir do sentido de liberdade, como atributo próprio do gaúcho, temos a relação do mesmo com a terra e com o cavalo. É através do pampa que o gaúcho se movimenta livremente sobre seu cavalo, vivendo como um nômade e configurando-se num centauro. De tal forma, juntamente com a atitude guerreira, a relação com o cavalo e a liberdade são determinantes para a construção da representação de um tipo social que é ao mesmo tempo um soldado único, defensor das fronteiras, um habilidoso cavaleiro e um homem indomável perante o estrangeiro, um ser livre em sua plenitude. Essa constituição resultante do que se projetou nos discursos, servirá

de base para a formulação de uma identidade perpetuada nos dias de hoje e reafirmada em diferentes expressões culturais, inclusive nas composições nativistas.

Temos assim, através de várias representações discursivas, a configuração de um tipo social que configura uma imagem do gaúcho e que o discurso historiográfico faz emergir numa construção imaginária evocada para significar a identidade do gaúcho/rio-grandense. Essa será retomada em discursos, se representando em outras textualidades, ajudando a instituir um imaginário social sobre o gaúcho que se relaciona com a vida do campo e com a valorização do que seriam suas mais marcantes características: a belicosidade, o apego ao cavalo e a liberdade.

De acordo com Oliven (2002, p.167), a referência constante a elementos que evocam um passado glorioso, como a vida em vastos campos, a presença do cavalo e a virilidade e bravura em enfrentar o inimigo fazem parte da construção social da identidade de gaúcho brasileiro. A figura do gaúcho teria, assim, sofrido um processo de elaboração cultural até adquirir o atual significado gentílico de habitante do estado.

## CAPÍTULO II

### 2. TRADICIONALISMO E NATIVISMO NA CULTURA RIO-GRANDENSE

A cultura sul-rio-grandense ou cultura gauchesca apresenta-se interpelada pela imagem do gaúcho como sendo a representação de todos os habitantes do Rio Grande do Sul. Neste capítulo nos dedicaremos a abordar como e em que momento da história se instaura a figura do gaúcho, misturada com a própria historização dos primeiros tempos da ocupação e colonização do Rio Grande do Sul, a fim de propor o gaúcho como um tipo social regional. Essa figura foi adaptada às necessidades de um grupo social e, através de sua difusão altamente estimulada pelo Movimento Tradicionalista, tornou-se símbolo de um estado e de um povo.

Inicialmente trataremos do movimento que estilizou e difundiu o gaúcho, o Movimento Tradicionalista, sua origem, seu propósito, sua ideologia e as divergências que se contrapõem ao mesmo, enquanto espaço de manipulação da cultura gauchesca. Desde sua criação até os dias de hoje, um movimento que promoveu a aceitação do tipo gentílico gaúcho, como um tipo social regional, adotando-o, mitificando-o e transformando-o em símbolo da cultura rio-grandense.

No decorrer de nossa discussão, nos centraremos na configuração dada ao “novo gaúcho”<sup>14</sup>, sua indumentária, seus feitos, suas distinções perante o restante do país. Buscaremos explicitar o quanto, neste gaúcho, se mantém as características dos gaúchos dos primeiros tempos do Império e o quanto as mesmas foram transformadas em prol da valorização de um povo e da manutenção de uma cultura transformada em tradição.

#### 2.1 O Movimento Tradicionalista no Rio Grande do Sul- A invenção de um novo gaúcho

As condições históricas que propiciaram o surgimento da imagem do gaúcho, tal como a concebemos na atualidade, são facilmente identificadas como propícias para a efetivação deste fenômeno. Em meados dos anos 40, o Brasil sofria uma grande invasão cultural, propagando uma cultura massificadora, à medida que

---

<sup>14</sup> Grifo nosso.

recebia em grande escala produtos culturais americanos como filmes e revistas. Além disso, o país passava por um período de forte ditadura, que se refletia num centralismo econômico, político e cultural imposto pelo Estado Novo. (OLIVEN, 2006, p.108)

Segundo Kühn (2004), o Estado Novo instalou no Brasil, a partir de novembro de 1937, um Estado autoritário comandado por Getúlio Vargas e apoiado pelo exército que extinguiu partidos, suprimiu por decreto as eleições, destituiu prefeitos e governadores e promoveu a nacionalização. Neste período, o Rio Grande do Sul manteve continuou com sua posição tradicional de fornecedor de gêneros agropecuários para o mercado nacional, mantendo uma situação que consagrava a condição subsidiária do estado sulino.

Os precursores do Movimento Tradicionalista, a partir do qual se configura uma imagem simbólica do gaúcho, estavam distanciados dos hábitos citadinos e dos novos costumes estrangeiros que se apresentavam contrastantes com suas vivências. Eram jovens oriundos do interior do Rio Grande do Sul, descendentes de pequenos produtores rurais, que buscavam na capital, Porto Alegre, suas formações escolares. Sobre esse momento, Barbosa Lessa depõe que:

Porto alegre nos fascinava com seus anúncios luminosos a gás neón, Hollywood nos estonteava... as lojas de discos punham em nossos ouvidos as irresistíveis harmonias de Harry James e Tommie Dorsey, mas, no fundo, preferíamos a segurança que somente nosso “pago” sabia proporcionar, na solidariedade dos amigos, na alegria de encilhar um pingo e no singelo convívio de rodas de galpão. (LESSA, 1985, p. 56-57 apud OLIVEN, 2006, p.108.).

Considerando esse depoimento, podemos termos o quanto as novidades, embora atraentes, podiam transfigurar-se também em modernidades ameaçadoras. Era um grupo de jovens que se encontravam, primeiramente para tentar reproduzir hábitos tipicamente interioranos. Esse grupo estava constituído de rapazes que “se reuniam aos sábados à tarde em um galpão improvisado, na casa do pai de um deles, para tomar mate e imitar os hábitos do interior, como as charlas<sup>15</sup> que os peões costumavam ter nos galpões das estâncias”. (OLIVEN, 2006, p. 110)

Segundo Hobsbawm (2008, p. 12) quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói padrões sociais, produzindo novos padrões e quando se perde grande parte da capacidade de adaptação e flexibilidade, tem-se uma

---

<sup>15</sup> Charla, s. palestra, conversa. Fonte: NUNES, Zeno Cardoso (1997, p.107). Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul / 8. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro.

ocorrência maior da “invenção”<sup>16</sup> de tradições. A tradição inventada desse modo, vai ao encontro do que momento vinha propondo na década de 40, quando do surgimento das idéias de fundação do Movimento Tradicionalista no Rio Grande do Sul.

Não se tinha muita pretensão de revolucionar o mundo, embora nós não concordássemos com aquele tipo de civilização que nos era imposto de todas as formas. (...) Não pretendíamos escrever sobre o gaúcho ou sobre o galpão: desde o primeiro momento encarnamos nós mesmos a figura do gaúcho, e nos sentíamos donos do mundo quando nos reuníamos, sábado à tarde, em torno do fogo-de-chão.<sup>17</sup> (LESSA, 1985, p. 58 apud OLIVEN, 2006, p.110.).

O surgimento do Movimento Tradicionalista é, portanto, um bom exemplo do que nos expõe Hobsbawm (2008), pois foi em meio a uma efervescência de novidades estrangeiras que “os meninos do Julhinho”<sup>18</sup> se reuniram em busca de antigos costumes, com os quais se reconheciam em contraponto às novidades as quais se apresentava ao mesmo tempo como uma ameaça e um desafio. Assim, o movimento teve início a partir de 1947, na cidade de Porto Alegre. A partir de então, estabeleceram-se os dogmas, criando-se sistemas de visão regional e comportamental que se expandiram e se reproduziram por todo o estado.

Anteriormente a esse movimento, o Rio Grande do Sul já presenciara o surgimento do Partenon Literário<sup>19</sup>, fundado em Porto alegre em 1868, no período da Guerra do Paraguai. Essa sociedade, formada por intelectuais, visava à conjunção de modelos culturais vigentes na Europa com a visão positivista da oligarquia rio-grandense. (OLIVEN, 20006, p. 99). Esse grupo já antecipava a apologia à figura heróica do gaúcho que seria posteriormente retomada pelo Movimento Tradicionalista, re-significando a exaltação da temática gaúcha feita por literatos. Em 1898, surge o Grêmio Gaúcho de Porto Alegre, voltado às tradições por meio de festas, desfiles de cavalarianos e palestras. Teve como destaque o seu fundador, o positivista João Cezimbra Jacques, com o qual se buscou manter as tradições sem excluir os costumes do presente, através da evocação da figura tradicional do

---

<sup>16</sup> Grifo do autor.

<sup>17</sup> Depoimento prestado por Luiz Carlos Barbosa Lessa em 18 de junho de 1985 e Barbosa Lessa. Op. Cit., p.58. In: OLIVEN, Ruben. Op. Cit., p.110.

<sup>18</sup> Expressão utilizada para referir-se ao grupo de jovens que deu origem ao Movimento Tradicionalista e que estudavam no Colégio Julio de Castilhos em POA.

<sup>19</sup> Partenon Literário: sociedade de intelectuais e letrados que tentava juntar os modelos culturais vigentes na Europa com a visão positivista da oligarquia rio-grandense, através da exaltação da temática regional gaúcha. (OLIVEN, 2006)

gaúcho e da louvação daqueles que seriam, segundo suas ideias, os valores do gaúcho.

Hobsbawm (2008), nos diz que se deve fazer distinção entre a “tradição”<sup>20</sup> e o costume, pois diferentemente do costume, a tradição tem por objetivo a invariabilidade. O costume não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, sua função seria, portanto, dar às mudanças a sanção do precedente.

O autor nos expõe ainda que por “tradição inventada”<sup>21</sup> entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras, sendo tais práticas de natureza ritual ou simbólica. Essa visa impor valores e normas de comportamento através da repetição e, sempre que possível, tenta estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. Dessa forma, estabelece uma continuidade do passado de forma bastante artificial, tal como se apresenta então o Movimento Tradicionalista.

A partir da criação do primeiro Centro de Tradições Gaúchas, em Porto Alegre, o 35 CTG, tem início a divulgação e expansão do movimento. O nome deste CTG faz referência ao ano em que foi deflagrada a Revolução Farroupilha, em 1835, já apontando para a evocação do passado que seria uma de suas características principais e para a glorificação de feitos heróicos atribuídos ao gaúcho.

A expansão do Movimento Tradicionalista começou de forma inusitada em área distinta da que serviu de inspiração e deu origem ao movimento, a região Sul do estado, fora da área pastoril, em região de colonização alemã. De acordo com Oliven (2006), o surgimento de entidades tradicionalistas fora da área pastoril de colonização lusa, e mais especificamente nas áreas de colonização alemã e italiana, homogeneiza o estado em torno da “cultura gaúcha”.

Num estado repleto de uma grande variedade de influências culturais, como o minifúndio de colonização alemã e italiana, o movimento promove um processo de desterritorialização da cultura gaúcha, pois esta sai de sua área de origem para ser adotada em outras regiões. O autor explicita ainda que o modelo instituído pelo Movimento Tradicionalista é construído com base nos hábitos da região pastoril do estado, a região da campanha, localizada no sudoeste do Rio Grande do Sul. Esse, portanto, desconsidera as demais regiões e todas as contribuições étnicas e

---

<sup>20</sup> Grifo nosso.

<sup>21</sup> Grifo do autor.

culturais que o estado recebeu desde os primórdios da existência do gaúcho na pampa rio-grandense.

Dessa forma, segundo Oliven (2006), o tipo social gaúcho é baseado no cavaleiro peão de estância dessa região e, por vezes, guarda mais proximidade com seu homônimo da Argentina, que com outros tipos sociais do Brasil. Sua figura é construída pela evocação de um passado glorioso, no qual o mesmo participou como figura guerreira, tornando-se símbolo e bravura, virilidade, lealdade e honra.

Para Brum (2010), o gaúcho foi escolhido como, no Uruguai, na Argentina e no Brasil como um herói fundador, por meio da utilização simbólica da figura do gaúcho na construção das nações da região, a fim de simbolizar a saga da domesticação do território. É dessa forma que o processo de mitificação do gaúcho, segundo a autora, recai sobre a exploração da região do pampa, excluindo a figura dos camponeses, dos imigrantes e do índio.

O processo de elaboração cultural que a figura do gaúcho sofreu até seu atual significado como gentílico de habitante do Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com Oliven (2006), transformou o guasca, o gaudério do período colonial, num herói regional. A acepção pejorativa da palavra gaúcho dos tempos do Império, atribuída para designar ladrões, coureadores e vagabundos sofreu uma ressemantização. Assim, um tipo social que era considerado marginal, foi apropriado e reelaborado, tornando-se, através desse novo significado, um símbolo de identidade regional.

A partir de então, o Movimento Tradicionalista precisou lançar mão de alguns recursos para que o gaúcho adquirisse a configuração atual, deixando para trás sua conotação pejorativa. Segundo Brum (2010), os tradicionalistas demonstram uma preocupação com a questão simbólica e material, à medida que se dedicam à criação de símbolos que os identifiquem. Tais símbolos teriam a função de corroborar com a construção de uma identidade regional. Dentre eles, Brum (2010, p.90) ressalta a pilcha, ou seja, a indumentária que pretende caracterizar o gaúcho. Segundo a autora, a roupa se constitui num veículo para viver o verdadeiro gaúcho, proporcionando um transporte ao passado.

De acordo com Brum (2010), as vestes adotadas ou criadas pelo tradicionalismo para identificar o tipo social gaúcho sugerem as atividades do campo, através da bota, bombacha, lenço e chapéu, a disposição para a guerra através da faca e do revólver que compõem o traje e o poder econômico, por conta

da guaiaca. A figura do gaúcho pilchado seria a representação de um tipo social, configurado a partir de um tipo gentílico, num esforço de identificar distintamente o rio-grandense perante o Brasil, e dando-lhe um lugar ímpar em relação a este. De tal modo, temos uma volta ao passado, na proposta de representação do gaúcho que está em conformidade com o discurso historiográfico, no qual observamos os relatos dos viajantes em relação às características do habitante do pampa.

O tradicionalismo progrediu inventando regras até resultar , em 1954, na criação do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, constituindo-se, finalmente, um centro tradicionalista legitimador. Assim, segundo (Golin, 2004), o qual se destaca como historiador e crítico do Movimento Tradicionalista, o movimento estruturou-se habilmente e impôs regras através do Manual do Tradicionalista. O autor afirma, ainda, que o movimento é uma extensão da cultura de massa, um esforço contemporâneo de forjar a cultura numa “unidade indivisível.”<sup>22</sup> Esse, segundo o autor não é, portanto, a continuidade de costumes originados no passado e trazido através dos tempos até nossos dias, mas uma expressão de um segmento da modernidade, que busca proporcionar uma ilusão de unicidade a seres fragmentados. Para os fundadores e mantenedores do Movimento Tradicionalista, no entanto, o mesmo surge com a grande missão de preservar tradições e, assim, a cultura, por meio da volta às origens, e do pertencimento a um lugar determinado.

O movimento expandiu-se e hoje compreende todo o estado, espalha-se sobre o Brasil e avança pelo mundo. A expansão do movimento, segundo Oliven (2006) foge ao controle do MTG<sup>23</sup>, chegando a ser considerado por seus líderes “o maior movimento de cultura popular do mundo ocidental”<sup>24</sup>. Verdade ou não, o certo é que é grande o crescimento de entidades tradicionalistas, ou seja, CTGs<sup>25</sup>, escapando ao entendimento de quem se dedica a estudá-lo e segue propagando suas idéias.

De acordo com Oliven (2006) o gaúcho é visto pela historiografia como um tipo social para o qual contribuíram diferentes etnias como índios, portugueses, negros, alemães e italianos. No entanto, apesar dessa mistura étnica, ao se contrapor a outros brasileiros, o gaúcho é proposto como um tipo único, pertencente a um grupo específico. Assim, essa seria uma justificativa para a expansão do

---

<sup>22</sup> Grifo do autor.

<sup>23</sup> Movimento Tradicionalista Gaúcho.

<sup>24</sup> Grifo do autor.

<sup>25</sup> Centro de Tradições Gaúchas.

Movimento Tradicionalista fora do estado do Rio Grande do Sul, fazendo com que filhos de rio-grandenses, nascidos fora do estado, continuem assumindo-se como gaúchos. O culto às tradições gaúchas em outros estados é uma forma, portanto, de manter a identidade dos rio-grandenses, que emigram, enquanto grupo com características distintas. Sendo os CTGs, o lugar onde esse culto é desenvolvido, há uma crescente expansão desses, acarretando desterritorialização do culto da tradição gaúcha.

Para Golin (1983), o Movimento Tradicionalista gaúcho articula-se por meio de uma ideologia necessariamente unificadora, que aproxima explorados e exploradores na defesa dos mesmos princípios na compreensão do mundo. Segundo o autor, os Centros de Tradições Gaúchas surgem como um novo impulso ideológico da classe dominante, ajudando a configurar o tradicionalismo como um elemento capaz de manter a alienação das classes com raízes campesinas que se deslocaram de uma estrutura pastoril para a industrial-urbana. Além disso, o tradicionalismo atua, espalhando sua ideologia, na sociedade civil, sindicatos, escolas, bem como na sociedade política e militar.

Ainda segundo Golin (1983), mesmo que os fundadores do movimento fossem estudantes de classe média, o Tradicionalismo nasceu da elite e com uma perspectiva ideologicamente positivista, promovendo a concepção de que arte é cultivar tudo que na tradição é alegre, bom, moralizador, tudo dentro dos limites da ordem. Segundo o autor, seriam estas as bases do Movimento Tradicionalista, que divulga o tradicionalismo como um estado de alma e de espírito e objetiva uma transposição simbólica das estâncias e dos galpões para o coração das cidades.

Em 1968, Glaucus Saraiva publica o Manual do Tradicionalista e redige a carta de princípio do tradicionalismo na qual, segundo Golin (1983), o isolacionismo constitui uma das principais propostas. Para o autor, dentro do tradicionalismo constitui-se uma cúpula intelectual formada por uma elite autoritária a procura de cabides de emprego governamental a fim de orientar a tradição e desapropriar o “popular”. O mesmo considera que o movimento afasta de seu convívio os fatos folclóricos da zona do minifúndio e, principalmente, os de origem africana, que são os mais diversificados e complexos do Rio Grande do Sul, ainda vivos, incorporados às comunidades. “São estes afastados do tradicionalismo, pois “eles não têm estancieridade...” (GOLIN, 1983, p.90). Em corroboração com essa proposição, Oliven (2006), afirma que o negro e os imigrantes alemães e italianos, por suas

condições sociais são desconsiderados como etnias formadoras do tipo social gaúcho. Segundo o autor, apenas a etnia indígena é evocada em algumas vertentes da construção da identidade sul-riograndense, sendo motivo de orgulho afirmar que no gaúcho corre sangue de índio. Essa, no entanto, ainda apareceria de forma bastante ínfima.

Segundo Brum (2010), a cultura tradicionalista pode ser vista como um projeto sociológico de afirmação do que é local. Na busca do culto ao verdadeiro, há uma disseminação de critérios de definição e instituição, que se refletem na criação de instrumentos reguladores da tradição proposta pelo movimento, como ocorre, por exemplo, através do Manual do Tradicionalismo e do Manual de Danças, dentre outros. A autora considera que há um êxito da trajetória da pedagogia tradicionalista, à medida que são promulgadas leis como a Lei Nº 8.813, de janeiro de 1989, A Lei da Pilcha<sup>26</sup>, de 1989, que oficializa o traje típico gaúcho como traje de gala no Rio Grande do Sul, oficializando seu uso em momentos oficiais.

Assim como esta lei, foram ainda criadas outras, servindo de demonstração do caráter pedagógico de muitas atividades do Movimento Tradicionalista, que determina o que deve reger a cultura rio-grandense, influenciando até mesmo a legislação do estado do Rio Grande do Sul. Em 2003 foi criada a lei nº 11.929, que institui o churrasco como prato típico e o chimarrão como bebida símbolo do estado do Rio Grande do Sul. Além disso, há ainda leis que regulam os rodeios crioulos, estabelece normas para as festividades da Semana Farroupilha e legitima algumas danças como típicas do Estado do Rio Grande do Sul.

Conforme Golin (1983), o Movimento Tradicionalista apresenta uma cultura de massa amplamente divulgada entre os jovens, os quais teriam, através do tradicionalismo, uma nova forma de alienação capaz de gerar um comportamento unificado e embasado nos rígidos “padrões gauchescos.”<sup>27</sup> De acordo com Hall (2009, p.12), o meio estereotipado e mercantilizado da cultura de massa se constitui de representações e figuras de um grande drama mítico que se torna muito mais uma experiência de fantasia do que de auto-reconhecimento. Como exemplo do que nos propõe Hall (2009) temos concursos promovidos pelo Movimento

---

<sup>26</sup> **LEI Nº 8.813, DE 10 DE JANEIRO DE 1989** Oficializa como traje de honra e de uso preferencial no Rio Grande do Sul, para ambos os sexos, a indumentária denominada "PILCHA GAÚCHA". Art. 1º - É oficializado como traje de honra e de uso preferencial no Rio Grande do Sul, para ambos os sexos, a indumentária denominada "PILCHA GAÚCHA". Disponível em: <http://www.igtf.rs.gov.br/legislacao>. Acessado em 5 de janeiro de 2011.

<sup>27</sup> Grifo do autor.

Tradicionalista. Tais concursos, para Golin (1983), seriam uma velha estratégia de formação espontânea de intelectuais, pois, muitas vezes, esses não têm critérios essencialmente artísticos, e se detêm em avaliações de indumentária, como por exemplo, na disputa entre os homens pelo título de gaúcho mais bem pilchado.

Na apologia ao passado proposta pelos Tradicionalistas, o gaúcho deixa de ser um ser social para ser um símbolo mitificado, pois é rememorado através da proposta de um mundo completamente livre de mácula, um passado positivo povoado por heróis rio-grandenses. É esquecido o Rio Grande do Sul colonial, oprimido, renegado, em que o gaúcho era desprezado como tipo díspar e bem dissociado do rio-grandense. Os ladrões de campo, coureadores, vagabundos, o gaúcho marginal deixa de existir no imaginário constituído pelo discurso do Tradicionalismo.

A atitude guerreira considerada como parte constitutiva do gaúcho, pelo grande período que o Império português viveu em disputa territorial com os vizinhos espanhóis e da província com o próprio Brasil, é revivida heroicamente pelo movimento. Não se menciona que, passado o período das guerras e feitos os ajustes necessários para a manutenção dos direitos de portugueses e espanhóis, o gaúcho deixou de ter utilidade para o país. Pois:

Os homens do campo foram forçados a renunciar à existência socialista a que se haviam afeiçoado, para trabalharem de peões nos fogões dos senhores europeus, na própria estância que havia sido deles, pelo uso e a vida em comum. (ORNELLAS, 1999, p.90). “A política que tanto explorou a bravura e o idealismo do gaúcho, nada fez pela melhoria de sua vida. (Ibid, p.92).

Esse é o passado que, segundo Golin (1983), é convenientemente esquecido pelo Movimento Tradicionalista e que, mais tarde, o Movimento Nativista recupera em suas canções. Para ele no Tradicionalismo não se admite as tragédias do cotidiano. No plano artístico, na lógica do tradicionalismo, é permitido apenas criar uma ficção do mundo épico, sem espaço para o artista caso este queira manifestar suas mazelas, sua condição social e as simples coisas de sua volta.

Em contraponto a algumas das formas do Movimento Tradicionalista propor o culto à tradição, surge o Movimento Nativista. Movimento tipicamente musical, que em princípio, se propõe a promover o que é nativo do Rio Grande do Sul, mas o faz sob uma nova perspectiva. Nesse movimento, desloca-se o foco do discurso que emerge de suas músicas para a realidade rio-grandense, como podemos verificar

neste trecho da canção vencedora da 11ª Califórnia, chamada “Desgarrados” de Sérgio Napp e Mario Barbará. “Eles se encontram no cais do porto pelas calçadas/ Fazem biscates pelos mercados, pelas esquinas/Carregam lixo, vendem revistas, juntam baganas/E são pingentes das avenidas da capital.”<sup>28</sup>

Segundo Oliven (2006), o Movimento Tradicionalista já não pode mais refrear todas as expressões culturais do estado, apesar de sua grande expansão em números de participantes e de entidades. O autor nos mostra-nos que o movimento está sendo desafiado de diversas formas. Essas vão desde músicas satíricas até a alteração na indumentária proposta pelo Movimento Tradicionalista como característica inalterável do gaúcho, quando músicos usam tênis em conjunto com a bombacha em suas apresentações e, suas letras de músicas questionam de forma cômica o machismo, tido, para muitos, como característica do gaúcho.

Sobre as letras das músicas que apresentam características machistas, Golin (2004) tece considerações e nos diz que há uma estética promovida pela música gauchesca, a qual o autor denomina “estética do relacionamento”. Em geral são composições expressas na primeira pessoa e que promovem, segundo o autor, um arquétipo-gauchesco e uma estética da intimidade na relação homem-mulher. Esta é amplamente difundida pelos grupos musicais gauchescos e revela uma norma de comportamento regional na qual a posição da mulher se revela de inferioridade. Para Golin (2004), essa condição feminina é de sujeitamento ao homem e encontra sua expressividade maior no termo usado para identificá-la, atribuído a ela pela primeira geração tradicionalista, “Prenda”<sup>29</sup>.

Como repúdio à tentativa de controle das “Tradições Gaúchas”<sup>30</sup> pelos tradicionalistas e à difusão das idéias machistas e de insociabilidade, podemos citar vários tipos de manifestações e entre elas um artigo do jornalista Juarez Fonseca, publicado no jornal Zero-Hora em 21 de junho de 1986, que segundo Oliven (2006), é um “quase-manifesto”<sup>31</sup> pelo seu teor divergente em relação ao Movimento Tradicionalista. O artigo intitula-se “Aiatolás da Tradição” e começa por contestar as críticas sofridas pelo Movimento Nativista, alegando que se este não existe de

<sup>28</sup> 11ª Califórnia da Canção Nativa, 1981 – Desgarrados (Sérgio Napp e Mário Barbará), interpretada por Mario Barbará e Grupo Nascente.

<sup>29</sup> Prenda: Joia, relíquia, presente de valor.// em sentido figurado, moça gaúcha. Fonte: NUNES, Zeno Cardoso (1997). Dicionário de regionalismos do Rio Grande do Sul / 8. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro.

<sup>30</sup> Utilizamos aqui o termo “Tradições gaúchas para nos referirmos à cultura rio-grandense.

<sup>31</sup> Grifo do autor.

direito, sem dúvida existe de fato. O artigo ressalta que diferentemente dos Tradicionalistas, “O nativista não é dogmático, não está ligado a critérios pré-estabelecidos e sabe que além do Rio Grande do Sul existem outros estados brasileiros e, além dele o mundo.” (FONSECA, 1986, apud OLIVEN, 2006, p.181)

O Movimento Tradicionalista nasceu com o propósito de preservar a cultura de um povo e, no decorrer de seu desenvolvimento, criou normas, estabeleceu regras e promoveu uma tradição que nem sempre se manteve fiel aos antigos costumes dos rio-grandenses. Embasados em Hobsbawm (2008) temos que tradição inventada um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas, de natureza ritual ou simbólica que visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição. De tal modo, o Movimento Tradicionalista pode ser entendido, portanto, como um exemplo de tradição inventada, à medida que diante das mudanças e inovações do mundo moderno, passou a estabelecer práticas fixas, tendo por referência um passado histórico, retomando a figura do gaúcho e estabelecendo com ela uma continuidade bastante artificial.

## **2.2 As razões do nativismo- Um repúdio ao gauchismo**

Primeiramente, antes de esclarecermos o que é o Movimento Nativista são necessárias algumas considerações sobre o termo “Nativismo” e sobre o discurso para o qual voltamos nosso olhar numa proposta de análise, as composições nativistas. Para abordarmos o termo Nativismo, precisamos antes defini-lo e esta não é uma tarefa fácil, já que mesmo entre os reconhecidos como conhecedores da cultura rio-grandense há desacordo de opiniões. No âmbito antropológico, o Nativismo se refere às ações que dizem respeito aos valores culturais de uma determinada localidade, fomentados a partir dos processos de independência nacional na América Latina.

No sul do Brasil, foram considerados nativos os povos ameríndios, que em muitas ocasiões, durante o período colonial, rebelaram-se contra a dominação estrangeira. De acordo com Cesar (1981), a origem étnica do gaúcho encontra parte de sua formação nestes povos, à medida que com a colonização estes foram se mesclando com o homem branco.

Mais recentemente, Nativismo é visto como uma designação que serve para referir-se a uma manifestação de apego aos valores próprios do homem voltado para as atividades rurais. Tomemos, então, como primeira referência, as palavras do presidente da Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore, Manoelito Carlos Savaris. “Os valores do culto à tradição mais característica do Rio Grande do Sul são o nativismo, a coragem, a hospitalidade, a honra, o respeito à palavra empenhada, o cavalheirismo, além de outros.”<sup>32</sup> A partir desta definição, temos que Nativismo seria, então, os valores que fazem parte do conjunto das tradições gaúchas, tal como propõe o Movimento Tradicionalista. Diz respeito às coisas da terra, aquilo que é nato do gaúcho e não um novo culto como querem crer alguns, ainda que tenha sido o valor que serviu de base e deu nome a um movimento cultural dissidente do movimento tradicionalista.

O Movimento Nativista começou na década de 70 e o momento histórico que o país vivenciava era a ditadura militar, cuja censura, com mão de ferro, estabelece os parâmetros a serem seguidos pela população. Esse é um período em que há grande divulgação de músicas estrangeiras, tanto no rádio como na televisão, aproveitando um momento de euforia pela Era das comunicações que se espalhava pelo Brasil.

Foi com a Califórnia da Canção Nativa que teve início o Movimento Nativista e o Ciclo dos Festivais no Rio Grande do Sul, sendo este, portanto, um movimento predominantemente de caráter musical. Segundo (CHIARELLI apud Duarte, 2001, p.29), a canção nativa é a canção da terra e o termo nativo demonstra a proposta do movimento de procurar as origens.

A música nativista pode ser, pois, entendida como uma especificidade do regionalismo musical dentro da música popular brasileira, afirmando-se como um estilo musical que compreende diferentes gêneros, ou ritmos. Segundo Bangel (1989), estilo é uma particularidade que personaliza uma composição musical, não se obrigando à obediência de forma, mas que é identificável por meio de detalhes. “Qualquer estilo é formado por seis itens: melodia, harmonia, ritmo, timbre, forma e tessitura.” (BANGEL, 1989, p.28). De acordo com o autor, o estilo gaúcho começou a ser construído pela influência de vários sons, a partir do descobrimento do Brasil. O mesmo salienta, ainda, que as condições de isolamento e a presença dos

---

<sup>32</sup> **SAVARIS, Manoelito Carlos. Conceitos importantes para a compreensão da identidade do gaúcho.** Disponível em: <http://www.igtf.rs.gov.br/artigos>. Acesso em: 10 de jan de 2011.

jesuítas, que passaram a ensinar música aos índios, deram ao Rio Grande do Sul a condição de tornar sua música diferenciada dentro do território brasileiro. O estilo musical gaúcho teve sua formação em várias influências como o lundu, a modinha, o fandango insular dos açorianos, a quadrilha europeia, a valsa e a mazurca dos alemães, a gaita dos italianos, entre outras e no fim dos anos 50, o bombo legüero. Para Bangel (1989), o estilo gaúcho projetou-se definitivamente dentro da música brasileira, na década de 70, quando tiveram início os festivais de música regional nativista, com a I Califórnia da Canção Nativa.

Na década de 80, os festivais nativistas surgiram em grande número, chegando a contar cerca de 40 eventos por todo o estado, os quais ocorrem anualmente e que promoveram uma série de programas musicais nos meios de comunicação. Muitos foram os festivais que se destacaram nas décadas de 70 e 80, muito embora tenham sofrido um processo de desaceleração a partir dos anos 90. Entre eles podemos citar com maior destaque o precursor, A Califórnia da Canção Nativa- de Uruguaiana, a Tertúlia Musical Nativista- de Santa Maria, o Festival da Barranca- de São Borja, a Coxilha Nativista- de Cruz Alta e o Musicanto Sul-americano de Nativismo- de Santa Rosa. Difundido na mídia, os nativistas começam a interessar aos tradicionalistas e aos rio-grandenses em geral pela proposta apresentada.

O festival, Califórnia da Canção Nativa, onde se originou o Movimento Musical Nativista, foi promovido na cidade de Uruguaiana por um grupo de pessoas vinculadas ao CTG<sup>33</sup> Sinuelo do Pago, portanto fruto de uma entidade ligada às idéias do Movimento Tradicionalista. Na época o mesmo era dirigido por Colmar Pereira Duarte, um dos idealizadores do festival e autor do primeiro regulamento da Califórnia. A partir de então, teve início o ciclo de festivais no estado, que difundiu o Nativismo e fez dele um fenômeno muito mais social que musical.

De acordo com Oliven (2006), a Califórnia da Canção Nativa, por meio de seus objetivos, busca novos rumos para a verdadeira música do Rio Grande do Sul, abrindo uma discussão sobre o que seria a verdadeira música e as verdadeiras origens do gaúcho. O autor comenta ainda que os festivais nativistas tiveram sucesso porque serviram de canalização para os anseios de busca e afirmação de uma identidade perdida num período em que os meios de comunicação em massa

---

<sup>33</sup> CTG:Centro de Tradições Gaúchas.

tentam promover uma sociedade culturalmente hegemônica. Para ele é o esforço de reconhecer-se na adesão às coisas gaúchas na afirmação de uma identidade regional que caracteriza o movimento.

Enquanto os tradicionalistas dão sustentação aos conjuntos musicais que animam os fandangos, o Nativismo, com a proposta de restaurar os verdadeiros valores da cultura rio-grandense, promoveu o surgimento de um imenso grupo de profissionais da música que nasceram e se consagraram nos festivais e voltam aos mesmos para atuarem profissionalmente. Ao surgir, portanto, o Movimento Nativista chocou-se com o Tradicionalismo, causando o que muitos denominaram de cisão; libertou-se das regras dos Centros de Tradições gaúchas e criou suas próprias. Contudo, Oliven (2006) afirma que os embates entre Tradicionalistas e Nativistas são dúbios à medida que ambos os movimentos apregoam reivindicações semelhantes, senão as mesmas: a valorização do que é regional, da cultura gaúcha, da tradição.

Dessa forma, entendemos que o Movimento Nativista surge a partir do Movimento Tradicionalista, mas se apresenta com uma proposta diferenciada, na busca de uma maior originalidade na cultura rio-grandense. Tal originalidade consistiria na busca de uma representação mais autêntica do tipo social gaúcho, ou seja, através da conservação de suas características do tempo do Império, além de incluir em sua proposta as muitas influências culturais sofridas pela região Sul do Brasil e mais recentemente pelo estado do Rio Grande do Sul e a problemática social deste na atualidade.

### **2.3 A Califórnia da Canção Nativa e A era de ouro dos festivais- Uma volta às origens**

Como já mencionado neste capítulo, a Califórnia da Canção Nativa teve seu início em Uruguaiana, em 1971, como proposta de um grupo de componentes do CTG Sinuelo dos Pampas, que tinha por “patrão”<sup>34</sup> Colmar Duarte. Segundo Lopes (2001), antes do nascimento da CCNRS<sup>35</sup>, o Brasil tinha três expressões musicais exponenciais: a do Centro-Sul, a do Nordeste e a outra, a estrangeira.

---

<sup>34</sup> Título correspondente ao presidente da entidade tradicionalista.

<sup>35</sup> Califórnia d Canção Nativa do Rio Grande do Sul.

A iniciativa de promover o festival surgiu a partir da desclassificação da música “Abichornado”, do grupo nativo Os Marupiaras, de um concurso de música popular sob alegação de que a mesma era regionalista, gauchesca. Desde este fato, afirma (LOPES apud DUARTE, 2001, p.15), entendeu-se a necessidade de se optar por um continuísmo apático e descaracterizador ou pela renovação, ainda que ocasionando algumas cisões.

Futuramente passou a designar as corridas de cavalos com mais de dois animais participantes em busca de prêmios, que lhe sugere um caráter competitivo. Para o autor, caminhava-se na perseguição do aperfeiçoamento social para reforçar e reviver valores desprezados ou desconhecidos ao longo da história de colonizados. Segundo (LOPES apud DUARTE, 2001, p.15), não há nada mais universal que o regional, pois esse é o conjunto de traços que identificam e universalizam as culturas e os povos, que os individualizam e definem os seus perfis étnico-sociais.

O prêmio máximo concedido pelo festival é a Calhandra de Ouro. Calhandra, segundo Duarte (2001), faz referência ao pássaro conhecido por ser íntimo das casas e das estâncias, além de imitar o canto de outros pássaros e o assobio do homem. Tem por simbologia a autenticidade, a elegância a humildade e a liberdade, pois não suporta o cativeiro.

De acordo com Jacks (2004)<sup>36</sup>, a escolha dos nomes para os festivais buscava o linguajar regional, causando estranheza para a população urbana. A autora salienta que alguns festivais que sucederam a CCNRS seguem a mesma proposta, outros, no entanto, como o Musicanto de Santa Rosa têm uma linha mais identificada com a região onde se realizam, buscando maior universalidade de forma que estão abertos a manifestações nativistas de toda a América latina.

Em relação ao plano estético, (LOPES apud DUARTE, 2001, p.17) afirma que a estética inicial do festival foi a dos seus promotores, que faziam parte de uma classe média intelectualizada, urbana, mas de origem rural. Quanto ao plano ideológico, o autor expõe que os pontos relevantes seriam a revalorização de um gaúcho bom, com respaldo mítico, visto por muitos como se não tivesse existido ou devesse permanecer idêntico e imutável. O gaúcho, para o autor, era relegado a uma marginalização preconceituosa advinda de sua condição histórica mal

---

<sup>36</sup>JACKS, Nilda. **Mídia nativa: indústria cultural e cultura regional.** <http://www.bocc.ubi.pt/pag/jacks-nilda-midia-nativa.pdf>. Acessado em: 03 de jan de 2011.

compreendida e festival, como movimento cultural, passou a participar das discussões para aperfeiçoar as condições de reflexão e difusão da imagem social do gaúcho.

O festival, assim, proporcionou um momento de expressão das vozes gaúchas, tarando das condições sociais do homem, do meio, das circunstâncias políticas e culturais. Contudo, alguns conflitos ideológicos surgiram no festival, à medida, que a presença do ufanismo e da expressão do conformismo se apresentava conflitante com as investidas de cunho político ideológico e de preocupação social de melhoria das condições sociais do homem do campo presente em músicas como O canto da roda, Lições da terra e Roda esperança. Com o objetivo de oportunizar a abertura para compositores e músicos cantarem sua tradição, seu povo, seus costumes, o festival propõe uma volta às origens através da arte, a valorização do regionalismo, justificando-se, assim, a imagem da calhandra para o seu troféu, um pássaro típico da região sul e que é considerado símbolo do canto de liberdade do espírito do gaúcho.

Em entrevista a Adalberto Jardim, o idealizador da Califórnia, Colmar Duarte (2001) explicita que a proposta o festival era preservar as coisas importantes do passado rio-grandense, costumes, folclore, mas com uma visão de atualidade, responsabilidade, de compromisso com a realidade. Além disso, salienta que a idéia inicial não era de radicalismo como promoviam os tradicionalistas e a prova disso é que, na 1ª edição, a vencedora utilizou-se de instrumentos eletrônicos e os intérpretes trajavam smoking.

O festival, segundo Duarte (2001), é arte de um projeto que inclui, por exemplo, “A festa campeira”, que ocorreu em 1970. A proposta do evento seria mostrar ao homem da cidade o gaúcho do campo como um homem merecedor de respeito, na tentativa de modificar uma imagem estereotipada nos programas de auditórios de rádio. O autor explicita que há mais ou menos quatro décadas trajar as vestes denominadas como pilchas era motivo de chacota e que as canções regionalistas não tinham espaço nos meios de comunicação. “Na verdade, ser gaúcho no Rio Grande do Sul era constrangedor.” (DUARTE, 2001, p.77)

As três primeiras edições do festival foram presididas por Henrique Dias de Freitas Lima e a partir da quarta edição Colmar Duarte assumiu a presidência do festival, deixando de participar como concorrente na mesma. O resultado da 4ª edição da Califórnia levou à criação de três linhas, introduzidas a partir do 5º festival.

Segundo Duarte (2001), essas serviriam para estimular os músicos e evitar rejeições como a ocorrida na 4ª edição com a música “Coto de vela”. O mesmo afirma que as vencedoras da 5ª edição são a representação mais clara do que propõe as três linhas.

As linhas de manifestações dividem-se em linha campeira - que se identifica com o homem, o meio, os usos e os costumes do campo do Rio Grande do Sul; linha de manifestação rio-grandense - que enfoca outros aspectos socioculturais e geográficos do Rio Grande do Sul não limitados estritamente à linha campeira; e linha de projeção folclórica - que, partindo das outras duas, projeta-se com sentido de universalidade artística em termos de tratamento poético-musical. Para Colmar Duarte, as músicas vencedoras da 5ª Califórnia em 1975 representam perfeitamente as três linhas propostas pela nova etapa do festival, o que se pode observar nos fragmentos exemplificados abaixo.

• **Linha Campeira**

RODA-CANTO (Aparício Silva Rillo e Mário Barbará Dornelles)

“Meu canto chega de longe  
 Vem na garupa do vento  
 Vem no vento, vem  
 Da furna funda do tempo  
 Veio do grito da bugra  
 Amando o primeiro branco  
 Sangue, sol  
 Sêmen, semente  
 Foi flete, foi lance, laço  
 Foi guerra e foi pastoreio  
 Foi berço, foi cancha e campa  
 Foi rumo, rancho e razão  
 Foi rumo, rancho e razão (.....)

• **Linha de manifestação Rio-Grandense**

CORDAS DE ESPINHO (Marco Aurélio Vasconcelos/Luiz Coronel)

Geada vestiu de noiva  
 Os galhos da pitangueira  
 Ainda caso com Rosa  
 Caso ela queira ou não queira  
 Pra domar o meu destino  
 Comprei um buçal de prata  
 Nenhum pesar me derruba  
 Qualquer paixão me arrebatou (...)

## • LINHA DE PROJEÇÃO FOLCLÓRICA

### PIQUETE DO CAVEIRA (Kledir Ramil e José Fogaça)

Lanças erguidas, espadas no ar  
 É o piquete do caveira que chegou pra espantar  
 Pra espalhar os inimigos, pra mandar e desmandar  
 É ponta de faca, é relho na mão  
 Cavalhada disparada vai deixando pelo chão  
 A marca do piquete do caveira valentão (...)

A alteração ocorrida a partir da quinta edição do festival deveu-se, em grande parte, à rejeição sofrida por algumas canções durante a sua quarta edição, gerando protestos por parte do público. Segundo Duarte (2001), a modernidade de algumas propostas acirrou diferenças de assistência entre o cantar singelo e tradicional dos campos e o enfoque dado ao trabalho pelos compositores.

Várias foram as inovações sofridas pela Califórnia no decorrer de sua existência. Além das três linhas adotadas a partir da quinta edição do festival, na décima primeira edição foi lançada a Carta de Uruguaiana, que segundo Duarte (2001, p.138), tratava-se de um documento redigido pelos jurados da triagem chamando a atenção para o uso repetitivo de clichês, lugares-comuns e frases feitas em detrimento da iniciativa pessoal e do espírito de criatividade literária e musical. A carta criticava, também, a falta de enfoque da realidade contemporânea do Rio Grande do Sul. Entre os pontos salientados na carta estão a repetição de temas ligados à tradição e ao folclore gaúchos, o emprego exaustivo e geralmente inadequado de certos temas gauchescos, a compulsão ao passado, à infância como pano de fundo para as letras, o escasso enfoque dado à realidade humana e sócio-econômica do Rio Grande do Sul contemporâneo, o uso repetitivo de clichês, a rara utilização de certos ritmos e a utilização de ritmos não pertencentes a cultura rio-grandense. Esta, contudo, não ficou isenta de críticas de vários músicos, principalmente daqueles que não foram classificados para o evento.

Golin (1983) salienta o item 4º da carta como fundamental devido à preocupação que apresenta com o conteúdo das composições. O autor alega que as composições, em sua maioria, tem seus temas relacionados apenas ao passado, aos mitos, aos personagens e aos fatos inscritos na tradição, explicitando que na Califórnia, os artistas surgem com músicas de protesto e os exemplos mais claros

são as composições que lamentam as dificuldades dos homens nas cidades, após deixarem o campo.

No decorrer da sua história, a Califórnia estabelece novas regras que serão impostas sob o pretexto de ajudarem a melhor a forma de cultivar as raízes rio-grandenses. Podemos citar como exemplo de um cerceamento das manifestações dentro da Califórnia, as regras que diziam respeito à indumentária, pois seria vedada a participação de pessoas ou grupos com o traje de gaúcho incompleto ou com elementos que o descaracterizem.<sup>37</sup>

Na 13ª edição da Califórnia, em 1983, deu-se transferência do evento para a cidade de Lona no parque da Associação Rural de Uruguaiana, localizada fora do perímetro urbano. Segundo Duarte (2001), o evento que ampliou sua capacidade de mil e trezentos espectadores para mais de dez mil, perdeu em condições técnicas, contudo o ambiente a céu aberto revestia o espetáculo de novo encanto. Neste mesmo ano foi criado o Conselho Consultivo da Califórnia formado pelos quatro últimos ex-presidentes, pelo Posteiro da Invernada Cultural do CTG e por dois membros convidados pelos demais, com a incumbência de dar apoio à Comissão Organizadora.

Durante o 14ª festival, a Censura Federal do então regime militar proibiu a apresentação pública da canção de Raul Elwangler, intitulada Chimarrita do Capaz, que fazia crítica ao governo. De acordo com Duarte (2001), a comissão Julgadora escreveu um manifesto em desacordo com o veto. Além disso, esta edição foi marco de uma mudança no regulamento do festival. A vencedora da 14ª Califórnia foi a composição Grito dos livres de José Fernando Gonzales, defendida pelo intérprete Dante Ramon Ledesma de origem argentina, o que emprestou à interpretação um “sotaque”<sup>38</sup> espanhol. Desde então, o regulamento reformulado inclui uma restrição aos intérpretes do festival no seu art.8 §5º “A língua de expressão da letra é o português, respeitado sintática e foneticamente.”

Na 18ª edição, o festival inovou com a Califórnia petiça Internacional, um concurso para crianças e adolescentes até 15 anos, aberto à participação de brasileiros, argentinos e uruguaios. O concurso contava com várias modalidades como dança, declamação, execução instrumental, canto, entre outras. Paralelamente ao concurso foi organizada a 1ª Mostra de Arte Infantil.

---

<sup>37</sup> Ver regulamento em anexo.

<sup>38</sup> Grifo nosso.

Quanto aos objetivos<sup>39</sup> da Califórnia, podemos averiguar que esses claros e bem definidos e mantém a proposta de preservar a identidade cultural gaúcha, além de uma reflexão sobre as representatividades do universo gaúcho. Dentre eles podemos citar o de promover a integração, que aparece como primeiro objetivo do festival e se propõe a abarcar além de músicos, musicistas, estudiosos e críticos. A proposta seria envolver todos os espaços da sociedade em torno da divulgação da identidade rio-grandense, atribuindo um caráter socialista ao evento. E, com o segundo objetivo, propõe reflexão e debates, abrindo ainda mais espaço, portanto, para possíveis críticas e contestações. Em relação aos objetivos da Califórnia, Golin (1983) refere-se como uma forma superior- apesar de simples em seu mecanismo – de reproduzir ideologia, aprofundando os simplórios concursos artísticos dos rodeios.

A integração proposta torna-se mais abrangente quando se trata das apresentações de artistas não concorrentes durante o festival. Em Duarte (2001) temos lembradas as presenças de nomes como Inesita Barroso, Sivuca e Atahualpa Yupanqui, que, residente em Paris, nunca antes havia estado no Brasil e já não se apresentava na Argentina por questões políticas, se apresentou na décima edição do festival e foram destaque outras diversas edições do mesmo.

De tal modo, a Califórnia da Canção Nativa é um festival de extrema relevância para o movimento cultural no Rio Grande do Sul, que se destacou pela proposta inovadora de incluir questões atuais nas manifestações culturais que visam à preservação da cultura gauchesca. O festival, portanto, representa um marco na história da cultura rio-grandense e ajudou a promover a mesma dentro e fora do estado. Cabe-nos, no entanto, considerar que esse festival ao promover a manutenção da cultura gauchesca, encontra-se, por esse motivo, em conformidade com o Movimento Tradicionalista, ainda que busque novas propostas, a fim de promover a manutenção de uma cultura que considera mais autêntica.

---

<sup>39</sup> <sup>39</sup> Ver regulamento em anexo.

## CAPÍTULO III

### 3. ENUNCIÇÃO, MEMÓRIA E INTERDISCURSO

A pesquisa a qual nos dispomos a desenvolver tem por objetivo analisar como o discurso produzido pelas composições nativistas rememora acontecimentos constituídos a partir de discursos sobre a história do Rio Grande do Sul. Consideramos que para tanto, estas composições através do funcionamento do interdiscurso, rememoram tanto o discurso dos viajantes como o dos ensaístas. Desta forma, voltamos num primeiro momento nosso olhar para a formulação do discurso produzido pelos textos dos viajantes, que registraram suas observações sobre a região sul do Brasil colônia e, dos ensaístas, que tomando esses textos como suas fontes, organizaram um tipo de historiografia a respeito da formação social e étnica do Rio Grande do Sul, e, por sua vez, produzindo também um discurso sobre o mesmo.

Como aporte teórico para a análise das composições nativistas, buscamos os estudos da Teoria da enunciação, revisitando conceitos como locutor, enunciador e espaço de enunciação e temporalidade. Além disso, abrimos um diálogo com a Análise do Discurso de filiação pêncheutiana e suas noções de memória e interdiscurso, por entendermos que estas nos servirão de apoio em nosso trabalho.

Para fundamentar nosso estudo, retomamos conceitos de enunciação postulados por Benveniste (2006), trazendo conceitos os estudos de Orlandi (2005) que nos apresenta a noção de memória e interdiscurso. O aprofundamento de nossos estudos teóricos se dará também pelo estudo dos conceitos propostos por Guimarães (2005) e sua Semântica do Acontecimento, e pela interlocução com os conceitos da Análise do Discurso.

#### 3.1 Enunciação e o discurso sobre o gaúcho

Ao conduzirmos nosso trabalho, embasados pela Teoria da Enunciação, o fazemos a partir dos estudos de Benveniste (2005) para o qual a linguagem está na natureza do homem, sendo o mesmo, portanto, inseparável desta. “É um homem falando com outro homem que encontramos no mundo.” (BENVENISTE, 2005, p. 285). Dessa forma, o mesmo refuta a concepção de linguagem como instrumento,

visto que, instrumentos são fabricações do homem e falar de instrumento, portanto, significa opor o homem e a natureza. Para o autor, é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito, porque só a linguagem fundamenta a realidade. Flores (2005) pondera que Benveniste tem um lugar singular no contexto histórico e que o mesmo talvez seja o primeiro linguista a desenvolver um modelo de análise da língua, a partir do quadro saussuriano, especificamente voltado à enunciação.

Ao tratar da subjetividade, Benveniste (2005) afirma que esta é a capacidade do locutor de se propor como sujeito. Para o autor, a condição de diálogo é constitutiva da pessoa, já que implica reciprocidade, de forma que a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito. Temos assim, a proposta de que a condição do homem na linguagem é única, visto que os dois participantes da enunciação, ou seja, do dizer, o “eu” ou o “tu”, concebem-se à medida que se instaura o outro. A consciência de si, então, só é possível se experimentada por contraste. Em Flores (1995) temos que esta formulação, proposta por Benveniste, tem sua base na divisão do sistema pronominal nas categorias de pessoa e não-pessoa. O autor explicita que EU/TU são pessoas porque, “situadas no nível pragmático da linguagem, não possuem referência material, definindo-se a cada vez que são enunciados.” (FLORES, 1995, p.16).

Benveniste (2006) diferencia o emprego da forma do emprego da língua, explicitando a diferença entre estes e considerando o emprego da forma e o da língua como dois mundos diferentes. Para ele, o emprego da forma é parte necessária de toda descrição, pois ela apresenta uma diversidade das estruturas lingüísticas. Já o emprego da língua, é um mecanismo total e constante, que de uma maneira ou outra, afeta a língua inteira. Nesse sentido, o autor ressalta que a enunciação é o ato mesmo de produzir um enunciado e não o texto do enunciado. “Na enunciação a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo.”(BENVENISTE, 2006, p.84). Temos, portanto, para Benveniste, a enunciação definida como “um colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”. (Ibid, 2006, p.84).

A partir da enunciação, o discurso é produzido cada vez que se diz, ou seja, que se dá a manifestação da enunciação. Flores (1999), afirma que, a partir da enunciação, dada como um ato individual de colocar em funcionamento a língua, tem-se a separação do ato-objeto de estudo da linguística da enunciação- do

produto, ou seja, o discurso. Dessa forma, o autor nos diz que enunciar é transformar a língua em discurso, sendo a enunciação um produto do ato de apropriação sobre a língua do locutor.

Para Benveniste (2006) o locutor é quem mobiliza a língua por sua conta, sendo a relação do locutor com a língua determinante dos caracteres linguísticos da enunciação. A enunciação supõe, portanto, a conversão individual da língua em discurso, não sendo este a simples fala. Sendo assim, é a semantização da língua que está no centro do processo de enunciação. Para o autor, o ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz primeiramente o locutor como condição necessária para a enunciação. Assim, temos que a língua, antes da enunciação, é apenas possibilidade de língua e, após a enunciação, é efetuada em uma instância de discurso. Acrescenta ainda que “a enunciação é a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo.” (BENVENISTE, 2006, p.87). Temos então, que o locutor ao apropriar-se da língua enuncia segundo seu ponto de vista. Desta forma, o locutor estabelece uma relação com o mundo, através da configuração de sentidos, de maneira que a enunciação tem sentido apenas para o individual, para cada um.

Cabe-nos também fazer algumas considerações a respeito do conceito de Enunciação e sobre a Teoria Polifônica da Enunciação de Ducrot (1987), ao considerarmos que a partir das colocações deste autor, bem como as de Benveniste (2005), teremos os conceitos que serão revisitados por Guimarães (2005). Guimarães (2002) explicita que Ducrot formula um primeiro conceito de enunciação pelo qual a define como a atividade da linguagem exercida por aquele que fala no momento em que fala. Esse primeiro conceito, no entanto, segundo o autor, é revisto e vai se modificando conforme o pensamento de Bally e de Bakhtin.

Em Ducrot (1987) encontramos que o conceito de enunciação dado como o acontecimento constituído pelo aparecimento do enunciado. Dessa forma, o autor nos coloca que a realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico, pois é dada a existência de algo que não existia antes e que não existirá mais depois. É, portanto, esta aparição momentânea que Ducrot (1987) denomina enunciação. E, a partir dessa definição, o autor constitui a Teoria Polifônica que busca contestar o pressuposto da unicidade do sujeito falante. Segundo Flores (1995), para formular sua Teoria da Polifonia, Ducrot faz algumas distinções

começando pela distinção de frase e enunciado, sendo aquela um objeto teórico de domínio gramático e o enunciado, a ocorrência histórica da frase.

O autor considera ainda, que para certos enunciados há a existência de uma certa pluralidade de responsáveis, “dados como distintos e irreduzíveis” (Ibid, p. 182). Assim, distingue o locutor do sujeito falante empírico, sendo este efetivamente o autor do que é produzido e aquele, o responsável pelo enunciado. Acrescenta ainda, que há um terceiro elemento, o enunciador que é do ponto de vista apresentado pelo locutor. Dessa forma, a enunciação pode ser atribuída a mais de um sujeito, o locutor que, no nível do dizer, é o responsável pela enunciação e o enunciador que aparece como ponto de vista colocado pelo locutor. Temos, então, que “a identificação dos enunciadores somente é possível por intermédio do locutor, que pode ou não concordar com os enunciadores.” (FLORES, 2055, p.65).

Partindo destas definições iniciais que tratam da língua e seu funcionamento pela enunciação, e a qual nos propõe a enunciação centrada no sujeito que se apropria do aparelho formal da língua para enunciar, passamos a considerar os estudos enunciativos sob a perspectiva de Guimarães (2005) e, portanto, a partir da revisão dos conceitos anteriormente postulados.

Para (GUIMARÃES, 2005, p.5) “as expressões lingüísticas significam no enunciado pela relação que têm com o acontecimento em que funcionam”. Colocando-se assim, numa posição materialista e, considerando que a relação da linguagem com o real é histórica, o autor configura a semântica do acontecimento como uma semântica que “considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer”. (Ibid, p.7) Para tanto, o autor retoma o conceito de enunciação de Ducrot, de que acontecimento é constituído pelo aparecimento do enunciado, como mencionamos antes, para adequá-lo a sua perspectiva de enunciação, fazendo-o desde uma consideração do funcionamento da língua por sua relação com a história, com o real da língua.

Segundo Guimarães (2005), não há como considerar que uma forma funciona num enunciado sem considerar que esta funciona num texto. Assim, diferentemente de Benveniste (2005) que nos expõe sobre o movimento integrativo de uma unidade lingüística, o autor afirma que há uma passagem do enunciado para o texto, para o acontecimento, que não é segmental, sendo esta, portanto, a relação de sentido. Os recortes que compõem nosso corpus são tomados pelo viés da semântica da enunciação, à medida que se configuram como um acontecimento enunciativo nos

quais buscamos analisar o funcionamento semântico das palavras destes enunciados, considerando que estão carregadas de sentidos. Desse modo, buscamos analisar os sentidos que os enunciados produzem a partir de sua relação com a história, configurando-se como um discurso sobre o gaúcho, que ao trazer a memória, a atualiza para outra situação sócio-histórica, sendo outra, por estar significada em outro momento.

Segundo Benveniste (2006), o presente do acontecimento é o tempo no qual o locutor diz eu e enuncia. Para Guimarães (2005), no entanto, o acontecimento se apresenta diferentemente, à medida que o mesmo afirma que ao considerar o acontecimento enunciativo, o faz por meio de uma perspectiva diferenciada de tempo. De acordo com Guimarães (2005), não é o sujeito que temporaliza, mas o acontecimento, de forma que o sujeito é tomado na temporalidade do acontecimento. Assim, todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro. Este presente e futuro funcionam por um passado que os faz significar e esta latência de futuro, que projeta sentido no acontecimento, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável.

Guimarães (2005) retoma o conceito de acontecimento de Ducrot para adequá-lo a sua perspectiva de enunciação, dado que faz desde uma consideração do funcionamento da língua por sua relação com a história, com o real da língua. Segundo o autor, o passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações, ocorrendo como parte de uma nova temporalização. É a partir dessa noção que o autor mobiliza também a noção de interdiscurso da Análise do Discurso, à medida que toma o interdiscurso como memória do dizer. Dessa forma, temos que o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de convivialidade de tempos, sem a qual não há sentidos. Ao referir-se à enunciação, Sturza (2006), esclarece que o acontecimento está constituído por uma temporalidade afetada por uma historicidade, sendo que o acontecimento significa, nele mesmo, a temporalidade pela sua relação com a exterioridade da língua.

Em Guimarães (2001) temos explicitado que a enunciação não se reduz a um evento em uma situação, nem a um ato do sujeito, ou de apropriar-se da língua. O autor busca defini-la a partir de Ducrot, mas sem limitar-se a ela. De tal modo, na perspectiva de Guimarães (2001), a enunciação conserva o caráter de acontecimento e o caráter de relação com a língua, mas é proposta como um acontecimento de linguagem, perpassada pelo interdiscurso.

Ao reportarmos para nossa pesquisa, encontramos nos textos dos viajantes o relato de suas impressões sobre o gaúcho que o significa como um tipo gentílico, o qual se distingue dos demais habitantes da região sul do Brasil, atribuindo-lhe uma acepção pejorativa como neste fragmento de texto. "... a província do Rio Grande oferece ainda a esse respeito uma anomalia bem digna de se notar: (...) entendemos falar dos gaúchos: expressão local a que não pretendemos acepção nenhuma desfavorável;..." (DREYS, 1990, p.109). Esse discurso sobre o gaúcho é retomado pelos ensaístas na re-significação do gaúcho como um tipo social.

Os textos dos ensaístas se propõem a organizar a historiografia rio-grandense, sua formação social e étnica. Eles enunciam desde um outro espaço-tempo, portanto, em outras condições sócio-históricas. Este novo acontecimento traz na enunciação outra significação para o gaúcho. O enunciador partilha tanto dos atributos quanto das reivindicações deste tipo gentílico, agora significado nesse discurso como tipo social.

O discurso dos ensaístas é, assim, um discurso que retoma dizeres já presentes no discurso dos viajantes, numa rememoração de enunciações. No discurso dos ensaístas temos o gaúcho significado como seu igual, evidenciando uma nova temporalização, na qual o gaúcho não mais aparece como um tipo gentílico diferenciado, mas como parte do grupo social do qual o enunciador também faz parte. "Com a República, ainda 'fomos' o campo das novas experiências democráticas, numa revolução que, por quase quatro anos cobriu de sangue "nossas" coxilhas. (ORNELLAS, 1999, p.92)

Ao tomarmos o discurso dos ensaístas, temos que esse é um discurso que re-significa o gaúcho a partir do discurso dos viajantes. Nele temos evidenciado o funcionamento da temporalidade do acontecimento, pelo interdiscurso que ali emerge como um lugar de significação da memória.

Assim, temos o gaúcho significado pelo ensaísta como um de seus pares, fazendo-se presente na materialidade lingüística do enunciado através do pronome pessoal. "Com a República, ainda 'fomos' o campo das novas experiências democráticas, numa revolução que, por quase quatro anos cobriu de sangue "nossas" coxilhas. (ORNELLAS, 1999, p.92)

Ao tratar de cena enunciativa, Guimarães (2005) nos expõe que estas são espaços particularizados por uma deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento." Desta forma, os lugares enunciativos são

configurações específicas do agenciamento enunciativo, sendo, que esta distribuição de lugares se faz pela temporalização própria do acontecimento.

Para Guimarães (2005) enunciar é estar na língua em funcionamento, sendo que esta funciona pelas relações semiológicas que tem. “A língua funciona no acontecimento, pelo acontecimento, e não pela assunção de um indivíduo.” (Ibid, p.22). Ao tomar a enunciação como um acontecimento, o autor traz para discussão a relação do sujeito com a língua. A enunciação ao ser considerada com um acontecimento não está sendo tomada, portanto, como um evento no tempo, marcada por um antes e um depois. Segundo Guimarães (2005), o acontecimento instaura uma temporalidade própria, diferentemente da concepção adotada pela posição benvenistiana.

Ao considerar que enunciação é um acontecimento dado pela relação da língua com o sujeito, Guimarães (2005) esclarece que o acontecimento, por estar fundamentado em relações sociais, é determinado pelo político. O autor explicita que da sua perspectiva, o político é caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. O político é incontrolável porque o homem fala e ao falar assume a palavra mesmo que esta lhe seja negada.

É a contradição que instala este conflito no centro do dizer. Ele se constitui pela contradição entre a normatividade das instituições sociais que organizam desigualmente o real e a afirmação de pertencimento dos não incluídos. O político é a afirmação da igualdade, do pertencimento do povo ao povo, em conflito com a divisão desigual do real, para redividi-lo, para refazê-lo incessantemente em nome do pertencimento de todos no todos. (GUIMARÃES, 2005, p. 17)

Assim sendo, para Guimarães (2002) o acontecimento de linguagem é um acontecimento político por se dar nos espaços de enunciação, de forma que o político permeia o funcionamento das línguas. A relação entre falantes e línguas, portanto, configura-se em um espaço de disputas pela palavra, enquanto espaço político. Segundo o autor, o político opera sobre e contra o desconhecimento do Locutor ao desconhecer que fala de um lugar social, desconhecendo, portanto, que seus lugares de fala foram divididos e interditados. Assim, que assumir a palavra é pôr-se no lugar de quem enuncia, ou seja, o lugar do Locutor. O locutor apresentado pela Semântica da Enunciação é, segundo o autor, o lugar do qual se enuncia, representado como fonte do dizer e neste se reconhece a representação de um

determinado lugar social determinado como (locutor-x). O Locutor, portanto, é o lugar que se representa no próprio dizer como fonte desse dizer.

Segundo Guimarães (2005), para se estar no lugar de Locutor é necessário estar afetado pelos lugares sociais autorizados ao falar, de forma que para se apresentar como origem do que se enuncia. O Locutor precisa não ser ele próprio, mas um lugar social de locutor. Desta forma, o locutor ocupa um lugar social (locutor-jornalista, locutor-presidente, etc.) Quanto ao enunciador o temos como sendo um lugar de dizer que pode ser (enunciador individual, enunciador universal, enunciador genérico) e que apresenta o locutor como fora da história, sem a identificação de um lugar social.

No discurso dos viajantes, os relatos apresentam locutor e enunciador distintos, como nesta passagem:

Uma coisa notavelmente diferencia o rio-grandense dos outros ramos do tronco a que pertence, e vem a ser a espécie de aliança que tem contraída como o cavalo... A predileção que manifesta o rio-grandense por seu cavalo não se limita a admiti-lo como companheiro inseparável; ele se ocupa também em adorná-lo...; muitas vezes a posição social do habitante do campo do Rio Grande não se revela senão pelo luxo do cavalo... (DREYS, 1990, p.110).

Nela temos um locutor que relata suas impressões sobre as terras conquistadas ao descrever a relação do homem rio-grandense com o cavalo. Por outro lado, há um enunciador que retrata o habitante do sul do Brasil comparativamente, a partir de sua distinção perante os demais habitantes da colônia, reafirmando-o como diferente de seus pares.

Deparamo-nos, então, com um enunciador que ao conduzir suas observações o faz comparativamente, fazendo emergir o ponto de vista que se configura a partir de um lugar social, o do colonizador, que analisa os habitantes da colônia, desde sua posição de civilizado, estrangeiro e estranho a este mundo a ser desvendado.

Encontramos, no texto dos viajantes, referências específicas ao tipo gentílico gaúcho, designando-o como anomalia, à medida que este representa um grupo social com características próprias que o definem como tal. "...com moral, costumes e gostos sui-generis." (DREYS, 1990, p.109). Encontramos, também, momentos do relato em que o locutor se distancia do enunciador, demonstrando estar marcado pelo lugar de civilizado do enunciador. Dessa forma, a conduta social do gaúcho é relatada de acordo com os padrões europeus de civilização que o viajante faz

significar em várias ocorrências enunciativas do texto. Neste fragmento, enuncia que “Sem chefes, sem leis, sem polícia, os gaúchos não têm, da moral social, senão as idéias vulgares,...” (Ibid, p.122) e, através da palavra lugar, por exemplo, atribui um juízo de valor que está marcado pelo lugar do civilizado.

De tal forma, temos um locutor que emite um enunciado desde um lugar de enunciar de pesquisador, significando o ponto de vista de quem e de onde está falando, de que lugar enuncia, sobretudo quando diz algo sobre este um tipo gentílico com o qual se depara. Insere-se assim e assume-se também como um enunciador colonizador, atribuindo sentidos para esse tipo gentílico relacionados à falta de hábitos e de costumes do que tem como referência de civilizado, opondo este sujeito, pela relação civilizado – selvagem. Selvagem significa “uma anomalia por seus costumes e gostos “sui-generis”.

Guimarães (2005) conceitua o falante como uma categoria linguística e enunciativa, com dissemos, diferenciando-se da conceituação de Ducrot. De tal forma, o falante passa a ser uma figura política constituída pelos espaços de enunciação. A relação entre falantes e línguas para Guimarães configura-se num espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas. Assim, os falantes são determinados pelas línguas que falam como sujeitos constituídos por este espaço de línguas e falantes. Temos, então, que, para o autor, o espaço de enunciação é o espaço de funcionamento da língua, sendo, portanto, espaços habitados por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modo de dizer. (GUIMARÃES, 2003, p.55). De tal modo, o espaço de enunciação é um espaço político, que permite tomar a enunciação como uma prática política e não individual ou subjetiva, pois “falar é assumir a palavra neste espaço dividido de línguas e falantes.

Tomando as relações entre falantes e considerando que sobre essas opera o político, Sturza (2006) trata do espaço de enunciação, esclarecendo que este é um espaço configurado por uma relação de línguas e falantes e que os sentidos que se constituem em um espaço de enunciação decorrem dessa relação umbilical. “Os sentidos são constituídos no interior de um embate, que é determinado pelo lugar político que as línguas tomam ao se confrontarem, ao se mesclares, ao serem contidas e interdidas, na configuração de um espaço próprio, significadas enquanto línguas, dadas à existência pela existência de seus falantes.” (Ibid, 2006, p.68).

Para a nossa proposta de uma análise enunciativa das músicas nativistas, partimos de uma perspectiva benvenistiana, além de reportarmos-nos também aos estudos de Ducrot. De tal forma, norteamos nossa pesquisa pelos estudos enunciativos e nos filiamos à Semântica da Enunciação de Eduardo Guimarães, mobilizando conceitos como acontecimento enunciativo, temporalidade, locutor e enunciador. Contudo, a esses conceitos, buscamos agregar as noções de memória e interdiscurso propostas pela AD. Passamos, então, a uma retomada de algumas noções advindas da Análise do Discurso, com a qual dialogamos na nossa proposta de análise.

### **3.2 Memória e Interdiscurso na música nativista**

Tal como anunciamos, a proposta de diálogo com a Análise do Discurso se dá pela entrada no nosso trabalho de noções como memória e interdiscurso apresentados por Orlandi (2007). Este enlace dos estudos enunciativos com os conceitos da Análise do Discurso tem por objetivo explicitar o funcionamento da memória pelo do interdiscurso nos enunciados das músicas nativistas. Para tanto, consideramos que o discurso nativista retoma o discurso dos viajantes e dos ensaístas, quando do aparecimento de enunciados relacionados à belicosidade, à associação do homem o cavalo e à liberdade.

A Análise do Discurso centra seus estudos no funcionamento da língua e na sua produção de sentidos, sendo o discurso, portanto, o seu objetivo próprio. Dessa forma, “a AD concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social.” (ORLANDI 2007, p.15). A AD trabalha com a língua no mundo, tratando a produção de sentidos parte da vida do homem, seja ele considerado como sujeito ou como membro de uma determinada forma de sociedade.

O discurso, de acordo com Orlandi (2007), é efeito de sentidos entre locutores, já que as relações de linguagem são relações de sujeitos e sentidos, sendo seus efeitos múltiplos e variados. De tal forma, o funcionamento da linguagem vai além da transmissão de informações, pois há nele um processo de constituição de sujeitos e de produção de sentidos.

Assim, temos que a AD trabalha com a língua no mundo, considerando o homem na sua história e relacionando a linguagem a sua exterioridade. Além disso,

a proposta da AD, segundo Orlandi (2007), coloca em confronto o político e o simbólico, de forma que os estudos discursivos visem a pensar o sentido dimensionado das práticas do homem no tempo e no espaço.

Orlandi (2007) nos expõe que os dizeres não são apenas mensagens a serem decodificadas, mas que são efeitos de sentidos produzidos em condições determinadas e que estes deixam vestígios no modo como se diz. Dessa forma, temos que a AD produz conhecimento a partir do próprio texto porque o concebe em sua discursividade ao considerar que a língua não é transparente. O que a Análise do Discurso coloca em questão, portanto, é “como o texto significa”.

De acordo com a AD, temos, ainda, a noção de memória, a partir dos estudos de Pêcheux (1999), seguidos no Brasil por Orlandi (2007). Pêcheux (1999) nos propõe a noção de memória vinculada à noção de acontecimento, devendo a mesma ser entendida nos sentidos entrecruzados da memória mítica, social e da memória construída do historiador e sendo, a memória discursiva o que estabelece implícitos, pré-construídos. O autor acrescenta, ainda, que a memória é “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização.” (PÊCHEUX, 1999, p.56).

Segundo Orlandi (2007), todo dizer se encontra na confluência de dois eixos, o da memória e o da atualidade, da qual resultam os sentidos. Interdiscurso, portanto, constitui um conjunto de formulações que, por estarem esquecidas, determinam o que é dito no discurso por meio de uma memória afetada pelo esquecimento. Para a autora, cada texto traz em si vestígios da forma como a política do dizer inscreveu a memória no interior de sua formulação.

Dessa forma temos que o discurso funciona numa relação intrínseca com a memória, conforme afirma Payer (2009), visto que está embasado em discursos que nos antecedem na história e na sociedade. Assim, o que é dito em outro lugar também significa em outros discursos.

Além disso, podemos ainda ressaltar a perspectiva de Payer (2009), que nos propõe um modo específico de aparecimento da memória: a língua. Segundo a autora, podemos notar, na língua, diferentes marcas que se dão pelo funcionamento involuntário da memória. Os traços de memória são considerados, portanto, na estrutura linguística, de forma que esta se materializa além do discurso e além do enunciado, ou seja, na língua ela mesma. A memória histórico-discursiva, portanto, apresenta-se já na língua, que conforme a autora é, no caso do italiano no

português, é a memória de uma língua outra como sujeito coletivo, memória de um língua na outra, memória de uma alteridade constitutiva do sujeito brasileiro.

De acordo com Venturini (2008), a noção de memória é trabalhada por Orlandi (2007) através das paráfrases na repetição do já-significado, considerando que não há somente uma retomada do sentido, mas também, “movimento, reformulação, negação ou esquecimento.” (Ibid, 2008, p.84). Temos, então, que todo discurso apresenta em si uma memória sob a forma do pré-construído, do já-dito. Essa possibilidade se efetiva por meio da memória discursiva, entendida como aquilo que fala antes, em outro lugar e, sob essa perspectiva é tratada como interdiscurso. “As palavras não só nossas. Elas significam pela história e pela língua.” (ORLANDI, 2007, p.32). Assim, a memória restabelece o pré-construído pelo qual o enunciado faz sentido.

Conforme nos expõe Venturini (2008), o sentido relaciona-se ao que é dito em outro lugar e retorna pelo interdiscurso. Assim, a memória discursiva, através do interdiscurso, “disponibiliza dizeres que afetam o sujeito diferentemente em cada situação discursiva.” (Ibid, p.84)

Venturini (2009) nos apresenta as noções de rememoração como discurso *de* e de comemoração como discurso *sobre*. Ao tratar a noção de discurso *de*, Venturini (2009) explicita a rememoração como interdiscurso realiza-se como memória no discurso como efeito do discurso transversal. De tal modo, a rememoração ocupa o espaço do já-dito e do significado antes. Segundo a autora, a rememoração como pode ainda funcionar a partir do discurso fundante, por intermédio do qual o dizer se sustenta na materialidade e constitui no intradiscurso efeitos de verdade e de autoridade. (VENTURINI, 2009, p.75)

De acordo com Venturini (2009), a noção de discurso *sobre* se constitui pelo discurso *de* e torna o nome, objeto ou evento sobre o que se fala o sujeito no discurso por ter um tom altamente pedagógico. A autora expõe ainda que o discurso *sobre* sustenta a memória histórica em razão dos esquecimentos na ordem da enunciação e se funda em outros discursos que constituem a sua memória. Neste discurso o sujeito está instituído de poder, embora nem sempre esse poder seja institucional. Para Venturini (2009), o discurso *sobre* traz para o intradiscurso outros enunciados que atuam como seus fundadores. De tal modo, consideramos que as composições nativistas trazem para o intradiscurso os enunciados dos viajantes e dos ensaístas.

Ao buscar tratar o sentido como uma questão enunciativa na qual a enunciação seja vista historicamente, Guimarães (2002) se propõe a abrir um diálogo com a Análise do Discurso. O autor considera que a significação é histórica, ou seja, determinada pelas condições sociais de sua existência e que o sentido deva ser tratado como discursivo e definido a partir do conhecimento enunciativo. De tal modo apresenta a construção de um espaço próprio para a definição de sentido. O autor parte do entendimento de que a significação deve ser vista através da reintrodução da exterioridade saussuriana já abordada anteriormente por Benveniste e Ducrot. Tais abordagens, no entanto, mantêm excluída a história.

Segundo Guimarães (2002, p.66), seus estudos buscam a inclusão da história, de forma que a enunciação seja vista historicamente. Assim, o autor considera que a significação é histórica, não no sentido historiográfico, temporal, mas que é determinada pelas condições sociais de sua existência. O sentido, portanto, passa a ser tratado como discursivo e definido a partir do conhecimento enunciativo.

De acordo com Ferreira (2006) o conceito de interdiscurso proposto por Guimarães (2002), principiou na década de 80. Ele foi construído por meio de um diálogo constante com a AD, através de estudos com Eni Orlandi, trabalhando lado a lado os conceitos de texto, de formação discursiva e de enunciado. Através desse trabalho, Guimarães (2002) parte do conceito de interdiscurso, proposto pela Análise do Discurso, juntamente com outros conceitos como formação discursiva, discurso, sujeito, posição de sujeito e recorte, para a formulação de um novo conceito de interdiscurso que produz uma ruptura na filiação ducrotiana.

O interdiscurso é apresentado por Guimarães (2001) como sendo a relação de um discurso com outros discursos. Segundo Ferreira (2006), há nesta definição de interdiscurso, por tratar-se da relação de um discurso com outros discursos, a relação de cruzamento, confronto, recorte. Ao tomar o interdiscurso como memória do dizer, como dizível, (Guimarães, 2001) assume a posição de que o sentido em um acontecimento são efeitos da presença do interdiscurso. Desta forma, considera que as relações entre discursos dão a particularidade que constitui todo discurso. Temos, assim, que um acontecimento enunciativo cruza enunciados de discursos diferentes em um texto, de modo que os efeitos de sentido são efeitos do interdiscurso no acontecimento.

Encontramos tal efeito em nosso trabalho não só no discurso nativista, mas também no discurso dos ensaístas que ao tratarem da relação do gaúcho com o cavalo, por exemplo, o fazem por uma retomada de discursos anteriores, neste caso o discurso dos viajantes. Em Ornellas (1999), temos o cavalo configurado como parte constitutiva do gaúcho, que dispensa a este os mesmos cuidados que tem consigo e, em Vellino (1975), o cavalo é proposto como parte das etnias que constituem o gaúcho.

Desta forma, no discurso dos ensaístas temos o funcionamento de uma memória por meio do interdiscurso que rememora o discurso dos viajantes quando estes tratam da relação homem-cavalo que o gaúcho mantém, como bem podemos encontrar em Dreys, (1990). “Uma coisa notavelmente diferencia o rio-grandense dos outros ramos do tronco a que pertence, e vem a ser a espécie de aliança que tem contraída com o cavalo...” (DREYS, 1990, p.110). Além disso, para o autor, a interdiscursividade mobiliza a intertextualidade, pois a enunciação de um texto se relaciona com a enunciação de outros textos. Dessa forma, dá-se a alteração, repetição, omissão ou interpretação de textos anteriores na proposição de um novo texto.

Através dos estudos enunciativos revisitados nesse capítulo, temos as noções teóricas que mobilizaremos na nossa proposta de análise do discurso nativista, a partir do recorte de letras de músicas nativistas. As noções por nós revisitadas neste capítulo nos servirão para explicitar como o discurso dos ensaístas e viajantes são rememorados no discurso nativista e, dessa forma, produzem novos sentidos no acontecimento enunciativo das músicas nativistas.

## CAPÍTULO IV

### 4. DISCURSO NATIVISTA: UM DIÁLOGO COM OUTROS DISCURSOS

De acordo com o exposto nos capítulos anteriores, os discursos da historiografia rio-grandense foram tomados como fonte para outros discursos como o discurso nativista. O discurso nativista, por meio de composições, retoma o discurso historiográfico, reafirmando atributos anteriormente propostos para o gaúcho e configurando-se como um discurso sobre o gaúcho que busca preservar costumes e tradições. Assim, a fim de embasarmos nossa pesquisa, revisitamos o discurso historiográfico rio-grandense, em nosso primeiro capítulo, evidenciando como este colaborou para a constituição de um imaginário sobre o gaúcho. Além disso, retomamos o percurso do Movimento Tradicionalista e do Movimento Nativista no Rio Grande do Sul como propagadores de costumes e tradições ditas próprias do gaúcho enquanto tipo social representante dos habitantes do Rio Grande do Sul. Embasados pela teoria da enunciação de Benveniste, nos dispomos a trabalhar com a proposta de análise da semântica da enunciação de Eduardo Guimarães.

De tal modo, nos propomos a analisar sequências enunciativas de algumas composições nativistas, a fim de evidenciarmos a rememoração de atributos apresentados como próprios do gaúcho, os quais configuram um imaginário sobre este desde o discurso historiográfico. Nossa análise se deterá nas composições Leão do Caverá, Semeadura e Grito dos livres, oriundas do festival Califórnia da Canção Nativa, sendo, cada uma destas, representante de uma das linhas de participação propostas pelo festival, buscando evidenciar o cruzamento de discursos no acontecimento enunciativo das composições nativistas.

#### 4.1 O cruzamento de discursos no acontecimento enunciativo das composições nativistas

Nosso primeiro recorte se dá a partir da composição Leão do Caverá, vencedora da 6ª Califórnia da canção Nativa na Linha de Manifestação Rio-grandense em 1976. Conforme explicitado no Capítulo II, as linhas para apreciação das músicas concorrentes no festival foram adotadas a partir da 5ª edição do festival, sendo estabelecidas em três categorias. A Linha de Manifestação Rio-

grandense, a qual pertence a composição tomada para análise, visa ao enfoque de aspectos culturais e geográficos não limitados à Linha de Manifestação Campeira, sobre a qual nos deteremos posteriormente.

SE 1: “Explode o pampa, num grito incendiado  
De maragato e campeiro tropel  
Quando a tesoura na ponta da lança  
Riscando o céu é estandarte que avança  
Do Caverá - seu nativo quartel.”

Na SE1 temos a mencionado um momento que se evidencia como sendo a Revolução de 1923<sup>40</sup>, à medida que faz referência à região do Caverá, situada na cidade de Rosário do Sul, onde se deu boa parte dos conflitos armados. Segundo Kühn (2004), essa revolução foi uma disputa intra-elites que abriu uma cisão na oligarquia gaúcha por tentar uma intervenção do governo federal. Além disso, a expressão “Caverá” mencionada na SE 1 reaparecerá na SE 2 para compor um nova expressão “Leão do Caverá”, que designará a um determinado gaúcho por sua bravura na Revolução.

A Revolução de 1923 mencionada na SE 1 encontra-se no discurso dos ensaístas o qual, conforme evidenciamos no Capítulo I, produz efeitos de sentido que atribuem ao gaúcho um espírito combativo de grande representatividade para a história brasileira, mas, por vezes, também atribui a ele um lugar de sujeito discriminado e esquecido pelo Império e pela República.

Com a República, ainda fomos o campo das novas experiências democráticas, numa revolução que, por quase quatro anos cobriu de sangue nossas coxilhas. (...) O gaúcho deve ser um cidadão e não um pária. Tem deveres a cumprir, mas tem direitos a reivindicar. (ORNELLAS, 1999, p.92).

A SE 1, rememora a revolução, como forma de dar sustentação a um discurso de apologia ao gaúcho. Pelo interdiscurso emerge uma construção representativa do gaúcho que constitui o imaginário social e que está nessa sequência sustentada pela recuperação de elementos-“Explode o pampa, num grito incendiado”, de um passado beligerante. A Revolução surge nesta textualidade como forma de dar sustentação a um discurso que significa o gaúcho como um

---

<sup>40</sup> “A Revolução de 1923 teve como suas principais causas a política borgista de desenvolvimento global da economia gaúcha, que afetou os interesses do setor pecuarista, além da grande incidência de fraude eleitoral nas eleições de 1922.” (KÜHN, 2004, p.121.).

guerreiro destemido e, portanto, um ser diferenciado, bem como anteriormente o discurso dos viajantes e dos ensaístas o fez ao retratar a região sul do Brasil como um local de constantes conflitos em razão da defesa das fronteiras. A apresentação do gaúcho como distinto em relação aos demais brasileiros, segundo Oliven (2006), faz parte da construção de uma identidade regional, que busca incluir o gaúcho no contexto sócio-cultural brasileiro, à medida que o autor afirma só ser possível se incluir no todo (Brasil) através da afirmação de uma cultura própria e distinta das outras regiões brasileiras.

O discurso dos ensaístas, ao tratar da Revolução, produz efeitos de sentido que atribuem ao gaúcho não apenas uma atitude guerreira, mas também um lugar de sujeito discriminado. Na SE 1, no entanto, o funcionamento da memória se enuncia em outro tempo e espaço, portanto, os sentidos já não são mais os mesmos. Assim, a SE 1, ao valorizar o gaúcho por seu caráter guerreiro e bravo, rememora os sentidos do discurso dos ensaístas e dos viajantes, porém com efeitos diferentes. Tal diferenciação de sentidos encontra-se em consonância com Guimarães (2002) para quem a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência, sendo o sentido constituído historicamente.

A SE 2 apresenta o substantivo **leão** como referência a Honório Lemes da Silva que lutou na Revolução de 1923 e que recebeu, por seus feitos nela, a denominação de Leão do Caverá, em associação ao nome da região onde atuou ativamente durante o conflito.

SE 2: “Te chamam leão, pois com garra combates,  
Ponteando todo um piquete notório,  
E nas barrancas do Ibirapuitã  
Tinges auroras de novo amanhã.”

Na SE 2, encontramos o caráter bélico do gaúcho, conforme o discurso dos viajantes, o qual menciona a atitude guerreira do gaúcho e sugere, que por suas habilidades na guerra, o Rio Grande do Sul sirva de escola para o restante da colônia. “Esta capitania, de qualquer modo, seria uma espécie de escola para as outras, dotada, então, de atividade, espírito militar e deste sentimento nacional que a guerra faz sempre nascer. (SAINT-HILAIRE, 2002, p.88).

Esta relação de discursos, historiográfico e nativista, evidencia um cruzamento de acordo com o que nos apresenta Guimarães (2002). Os sentidos produzidos pelo discurso nativista e por nós constatado no recorte das SE 1 e SE 2,

são, portanto, efeitos da presença do interdiscurso, visto que um acontecimento enunciativo como o da composição analisada cruza, no seu texto, enunciados de discursos diferentes.

As SE 3, SE 4 e SE 5, que tomamos a seguir para análise, pertencem à composição “Semeadura”, vencedora da 10ª Califórnia na linha de projeção Folclórica. Como já mencionamos em capítulos anteriores, esta linha parte das Linhas de Manifestação Campeira e Rio-grandense e projeta-se com sentido de universalidade artística em seu tratamento poético-musical.

SE 3: “Nós vamos prosseguir, companheiro  
Medo não há”

SE 4: “Americana Pátria, morena  
Quiero tener  
Guitarra y canto libre  
En tu amanecer”

SE 5: “Minha guitarra, companheiro  
(...)  
É como um cavalo  
Que rasga o ventre da noite  
Beija o relâmpago  
E desafia os senhores da vida e da morte”

Na SE 3 e 5 a ausência de medo e a capacidade do gaúcho de desafiar os “senhores da vida e da morte” significam o gaúcho como um modelo de bravura, de firmeza de ânimo diante do perigo. Do mesmo modo como encontramos na SE 1 e 2, pela retomada de dizeres presentes em outros discursos como o dos viajantes e ensaístas. Mais uma vez o espírito bélico e combativo do gaúcho é reiterado, significando o gaúcho como um bravo destemido, capaz de grandes feitos e configurando-se num discurso de enaltecimento do gaúcho. Nas SE 3 e 5 o gaúcho não mais é significado como um tipo gentílico como o foi no discurso dos viajantes, mas, tal como o discurso dos ensaístas, como um tipo social, de forma que o enunciador compartilha de sua atitude guerreira.

SE 3: “Nós vamos prosseguir, companheiro  
Medo não há”

Na materialidade lingüística da SE 3, “Nós vamos prosseguir companheiros”, o pronome pessoal “Nós” marca um enunciador que assume o dizer do locutor. O

enunciador se apresenta, portanto, como parte desse grupo social, partilhando de sua identidade e de seus atributos. De tal forma, a exaltação do gaúcho na composição nativista é uma exaltação de si mesmo, conforme observa Oliven (2006) ao buscar compreender o propósito dos festivais nativistas.

SE 4: “Americana Pátria, morena  
Quiero tener  
Guitarra y canto libre  
En tu amanecer”

Na SE 4 temos a presença de outra língua no momento em que se menciona a América. O aparecimento dessa língua neste espaço de enunciação traz a América Latina, marcando, na materialidade lingüística, os sentidos constituídos na materialidade enunciativa. Além disso, o uso da língua espanhola traz uma memória que remete ao litígio, a um passado de disputas por território entre os Impérios Ibéricos de Espanha e Portugal, quando a falta de delimitação de fronteiras favorecia o intercâmbio linguístico na região do pampa.

Assim, o funcionamento semântico da língua espanhola na materialidade linguística do enunciado faz emergir sentidos que nos remetem a um período da história no qual se deu a formação da sociedade rio-grandense e no qual se destacam os constantes conflitos armados. Tal formação, como já vimos, é abordada no discurso dos ensaístas que trata da origem étnico-social do gaúcho e no qual encontramos duas vertentes, uma lusa e uma platina. Em Vellinho (1975), por exemplo, a formação sócio-histórica do Rio Grande do Sul é apresentada por uma perspectiva que defende para o gaúcho a matriz lusa e o significa em oposição aos platinos, proposto por ele como inimigos. “... porque contra a mesma área, e igualmente em busca de mais espaço, crescia, vindo do sul e oeste, o inimigo de sempre- os castelhanos.” (VELLINHO, 1975, p.202). A SE 4, portanto, exemplifica as relações entre línguas que, de acordo com Sturza (2007), serviram para significar o gaúcho a partir do conflito entre lusos X castelhanos.

A língua espanhola, no entanto, neste momento, não está apresentada pelo viés da discussão sobre o pertencimento do gaúcho a uma matriz lusa ou platina, mas como fator de convergência entre os gaúchos e os demais habitantes da América Latina. Na SE 4 temos, assim, recuperada uma memória discursiva da formação social do gaúcho que por meio do interdiscurso o faz significar como parte

dos habitantes da América Latina e não mais numa situação de confronto. Além disso, a presença da Língua Espanhola caracteriza no enunciado o que Sturza (2006) expõe como um cruzamento das línguas no Espaço de Enunciação, o qual faz parte do imaginário da identidade do gaúcho que está também constituído por um “estar entre línguas”.

Ainda tratando das diferentes línguas encontradas na SE 4, temos que a presença da língua espanhola marca uma memória na língua, de forma que a memória se materializa na língua em conformidade com o que nos apresenta Payer (2009) de que a língua é um lugar de memória<sup>41</sup>. A presença de outra língua poder ser entendida, conforme já exposto no Capítulo II, como uma memória de uma língua na outra língua, de uma língua outra enquanto sujeito coletivo, ou seja, memória de uma alteridade constitutiva do sujeito brasileiro.

A SE 4 apresenta, também, a liberdade e, assim, faz emergir, mais uma vez, uma memória do discurso dos viajantes e ensaístas.

SE 4: “Americana Pátria, morena  
Quiero tener  
Guitarra y canto libre  
Em tu amanhecer”

No entanto, na SE 4 a liberdade é um desejo do gaúcho - “Quiero tener”, “Guitarra y canto libre”, de forma que se significa neste enunciado de forma diferenciada em relação aos discursos sobre o gaúcho, anteriormente abordados. A liberdade que no discurso historiográfico é constitutiva do gaúcho, nesta SE é re-significada como uma ausência, um anseio do gaúcho. De acordo com Venturini (2008), a memória como interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o sujeito diferentemente em cada situação discursiva.

Ao situarmos historicamente a composição “Semeadura”, temos que a mesma participou da 10ª edição da Califórnia, no ano de 1980, reportando-nos à situação política do Brasil deste período, o qual se encontrava em um momento de repressão pela ditadura militar. Na SE 4, portanto, encontramos o viés de modernidade apresentado pelo Movimento Nativista, sobretudo pela inclusão das causas sociais,

---

<sup>41</sup> Segundo Payer (2009, p.41), a memória histórico-discursiva apresenta-se já na língua, em estruturas mínimas, como variações sonoras, fonéticas, entoacionais, morfológicas, etc..., de forma que a língua encontra-se, nestes casos, em funcionamento como “um lugar de memória”.

de acordo com a perspectiva de Oliven (2006), mencionado no Capítulo II. Assim, o acontecimento enunciativo da SE 4 temporaliza, fazendo significar de modo diferente a relação do gaúcho com a liberdade.

SE 5: “Minha guitarra, companheiro  
 (...)
 É como um cavalo  
 Que rasga o ventre da noite  
 Beija o relâmpago  
 E desafia os senhores da vida e da morte”

A SE 5 apresenta os três pontos por nós mencionados no Capítulo I, a belicosidade do gaúcho, sua relação com o cavalo e a liberdade, que aparecem como constitutivos da identidade do gaúcho, constantemente apregoada pelo Movimento Tradicionalista e conseqüentemente pelo Movimento Nativista.

Na SE 5 a atitude guerreira do gaúcho está associada ao cavalo, tal como no discurso historiográfico, em que o gaúcho a cavalo é a representação do lugar do soldado. Podemos, assim, mais uma vez constatar “uma memória que fala antes, em outro lugar.” (ORLANDI, 2007, p.32). “Cavalo e guitarra” se reescrevem nesse acontecimento enunciativo, alternando um pelo outro, o que traz novos sentidos em outro tempo espaço qual seja o deste momento histórico. Assim sendo, este dizer temporaliza o Acontecimento. Temos, então, uma memória que por meio do interdiscurso faz funcionar um novo sentido para a figura do gaúcho a cavalo. De forma que o sentido em um acontecimento são os efeitos da presença do interdiscurso, (...) são os efeitos do cruzamento de discursos diferentes no acontecimento. (GUIMARÃES, 2005, p.67).

A SE 5 retoma a atitude guerreira do gaúcho e lhe atribui sentidos outros e pela associação homem-cavalo propõe uma outra: a do homem com a guitarra. O enunciador, portanto, se propõe como um gaúcho que luta por liberdade e desafia os senhores da vida e da morte, não através do conflito armado, mas pela expressão cultural, fazendo emergir, nesse enunciado, efeitos de sentido que revelam a própria proposta do Movimento Nativista. Em consonância com o que nos propõe Orlandi (2007), para quem o dizer se encontra na confluência de dois eixos, o da memória, que compreende o aspecto da constituição do dizer e o da atualidade, que diz respeito à formulação do dizer.

SE 6: “Quando os campos deste sul eram mais verdes  
Índios pampianos que habitavam o lugar  
Foram mesclando com a raça do homem branco  
Recém chegados de querências além mar.”

A SE 6 para a qual voltamos nossa análise agora, faz parte da composição “Grito dos Livres” que, como já mencionamos, venceu a 14ª edição da Califórnia em 1984, na Linha de Manifestação Campeira, a qual se define por tratar do homem, dos usos e costumes do campo gaúcho.

Nesta SE temos um retorno ao passado, à antiga Província do Rio Grande de São Pedro do Sul. Nela, encontramos os campos descritos como “mais verdes”, o que pode ser entendido por uma manifestação de saudosismo por um período da história correspondente ao início da colonização no Sul do Brasil, significando-o como melhor em relação ao momento presente.

Na SE 6 encontramos novamente uma rememoração da historiografia rio-grandense, através da formação étnica do gaúcho apresentada, nesta sequência em conformidade com o discurso dos ensaístas, para os quais tal formação se deu pela mescla de índios e brancos, nativos e colonizadores. “...que ao índio deveu muito daquilo que o caracterizou como tipo americano único - das técnicas de trabalho campeiro ao nomadismo e ao amor da vida livre.” (CESAR, 1980, p.19).

SE 7: “E o novo ser que se formou miscigenado  
Virou semente, germinou e se fez povo  
E um grito novo ecoou no continente  
Lembrando a todos que esta terra tinha dono.”

A SE 7, assim como a SE 6, atribui, ao processo de miscigenação, a constituição étnica do gaúcho e ao afirmar que este “se fez povo”, o significa como representante de todos os habitantes do Rio Grande do Sul, do povo rio-grandense. A rememoração das origens étnicas do gaúcho faz emergir sentidos que demonstram e reforçam as diferenças do gaúcho com relação aos demais brasileiros. Tais diferenças segundo Oliven (2006) podem ser reais ou inventadas e fazem parte do processo de formação de uma identidade regional a qual possibilita ao gaúcho também se inserir no nacional, pois, conforme apresentado no Capítulo II, para o autor só é possível estar inserido no nacional a partir do regional.

SE 8: “No grito do índio, o grito inicial

Com cheiro de terra no próprio ideal  
De amor à querência liberta nos pampa  
Gerada em estampas do próprio ancestral.”

Nas SE 8, “De amor à querência liberta no pampa”, o período da historiografia que é rememorado faz significar o gaúcho na figura do indígena como um homem livre na pampa, justificando, portanto, que tal período ganhe a condição de melhor em relação ao momento atual.

O conflito armado reaparece na SE 8, “No grito do índio”, numa rememoração da Guerra Guaranítica, a qual se deu pela insurreição dos “Sete Povos” em decorrência do Tratado de Madrid. A Guerra Guaranítica, segundo Kühn (2004), teve como uma de suas principais lideranças indígenas, “Sepé Tiaraju”. A este é atribuída a autoria da frase, ou “grito”, “Esta terra tem dono”, rememorada em vários momentos de conflito da história do Rio Grande do Sul atual. Deste modo, temos a significação do gaúcho como uma figura heróica que é constitutiva de sua própria formação étnica. No entanto, o Tratado de Madrid, que resultou na Guerra Guaranítica, anexou ao Império Português um território pertencente ao Império Espanhol. Assim, à medida que a SE 8 significa o gaúcho como herói, por ter em sua origem a etnia indígena, o faz por um apagamento das condições sócio-políticas do conflito em questão. Esta questão contraditória é abordada em Oliven (2006) que afirma não ser possível que Sepé Tiaraju seja reverenciado como herói brasileiro e conseqüentemente como herói rio-grandense, já que o Rio Grande do Sul é parte do território brasileiro.

SE 9: “A nova raça cresceu e traçou limites  
Que bem demarcam a extensão dos ideais  
E o mesmo povo hoje repete o grito  
Alicerçado nas raízes culturais.”

A SE 9 nos apresenta o gaúcho como uma raça. Cabe-nos, portanto, fazermos algumas considerações sobre esta nova designação para o gaúcho. Entendemos que a designação “nova raça” é aqui tomada no sentido de etnia, enquanto um agrupamento formado a partir de laços intelectuais, como a cultura e a língua, segundo Barth (1998). Nesta SE encontramos, ainda, o traçado dos limites territoriais atribuído a esta “nova raça”, ou seja, a este novo grupo social que se configura nos gaúchos.

A mesma atribuição já se encontrava no discurso tanto dos viajantes quanto dos ensaístas. Em Saint-Hilaire (2002), temos relatado que a fronteira do Brasil encontra-se em constante conflito armado e que são os habitantes da província unicamente que atuam são naturais da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul. No discurso dos ensaístas também aparece a definição do território rio-grandense e, portanto, também do território brasileiro, atribuída ao gaúcho. “O gaúcho rio-grandense, foi como todos os gaúchos sul-americanos, também uma vítima da prepotência política. “De espada em punho incorporou ao patrimônio territorial do Brasil as vastas regiões missioneiras (...) e mostrou que a criatura geográfica do Brasil não foi somente um milagre da “bandeira”. (ORNELLAS, 1999, p.91). Sendo, assim, a SE 9 rememora um outro aspecto da historiografia rio-grandense, a delimitação do território, a demarcação das fronteiras, e significa o gaúcho como o responsável pela configuração do território brasileiro, tal como o conhecemos hoje.

A composição “Grito dos Livres” participou da Califórnia em 1984, período no qual o Brasil encontrava-se num momento de abertura política, ainda que sob o regime militar, o qual terminou no ano seguinte, 1985. Ainda na SE 9 temos mais uma vez o “grito” do indígena rememorado. De tal modo, a SE 9 faz emergir sentidos outros para o “grito”. Este acontecimento enunciativo conforme nos propôs Guimarães (2002) temporaliza, pois o presente e o futuro próprios do acontecimento funcionam por um passado que os faz significar. (GUIMARÃES, 2020, p.12).

Desse modo, temos, bem como na SE 4, a inclusão das causas sociais proposta pelo Movimento Nativista. A rememoração do “grito”, portanto, anteriormente significado pela não aceitação de limites territoriais, aparece, na SE 9, re-significado pela não aceitação de limites aos direitos políticos e sociais.

Encontramos, ainda, na SE 9 uma remissão à questão cultural, “Alicerçado nas raízes culturais”, pois temos que o Movimento Nativista surgiu com uma proposta a qual gerou um embate com o Movimento Tradicionalista. Para o Movimento Nativista, o Movimento Tradicionalista promove um cerceamento das expressões culturais, através de determinações do que deve ser cultivado como costumes da cultura rio-grandense, além da forma como tais costumes devem ser rememorados, de acordo com o que expusemos no Capítulo II. Assim, a bravura e a liberdade do gaúcho, antes relacionadas à questão territorial, estão agora relacionadas à questão cultural. A SE 9 produz sentidos, portanto, de não aceitação,

por parte do Movimento nativista, da formalização que o MTG promove nas manifestações culturais, sob o pretexto de conservar tradições.

Temos, então, que esta SE, ao trazer a memória de um fato histórico da Guerra Guaranítica e pelo interdiscurso emergem sentidos que reafirmam que o espaço territorial do atual Rio Grande do Sul, bem como o gaúcho, significado como seu representante, não admitem interdições.

Ao considerarmos os enunciados de composições nativistas como um discurso sobre o gaúcho, selecionamos alguns recortes, procurando interpretar os sentidos que se constituíam no funcionamento do interdiscurso pela rememoração de outros discursos, neste caso, os discursos dos viajantes e ensaístas. Assim, a análise dos enunciados permitiu-nos estabelecer efeitos de sentido que emergem das relações entre diferentes discursos sobre o gaúcho. De tal modo, apreendemos que nas SEs analisadas há um cruzamento de discursos que, através do funcionamento semântico, atribui sentidos que constituem um imaginário sobre o gaúcho e se propõe à manutenção de costumes e tradições.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em questão se propôs, a uma análise de enunciados de músicas nativistas, considerando que o discurso nativista se apresenta como um espaço de enunciação sobre o gaúcho, no qual encontramos o cruzamento de discursos diferentes. Para tanto, fez-se uma retomada de discursos anteriores sobre o gaúcho na historiografia rio-grandense, através dos discursos dos viajantes e dos ensaístas. No discurso dos viajantes encontramos relatos sobre a formação étnico-social do Rio Grande do Sul em que se atribuem sentidos ao gaúcho, os quais se perpetuam até os dias de hoje em várias manifestações culturais, inclusive na música nativista. Destes discursos pudemos apreender que, em geral, os relatos dos viajantes apresentam o olhar do enunciador estrangeiro, que se coloca no lugar do civilizado, partilhando, em determinados momentos de um mesmo ponto de vista do colonizador.

O discurso dos ensaístas também nos apresentou, pela organização da historiografia rio-grandense, um discurso sobre o gaúcho. Em tal discurso há, por vezes, uma identificação do enunciador com o gaúcho que defende uma matriz lusa ou platina para o rio-grandense. Assim, vimos como a historiografia rio-grandense constitui-se num discurso que contribui para a configuração do tipo social gaúcho, fazendo emergir uma construção imaginária sobre o gaúcho de que este se constitui em um tipo social com atributos que lhe são peculiares como a atitude guerreira, a sua relação com o cavalo e o seu espírito de liberdade. Tais atributos serão retomados na música nativista para significar a identidade do gaúcho como representante de todos os rio-grandenses.

A partir do discurso historiográfico sobre o Rio Grande do Sul, voltamo-nos para os dois movimentos culturais nos quais se inserem as composições nativistas que tomamos como corpus do nosso trabalho. Apontamos, então, como surgiu o Movimento Tradicionalista, retomando sua fundação e o propósito com que se constitui. Temos que o mesmo se propõe e à manutenção da tradição no Rio Grande do Sul, através da manutenção de uma cultura gauchesca. Com esse propósito o movimento criou normas e regras que ocasionaram um cerceamento nas expressões artísticas e culturais, oportunizando novas propostas para a manutenção da cultura gauchesca. Dessa forma, surgiu o Movimento Nativista que, embora dentro da mesma proposta, apresentou uma perspectiva diferenciada na buscando

reviver costumes ditos mais autenticamente gaúchos, sobretudo, dando voz e sentido a questões de cunho político, econômico e social atuais. Ainda dentro desse movimento, traçamos um percurso do festival musical Califórnia da Canção Nativa, considerado fundador do Movimento Nativista, visto que no mesmo buscamos nosso corpus de trabalho, centrado em três composições nativistas vencedoras desse festival. As composições selecionadas representam as três linhas propostas para as composições como manifestações culturais, sendo elas, Linha de Manifestação Campeira, Linha de Manifestação Rio-Grandense e Linha de Projeção Folclórica.

A retomada destes dois movimentos permitiu-nos refletir sobre a cultura gauchesca e as modificações que a tradição sofreu no decorrer do desenvolvimento do tradicionalismo, promovendo modificações que resultaram em uma nova configuração para o tipo social gaúcho desde o discurso historiográfico, e propondo-o como representante de todos os habitantes do Rio Grande do Sul. Esta reinvenção da tradição e o novo gaúcho que resultou da rememoração feita por estes movimentos, a fim de reforçar o caráter de distinção do rio-grandense perante o restante do território brasileiro, possibilitando a criação de uma identidade regional para o gaúcho e, através dela, sua inclusão no contexto cultural nacional.

Ao buscarmos o embasamento teórico para nossa análise nos estudos da enunciação de Benveniste apreendemos que língua se acha empregada para a expressão de uma relação com o mundo e que ao colocarmos em funcionamento a língua temos a enunciação. De tal modo pudemos tomar as composições nativistas sob o viés da enunciação, considerando-o a partir dos enunciados das composições nativistas e tendo que tais enunciados estão propostos no espaço enunciativo das músicas nativistas que, conforme Guimarães (2005), são espaços de funcionamento de línguas que se dividem e re-dividem, sendo espaços habitados por falantes e pela equivocidade própria do acontecimento, além de ser um espaço político, à medida que este é tratado pelo autor como fundamento das relações sociais.

Dentro do espaço de enunciação das músicas nativistas, encontramos uma relação entre discursos que se apresenta pelo cruzamento de discursos diferentes através do interdiscurso. De tal modo, temos que o discurso nativista, apresentado na materialidade lingüística das composições nativistas, configura-se como um espaço de funcionamento da memória pela rememoração de discursos anteriores. Através do funcionamento da memória, são retomados os discursos dos viajantes e ensaístas, a fim de reafirmar hábitos e costumes do gaúcho, bem como seu caráter

guerreiro, sua relação com o cavalo e a sua liberdade, apresentados como constitutivos do tipo social gaúcho. Na música nativista, contudo, os sentidos são outros, são novos, pois se dão em outro tempo espaço. O gaúcho autóctone é ressemantizado pela temporalização do acontecimento enunciativo. De tal modo, a lembrança da liberdade, da relação com o cavalo e da atitude guerreira, são, no discurso nativista, parte de um diferencial que faz significar o gaúcho como um tipo social distinto. Assim, na música nativista, o funcionamento do interdiscurso produz efeitos de sentidos que reafirmam atributos anteriormente propostos ao gaúcho como distintos dos atributos dos demais brasileiros e os significam como constituintes de uma identidade regional. Os atributos lembrados ao serem ressemantizados pelo funcionamento do interdiscurso significam o gaúcho como diferenciado dentre os brasileiros e, através da diferenciação, possibilitam que este seja parte de um todo maior. A música nativista, portanto, configura-se como um discurso sobre o gaúcho, que afirma uma identidade regional, a qual autoriza o gaúcho a estar inserido numa cultura nacional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Isaphi M.J. Falar apaisanado: uma forma de designar as línguas na fronteira. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Letras. Santa Maria: UFSM, 2008.

ANDERSON, Benedict R. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo: Trad. Denise Bottman. São Paulo: companhia das Letras, 2008.

BANGEL, Tasso. O ESTILO GAÚCHO NA MÚSICA BRASILEIRA. Porto Alegre: Movimento, 1989.

BAUER, Otto. A nação. In. UM MAPA DA QUESTÃO NACIONAL. BAKASKRISHAN, Gopal. (orgs). 1ªed. RJ: Contraponto, 2000.

BENVENISTE, Émile. Problemas de Linguística Geral I. Campinas, SP: Pontes, 2005.

\_\_\_\_\_, Émile. O aparelho formal da enunciação. In: Problemas de lingüística geral II. Campinas, Pontes, Editora da UNICAMP, 2006.

BRUM, Ceres. Indumentária gaúcha: Uma análise etnográfica da pedagogia tradicionalista das pilchas. In: Expressões da Cultura Gaúcha. Brum, Ceres, MACIEL, Maria Eunice. et al (Orgs.). Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2010.

CÉSAR, Guilhermino. História do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1980.

\_\_\_\_\_, Guilhermino. Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EDURGS, 1981.

DREYS, Nicolau. 1781-1843 Notícia descritiva da província do Rio Grande de S. Pedro do Sul. Porto Alegre: Nova Dimensão/EDIPUCRS, 1990.

DUARTE, Colmar Pereira, José Edil de Lima. CALIFÓRNIA DA CANÇÃO NATIVA. Marco de mudanças na cultura gaúcha. Porto Alegre: Movimento, 2001.

DUCROT, O. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: **O Dizer e o Dito** (diversos tradutores). Campinas, SP: Pontes, 1987.

ELIADE, Mircea. **MITO E REALIDADE**. (Trad. Paola Civelli) São Paulo. SP: Editora Perspectiva S.A, 2006.

FERREIRA, Ana Cláudia F. O CONCEITO DE INTERDISCURSO NA SEMÂNTICA DA ENUNCIÇÃO. Disponível em: <http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/interdiscurso/anaclaudiaferreira.pdf>. Acessado em: 28 de dezembro de 2010.

FINILICH, María Isabel. Enunciación. Facultad de Filosofía y Letras. Universidad de Buenos Aires, 1998.

FLORES, Valdir. Linguística e psicanálise: princípios de uma semântica da Enunciação. POA: Ed: PUCRS, 1999.

FLORES, Valdir do Nascimento e TEIXEIRA, Marlene. **INTRODUÇÃO À LINGUÍSTICA DA ENUNCIÇÃO**. São Paulo: Contexto, 2005.

GOLIN, Tau. Identidades: questões sobre as representações socioculturais no gauchismo. Passo Fundo: Clio, Méritos, 2004.

\_\_\_\_\_, Tau. A ideologia do gauchismo. Porto Alegre, Tchê: 1983.

GUIMARÃES, Eduardo. **OS LIMITES DO SENTIDO. UM ESTUDO HISTÓRICO E ENUNCIATIVO DA LINGUAGEM**. Campinas, Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_, Eduardo. **ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO E POLÍTICA DE LÍNGUAS NO BRASIL**. (2005)

\_\_\_\_\_, Eduardo J. **SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO: UM ESTUDO ENUNCIATIVO DA DESIGNAÇÃO**. Campinas: Pontes, 2005. 2ª Ed.

\_\_\_\_\_, Eduardo. INDEPENDÊNCIA E MORTE. In: DISCURSO FUNDADOR. A FORMAÇÃO DO PAÍS E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL. ORLANDI, Eni P.(Org.). Campinas, SP: Pontes, 2001. 2ªed.

\_\_\_\_\_, Eduardo. Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. In: Língua e Literatura: Limites e Fronteiras, nº 26. TASCETTO, Tania R. (Org.). Santa Maria, 1991.

JACKS, Nilda. **Mídia nativa: indústria cultural e cultura regional**. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/jacks-nilda-midia-nativa.pdf>. Acessado em: 03 de jan de 2011.

KÜHN, Fábio. Breve história do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. RJ: Paz e Terra, 1997.

LESSA, Barbosa. 1985, p. 58 apud OLIVEN, Ruben George. **A PARTE E O TODO: A diversidade cultural no Brasil-nação**. Petrópolis, RJ:Vozes, 2006, p.110.

NEUMANN, Eduardo Santos. **A fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande no Século XVIII**, In: Capítulos da História do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

NUNES, Zeno Cardoso. Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Martins Livreiro Ed. 1997.

ORLANDI, Eni P. DISCURSO, IMAGINÁRIO SOCIAL E CONHECIMENTO. Em Aberto, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994

\_\_\_\_\_, Eni P. Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2007.

\_\_\_\_\_, Eni P. A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. 2ªed. Campinas, SP: Pontes, 1987.

\_\_\_\_\_, Eni P. TERRA À VISTA. Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo. 2ª Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

OLIVEN, Ruben George. **A PARTE E O TODO: A diversidade cultural no Brasil-nação.** Petrópolis, RJ:Vozes, 2006.

\_\_\_\_\_, Ruben George. O processo de construção da identidade gaúcha. In: **RS:200 ANOS. DEFININDO ESPAÇOS NA HISTÓRIA NACIONAL.** (Orgs.). Passo Fundo: UPF, 2002.

ORNELLAS, Manoelito de. **Gaúchos e beduínos: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

PAYER, Maria Onice. O trabalho com a língua como lugar de memória. **Synergies Brésil** n° 7 – 2009, p. 37-46.

PETRI, Verli. Imaginário sobre o **gaúcho** no discurso literário: da representação do mito em *Contos Gauchescos*, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em *Porteira Fechada*, de Cyro Martins. 2004. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, 2004.

PIMENTA, João Paulo G. Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos do Prata: 1808-1828. São Paulo: Hucitec; Fasep, 2002.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teoria da Etnicidade. Seguido de, Grupos étnicos e suas fronteiras / de Fredrik Barth ; tradução Elcio Fernandes. São Paulo, SP. Ed. UNESP, 1998.

RELA, Walter. **EL GAUCHO EN EL CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO RIOPLATENSE** (desde La época colonial hata fin Del siglo XIX). Universidad católica Del uruguay. Letras de Hoje, Porto Alegre, 1989.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Rio Grande do Sul. Trad. Adroal da costa, Porto Alegre: Martins Livreiro, 2002.

SAVARIS, Manoelito Carlos. **Conceitos importantes para a compreensão da identidade do gaúcho.** Disponível em: <http://www.igt.rs.gov.br/artigos>. Acesso em: 10 de jan de 2011.

STURZA, Eliana. R. Línguas de Fronteira e Política de Línguas. Uma História das Idéias Linguísticas. 2006. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

\_\_\_\_\_, Eliana. **LUSOS X PLATINOS: O DISCURSO FUNDADOR QUE NOS SIGNIFICA.** (2007)

\_\_\_\_\_, Eliana. CAMANI. Emanuele. Entre lusos y castellanos: discurso sobre lengua, cultura y etnia em La história do Rio Grande do Sul. (2010)

VELLINHO, Moysés. Fronteira. Porto Alegre, Globo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1975.

\_\_\_\_\_, Moysés. O RIO GRANDE E O PRATA: CONTRASTES. Cadernos do Rio Grande XII. Instituto Estadual do Livro, Livraria do Globo S/A, POA, 1962.

VENTURINI, Maria Cleci. Rememoração/Comemoração: Prática discursiva de constituição de um imaginário urbano. 2008. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2008.

## **ANEXOS**

## **ANEXO I**

### **REGULAMENTO DA XXXVI CALIFÓRNIA DA CANÇÃO NATIVA DO R. G. S DE 03 a 05 de dezembro de 2009 URUGUAIANA - RS**

#### **I - DOS OBJETIVOS**

Art. 1º - O Centro de Tradições Gaúchas Sinuelo do Pago, com apoio da Prefeitura Municipal de Uruguaiana, promove a 36ª Edição da Califórnia da Canção Nativa do Rio Grande do Sul, com os seguintes objetivos básicos:

- a - Oportunizar a integração de poetas, músicos e musicistas, analistas, estudiosos e críticos, no interesse da valorização, preservação e divulgação da identidade cultural gaúcha;
- b - Propiciar reflexão e debates que depurem qualitativamente a arte em geral, considerada como o mundo da representatividade-expressividade-comunicabilidade do universo gaúcho;
- c - Elevar à expressão artística temas e gêneros/ritmos regionais, buscando valorizar a música do Rio Grande do Sul, em linguagem atual e criativa, respeitando origens e constantes do gaúcho;
- d- Premiar as composições que melhor expressem os objetivos referidos neste regulamento;
- e - Valorizar artistas que representem caracteristicamente a linguagem e a cultura rio-grandense.

#### **II - DA ORGANIZAÇÃO**

Art. 2º - A Califórnia da Canção Nativa do Rio Grande do Sul é dirigida por uma Comissão Organizadora.

§ 1º - O Presidente da Comissão Organizadora é indicado pela Patronagem do CTG Sinuelo do Pago, indicação esta, homologada pelo Conselho de Vaqueanos da Entidade promotora do evento.

§ 2º - O mandato do Presidente é de 01 (um) ano, podendo ser renovado, desde que haja a indicação, pela Patronagem do CTG e, por consequência, a homologação pelo Conselho de Vaqueanos.

§ 3º - O Presidente da Comissão Organizadora indicará seu grupo de trabalho, determinando e ou delegando funções e todas as medidas cabíveis para a realização do evento.

§ único - É vedada a participação no concurso de canções, de membros da Patronagem do CTG Sinuelo do Pago, bem como da Comissão Organizadora do evento.

### III - DO CONCURSO

Art. 3º - O concurso de canções nativas do Rio Grande do Sul será realizado na cidade de Uruguaiana/RS, nos dias 03, 04 e 05 de dezembro de 2009.

Art. 4º - As composições musicais apresentadas à seleção devem ser representativas da cultura do Rio Grande do Sul.

§ único - Entende-se como tal, a que evidencia temas da terra e da gente gaúcha, fundamentada gêneros rítmicas regionais do Rio Grande do Sul.

Art. 5º - A Califórnia da Canção Nativa do Rio Grande do Sul não seleciona composições com gêneros que não estejam integrados à cultura rio-grandense.

Art. 6º - A língua de expressão da letra é o Português, respeitado sintática e foneticamente, preservadas as expressões regionais.

Art. 7º - Não são classificadas as canções que neguem os princípios e propósitos da Califórnia da Canção Nativa do Rio Grande do Sul ou a permanência do gaúcho e sua cultura.

### IV – DA INSCRIÇÃO

Art. 8º - Cada compositor, em seu nome ou parceria, poderá inscrever até 07 (sete) composições.

Art. 9º - Cada composição concorrente será remetida gravada em CD individual e sem qualquer identificação do(s) autor (es), não necessariamente arranjada, mas respeitada a qualidade de gravação, acompanhada da ficha de inscrição e de 05 (cinco) cópias impressas da letra, estas também, sem qualquer identificação, em envelope individualizado.

§ único - A Comissão Organizadora não se responsabiliza por CDs com erros e/ou falhas na gravação.

Art. 10º. É fixado em 04 (quatro) minutos o tempo máximo de duração de cada canção (letra e música) inscrita.

§ 1º: A critério da Comissão Julgadora, poderá haver tolerância de até 30 (trinta) segundos.

§ 2º: A superação desses tempos máximos, em qualquer das fases do concurso, importará na desclassificação da canção concorrente.

Art. 11º - Para a 36ª Edição da Califórnia da Canção Nativa do Rio Grande do Sul serão recebidas inscrições em separado, desde que manifestado o interesse pelos autores, para canções de autoria de compositores radicados em Uruguaiana-RS há mais de 02 (dois) anos ou uruguaienses de nascimento, as quais concorrerão entre si, sendo escolhidas pela Comissão Julgadora, 02 canções, independente do número de concorrentes.

§ 1º - as composições não classificadas nesta fase, serão apreciadas com as demais composições, na triagem geral;

§ 2º: Os candidatos de que trata o caput, deverão comprovar sua condição de residentes e domiciliados em Uruguaiana/RS e ou, comprovar ser natural desta cidade, através de documentação legal;

§ 3º - Havendo mais de um autor da mesma canção, todos devem satisfazer a exigência deste artigo.

Art. 12º - Somente poderão concorrer, no concurso, canções inéditas.

§ único - Considera-se inédita, para o concurso, a composição poético-musical que não tenha sido gravada fonograficamente, editada literariamente ou ter sido produzida em escala comercial.

Art. 13º - Os trabalhos deverão ser remetidos até o dia 28/10/2009, impreterivelmente, observada a data de postagem, única e exclusivamente via Correios, por carta registrada, sedex ou serviços de encomendas postais, para o seguinte endereço:

§ 1º - A inscrição implicará na autorização para gravação e comercialização dos trabalhos gravados em discos, CDs, vídeos, reservados os direitos previstos em Lei, bem como edição e comercialização de partituras musicais e utilização das gravações e fotos das apresentações, como material de divulgação, sem ônus para o evento.

§ 2º - No dia 09/11/2009, a Comissão Organizadora divulgará a relação das 16 canções classificadas.

§ 3º - No caso em que a letra e ou a melodia seja de autor falecido, é exigida a apresentação da autorização de quem de direito.

#### V - DA SELEÇÃO

Art. 14º - A Comissão Julgadora, encarregada da seleção dos trabalhos inscritos, será composta de 05 (cinco) membros, contando com pessoas de conhecidos dotes

para a criação poético-musical, análise ou crítica, e que se atenham às proposições deste regulamento.

§ único - Os trabalhos de triagem das canções serão coordenados pela Comissão Organizadora do evento.

Art. 15º - A Comissão Julgadora encarregada da seleção escolherá 02 (duas) canções, inscritas por autores uruguaianenses e ou radicados em Uruguaiana, conforme prevê o art. 11 deste REGULAMENTO. As outras 14 (quatorze) canções serão escolhidas entre as demais inscritas.

§ 1º - Além das 16 (dezesesseis) canções selecionadas, serão escolhidas mais 02 (duas), em ordem classificatória, para suprir eventuais impedimentos, na condição de suplentes.

Art. 16º – No ato da inscrição das canções, os compositores e intérpretes deverão enviar as fichas de inscrição com a devida autorização para publicação em CD/DVD, assinada e devidamente reconhecidas, as assinaturas, em cartório.

§ 1º - O não cumprimento do caput do presente artigo reserva o direito à Comissão Organizadora de não levar a apreciação da Comissão Julgadora a canção, sendo esta excluída do certame.

## VI - DA SUBVENÇÃO

Art. 17º - Os autores das 16 (dezesesseis) canções selecionadas receberão uma subvenção como ajuda de custo e pagamento dos direitos autorais e artísticos de seus executantes, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

§ único – Os valores serão disponibilizados aos responsáveis pela subvenção, antes da apresentação.

Art. 18º - Os autores das composições (ou responsáveis indicados pela subvenção), classificadas para a noite final, recebem um adicional de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

§ 1º - Os autores (ou responsáveis indicados pela subvenção) assumem o compromisso do repasse das parcelas correspondentes a direitos, incluídas no volume da subvenção, aos intérpretes de suas canções.

§ 2º - Os intérpretes dos trabalhos gravados no CD recebem da companhia gravadora os direitos artísticos correspondentes a seu trabalho.

Art. 19ª - Os compositores perdem direito à subvenção nos seguintes casos:

a - Inobservância aos horários e condições estabelecidas para os ensaios, apresentações públicas e gravação.

b - Inobservância ou desrespeito ao presente regulamento.

## VII - DA APRESENTAÇÃO PÚBLICA

Art. 20º - Das 16 (dezesesseis) composições que participam do evento, serão escolhidas pela Comissão Julgadora, 12 (doze) para participarem da final, concorrendo à premiação constante deste regulamento.

§ único – As 12 (doze) composições finalistas serão divulgadas ao término do show de intervalo da 2ª noite eliminatória (sexta-feira, dia 04/12/09).

Art. 21º – Para a apresentação na noite final a Comissão Julgadora enquadra as composições em 03 (três) linhas distintas, a saber:

A – Linha Campeira: A que se identifica com o homem, os usos e costumes campeiros do Rio Grande do Sul; nesta linha enquadram-se as composições apresentadas com os instrumentos acústicos identificados com o campo do Rio Grande do Sul tais como violão, gaita, viola, harmônica, rabeca, bandoneon, pandeiro e outros que possam ser improvisados com elementos próprios da região campeira; também pode ser utilizado o bombo legüero. Os arranjos vocais devem guardar a simplicidade própria do canto campeiro.

B – Linha de manifestação Rio-grandense: A que enfoca outros aspectos socioculturais e geográficos do Rio Grande do Sul, não limitados estritamente à Linha Campeira. Nesta linha, enquadram-se composições apresentadas com instrumentos acústicos, porém, com liberdade de arranjos vocais, característicos de cada região do Rio Grande do Sul. Também podem ser utilizados o contrabaixo e o piano elétrico.

C – Linha Livre: A que, partindo das linhas definidas na alínea “A”, projeta-se com sentido de universidades artísticas, em termos de tratamento poético-musical. Nesta linha não há qualquer restrição ao instrumental ou vocal.

§ único - No enquadramento final, a Comissão Julgadora pode admitir o uso de instrumento não previsto neste artigo, desde que considere o arranjo musical perfeitamente adequado às características de cada linha.

Art. 22º - Fica limitada a participação, em um máximo de 02 (duas) canções por compositor (como autor único ou em parceria); 02 (dois) por intérprete e 03 (três) por instrumentista, não sendo permitidas trocas de integrantes, salvo os casos excepcionais e aceita a justificativa por parte da Comissão Organizadora.

§ único – o número de integrantes deverá ser compatível com a necessidade da composição, devendo ser informado antecipadamente à Comissão Organizadora, em data a ser estipulada.

Art. 23º - É vedado e passível de desclassificação, o uso de propaganda política e/ou comercial sobre o palco da Califórnia da Canção Nativa do Rio Grande do Sul.

#### VIII – DO JULGAMENTO

Art. 24º - O julgamento das composições é de responsabilidade da Comissão Julgadora, que avalia cada uma delas de acordo com sua letra, melodia e interpretação.

§ 1º - No item apresentação são considerados interpretação e arranjo.

§ 2º - As escolhas são preferencialmente consensuais, podendo os jurados, no entanto, optar pelo voto.

Art. 25º - As 12 (doze) canções finalistas serão enquadradas pela Comissão Julgadora nas Linhas previstas neste regulamento.

§ 1º - De cada Linha é escolhida uma vencedora.

§ 2º - Das vencedoras das Linhas é escolhida a melhor composição e agraciada com o

troféu máximo: A Calhandra de Ouro.

Art. 26º - É igualmente de competência da Comissão Julgadora a escolha do melhor:

a - intérprete vocal;

b - instrumentista;

c - arranjo;

d - conjunto vocal;

e - conjunto instrumental;

f - letra;

g - melodia;

h - composição mais popular;

§ único - A composição Mais Popular será escolhida após a apresentação das 12 (doze) finalistas, na noite final, através do voto do público.

#### IX – DA PREMIAÇÃO

Art. 27º - Os prêmios instituídos em forma de troféus são os seguintes:

a – A Calhandra de Ouro, troféu máximo do evento, trabalho do artista Paulo Ruschel e doado pela Ordem dos Músicos do Brasil, aos autores da canção vencedora do festival;

b – Troféu Paulo Ruschel, criado pelo artista e doado por sua família ao vencedor do festival;

- c – Troféu João da Cunha Vargas, criado por Glênio Fagundes, destinado ao vencedor da Linha Campeira e o valor de R\$1.000,00 (mil reais) em espécie;
- d – Troféu Vitória, criado por Vasco Prado e oferecido ao vencedor da Linha Rio-Grandense e o valor de R\$1.000,00 (um mil reais) em espécie;
- e – Troféu Osmar Meletti, oferecido ao vencedor da Linha Livre e o valor de R\$1.000,00 (um mil reais) em espécie;
- f – Troféu César Passarinho, criação do artista plástico Bira Tuxo, oferecido pela Prefeitura Municipal de Uruguaiana ao melhor intérprete vocal e o valor de R\$600,00 (seiscentos reais) em espécie;
- g – Troféu Apparício da Silva Rillo, criação de Rossini Rodrigues, oferecido pela família Rillo ao autor da melhor letra e o valor de R\$600,00 (seiscentos reais) em espécie;
- h – Troféu Quero-quero oferecido pela Rádio São Miguel a música mais popular e o valor de R\$600,00 (seiscentos reais) em espécie;
- i- Tela do artista Berega, oferecido pela família Crespo Beheregaray para o autor da melhor melodia e o valor de R\$600,00 (seiscentos reais) em espécie;
- j- e os demais, réplica do troféu Calhandra de Ouro e o valor de R\$600,00 (seiscentos reais) em espécie;

#### X – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28º – O detentor da Calhandra de Ouro é responsável pela integridade do troféu até o momento do próximo concurso, quando o devolver à Comissão Organizadora que o repassa a quem a ele fizer jus.

Art. 29º – Ficam definitivamente cedidos à Califórnia da Canção Nativa do Rio Grande do Sul os direitos de reprodução das canções concorrentes à edição ou reedição do CD e DVD correspondente ao evento que representam.

§1º - Os compositores que se inscrevem para concorrer estão implicitamente autorizando a entidade promotora a gravar as composições finalistas, ressalvados os direitos autorais de cada um junto à empresa gravadora.

§ 2º - A gravação do CD para registro e divulgação da 36ª Califórnia da Canção Nativa do Rio Grande do Sul, será feita por ocasião das apresentações.

Art. 30º - O pagamento dos valores deste REGULAMENTO está sujeito à legislação tributária.

Art. 31º - Os compositores, ao se inscrever para concorrer à 36ª Califórnia da Canção Nativa do Rio Grande do Sul estão automaticamente aceitando, em sua totalidade, as determinações contidas neste REGULAMENTO.

Art. 32º - Os casos omissos no REGULAMENTO serão resolvidos pela Comissão Organizadora e ou Comissão Julgadora, conforme o caso.

JÚLIO CÉZAR BENITES TEIXEIRA

Presidente da Comissão Organizadora da 36ª Califórnia da Canção Nativa do RS

XXXVI CALIFÓRNIA DA CANÇÃO NATIVA DO R. G. S

DE 03 a 05 de dezembro de 2009

URUGUAIANA –RS

## ANEXO II

### COMPOSIÇÕES

#### I-LEÃO DO CAVERÁ

6ª Califórnia da Canção Nativa-1976  
 Linha de Manifestação Rio-grandense  
 Compositor: Gilberto Carvalho /Raul Pereira

Explode o pampa, num grito incendiado  
 de maragato e campeiro tropel,  
 quando a "tesoura" na ponta de lança  
 riscando o céu é estandarte que avança  
 do Caverá - seu nativo quartel.

Te chamam "leão", e com garra galopa,  
 ponteando todo um piquete notório,  
 e nas barrancas do Ibirapuitã  
 tinges auroras de novo amanhã  
 com rubros lenços que trazes, Honório!

Agora o pampa no seu dia a dia  
 repete ditos da luta, da glória,  
 e a Terra toda inda guarda, é verdade,  
 a viva chama de quem Liberdade  
 calçou bem fundo nos tomos da história.

#### II- SEMEADURA

10ª Califórnia da Canção Nativa-1980  
 Linha de Projeção Folclórica  
 Compositor: Vitor Ramil/José Fogaça  
 Interprete: Vitor Ramil

Nós vamos prosseguir, companheiro  
 Medo não há  
 No rumo certo da estrada  
 Unidos vamos crescer e andar  
 Nós vamos repartir, companheiro  
 O campo e o mar  
 O pão da vida, meu braço, meu peito  
 Feito pra amar.

Americana Pátria, morena  
 Quiero tener  
 Guitarra y canto libre  
 En tu amanecer

No pampa, meu pala a voar  
 Esteira de vento e luar  
 Vento e luar

Nós vamos semear, companheiro  
 No coração  
 Manhãs e frutos e sonhos  
 Pr'um dia acabar com esta escuridão  
 Nós vamos preparar, companheiro  
 Sem ilusão  
 Um novo tempo, em que a paz e a fartura  
 Brotem das mãos

Americana Pátria, morena  
 Quiero tener  
 Guitarra y canto libre  
 En tu amanecer  
 No pampa, meu pala a voar  
 Esteira de vento e luar  
 Vento e luar

Minha guitarra, companheiro  
 Fala o idioma das águas, das pedras  
 Dos cárceres, do medo, do fogo, do sal  
 Minha guitarra  
 Tem os demônios da ternura e da tempestade  
 É como um cavalo  
 Que rasga o ventre da noite  
 Beija o relâmpago  
 E desafia os senhores da vida e da morte  
 Minha guitarra é minha terra, companheiro

### III-GRITO DOS LIVRES

14ª Califórnia da Canção Nativa-1984  
 Linha de Manifestação Campeira  
 Compositor: José Fernando Gonzales  
 Intérprete: Dante Ramon Ledesma

Quando os campos deste sul eram mais verdes  
 Índios pampeanos que habitavam o lugar  
 Foram mesclando com a raça do homem branco  
 Recém chegado de querências além mar

E o novo ser que se formou miscigenado  
 Virou semente, germinou e se fez povo  
 E um grito novo ecoou no continente  
 Lembrando a todos que esta terra tinha dono

Enquanto o gaúcho for visto no pampa  
Enquanto essa raça teimar em viver  
O grito dos livres ecoará nesses montes  
Buscando horizontes libertos na paz

No grito do índio, o grito inicial  
Com cheiro de terra no próprio ideal  
De amor à querência liberta nos pampas  
Gerada em estampas do próprio ancestral

A nova raça cresceu e traçou limites  
Que bem demarcam a extensão dos ideais  
E o mesmo povo hoje repete o grito  
Alicerçado nas raízes culturais

A liberdade não tem tempo nem fronteiras  
O homem livre não verga e não perde o entono  
Vai repetindo a todos num velho grito  
Passam os tempos, mas a terra ainda tem dono

Do grito do índio, aos gritos atuais  
Há cheiro de terra nos próprios ideais  
De um povo sofrido, ereto em vontade  
De escrever liberdade nos seus memoriais

Enquanto o gaúcho for visto no pampa  
Enquanto essa raça teimar em viver  
O grito dos livres ecoará nesses montes  
Buscando horizontes libertos na paz

Enquanto o gaúcho for visto no pampa  
Enquanto essa raça teimar em viver  
O grito dos livres ecoará nesses montes  
Buscando horizontes libertos na paz